

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fernando Rodrigues Francisco

**Aspectos fundamentais da teologia do laicato a partir da
exortação apostólica *Christifideles Laici***

MESTRADO EM TEOLOGIA

São Paulo
2012

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Fernando Rodrigues Francisco

**Aspectos fundamentais da teologia do laicato a partir da
exortação apostólica *Christifideles Laici***

MESTRADO EM TEOLOGIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Teologia Prática, sob a orientação do Prof. Dr. Côn. Sérgio Conrado.

São Paulo
2012

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

“É de particular importância que todos os cristãos tenham consciência da *dignidade extraordinária* que lhes foi conferida no santo Batismo: pela graça somos chamados a tornarmo-nos filhos amados do Pai, membros incorporados em Jesus Cristo e na sua Igreja, templos vivos e santos do Espírito.”

Beato João Paulo II (*Christifideles Laici*)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus amigos verdadeiros e aos meus familiares amados: meus pais Nelson e Maria Neusa e meus irmãos Humberto e Marcelo e para aquele que amo além da vida...

AGRADECIMENTOS

Ao Deus de amor, fonte de toda sabedoria e misericórdia.

Ao Sr. bispo da diocese de Lins, Dom Irineu Danelon, sdb, por ter sempre me apoiado no aprofundamento de meus estudos.

Ao meu grande amigo Pe. Maurílio A. Rodrigues, por ter me incentivado neste projeto.

Aos leigos da paróquia São Francisco de Assis, em Lins, e ao Pe. Marcos G. Pardo, com quem eu divido os trabalhos pastorais.

Aos amigos e benfeitores que contribuíram com esta pesquisa, através de sua oração e de seu generoso auxílio financeiro.

Ao Diretor da Pós-graduação da PUC-Ipiranga, Prof. Matias Grenzer, pela sua gentileza e disponibilidade.

Aos professores da pós-graduação, por sua dedicação.

Aos colegas de sala, pelo companheirismo e encorajamento, especialmente ao Pe. Leomar N. de Jesus, sjs.

Ao orientador desta dissertação, Prof. Dr. Côn. Sérgio Conrado, pela orientação segura e dialogal.

RESUMO

Este estudo pretende apontar os elementos fundamentais da teologia do laicato presentes nos documentos do Magistério da Igreja, de forma especial na exortação apostólica *Christifideles Laici*, do beato João Paulo II. Sabemos que muitos desses elementos já haviam sido elencados por renomados teólogos bem antes do concílio Vaticano II. Porém, foi com o Vaticano II que a teologia do laicato foi consolidada e os leigos começaram a exigir uma maior participação na organização e na missão na Igreja. No primeiro capítulo percebemos que este concílio firmou conceitos importantes para a compreensão da teologia do laicato; como ‘povo de Deus’, ‘participação’, ‘comunhão’, ‘sacerdócio comum’. Através do batismo todos os fiéis são corresponsáveis na missão evangelizadora da Igreja. Por este sacramento os fiéis leigos se tornam participantes do tríplice múnus de Cristo. É desta participação que brotam os elementos fundamentais que caracterizam a teologia do laicato: protagonismo, santidade, missão secular, ministérios, ofícios, funções, carismas. Os fiéis leigos, em comunhão com a Igreja, atuam na realidade temporal e levam a Boa-Nova de Jesus. No segundo capítulo expomos os elementos essenciais da teologia do laicato presentes na exortação apostólica *Christifideles Laici*. Esta exortação pós-sinodal declarou que a missão salvífica da Igreja é realizada no mundo por todos os cristãos batizados. A novidade fundamental desta exortação está no agir dos leigos na Igreja e no mundo. As agregações laicais e os critérios de eclesialidade para essas formas agregativas constituem o coração da *Christifideles Laici*. No terceiro capítulo entendemos que os elementos da teologia do laicato, bem fundamentados, seriam úteis não apenas para fundamentar o sacramento do batismo e resolver os problemas pastorais das paróquias, mas ajudariam a esclarecer a relação entre clérigos e leigos, os diversos ministérios e carismas, as variadas vocações e a santificação dos leigos na Igreja e no mundo. Por fim, evidenciamos o esforço que a Igreja ainda deve empreender na aplicação da teologia do laicato, para ser um instrumento mais eficaz na divulgação do Evangelho no mundo. Falta muito a ser feito para o reconhecimento dos ministérios laicais e o trabalho conjunto com os ministros ordenados, porém, a *Christifideles Laici* apontou o batismo como um ponto de partida para uma missão comum, pois todos são membros de um só corpo cuja cabeça é Cristo, rumo à Nova Evangelização.

Palavras chaves: teologia do laicato, concílio Vaticano II, leigo, agregação laical, nova evangelização.

ABSTRACT

This study aims to point out the fundamental elements of the theology of the laity present in the documents of the Magisterium of the Church, in a special way in the apostolic exhortation *Christifideles Laici*, from the blessed John Paul II. It is known that many of these elements had already been listed by renowned theologians way before the Second Vatican Council. However, it was with the Vatican II that the theology of the laity was consolidated and the laymen began to demand a greater participation in the organization and mission in the Church. In the first chapter we see that this council has established important concepts for understanding the theology of the laity: as 'people of God', 'participation', 'communion', 'common priesthood'. Through baptism all believers are co-responsible in the Church's evangelizing mission. Through this baptism all the faithful are co-responsible in the threefold mission of the church. By this sacrament the laymen faithful become participants of the triple munus of Christ. It is from this participation that spring the fundamental elements that characterize the theology of the laity: leadership, holiness, secular mission, ministries, offices, roles, charisms. The laymen faithful, in communion with the Church, working in the temporal reality and take the Good News of Jesus. In the second chapter we point out the essential elements of the theology of the laity present at apostolic exhortation *Christifideles Laici*. This post-synodal exhortation stated that the saving mission of the Church is held in the world by all baptized Christians. The fundamental new of this exhortation is the act of the laymen in the Church and in the world. The lay aggregation and ecclesial criteria for these forms of associations constitute the heart of *Christifideles Laici*. In the third chapter we understand that the elements of the theology of the laity, well founded, would be useful not only to substantiate the sacrament of baptism and to solve the pastoral problems of the parishes, but also they would help to clarify the relationship between clergy and laymen, the various ministries and charisms, the various vocations and the sanctification of the laymen in the Church and the world. Finally, we saw the effort that the Church must still be taken in applying the theology of the laity, to be a more effective tool used in the dissemination of Gospel in the world. Much remains to be done for the recognition of the lay ministries and the work together with ordained ministers, however, *Christifideles Laici* pointed the baptism as a starting for a common mission, since all are members of one body whose head is Christ, into the New Evangelization.

Keywords: theology of the laity, Second Vatican Council, laity, lay aggregation, new evangelization.

SIGLAS E ABREVIACÕES

AA	Decreto <i>Apostolicam Actuositatem</i>
AC	Ação Católica
AG	Decreto <i>Ad Gentes</i>
AT	Antigo Testamento
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano
CIC	Código de Direito Canônico
ChL	Exortação Apostólica <i>Christifideles Laici</i>
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNL	Conselho Nacional dos Leigos
COPECIAL	Comissão Permanente dos Congressos Internacionais para o Apostolado dos Leigos
DA	Documento de Aparecida
ENMEAL	Encontros Nacionais dos Movimentos Eclesiais e Associações Laicais
GS	Constituição Pastoral <i>Gaudim et Spes</i>
JMJ	Jornada Mundial da Juventude
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LG	Constituição Dogmática <i>Lumen Gentium</i>
MEB	Movimento de Educação de Base
MMM	Movimento por um Mundo Melhor
NE	Nova Evangelização
NT	Novo Testamento
PO	Decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i>
RCC	Renovação Carismática Católica
REB	Revista Eclesiástica Brasileira

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIACÕES.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: A EVOLUÇÃO DA TEOLOGIA DO LAICATO E O CONCÍLIO VATICANO II.....	15
1.1 A transformação do papel dos leigos na Igreja antes do concílio Vaticano II.....	15
1.2 As novas definições do concílio Vaticano II sobre os leigos.....	22
1.3 A renovação da ação eclesial após o concílio Vaticano II na América Latina e no Brasil.....	30
1.4 As novas tendências da ação pastoral.....	40
1.5 Os leigos nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora do Brasil e no Documento de Aparecida.....	45
CAPÍTULO II: A TEOLOGIA DO LAICATO NA <i>CHRISTIFIDELES LAICI</i>.....	56
2.1 A vocação dos fiéis leigos: a santidade.....	56
2.2 Ministérios, ofícios, funções e carismas dos leigos.....	66
2.3 O protagonismo e a ação missionária dos leigos.....	78
2.4 Critérios de eclesialidade para as agregações laicais.....	87
CAPÍTULO III: A TEOLOGIA DO LAICATO A SERVIÇO DO AGIR PASTORAL DOS LEIGOS.....	96
3.1 Análise teológica da nova postura pastoral na América Latina.....	96
3.2 A contribuição dos leigos na ação pastoral.....	103
3.2.1 Um exemplo concreto da atuação do laicato na arquidiocese de São Paulo	108
3.2.2 O 1º Congresso de Leigos da arquidiocese de São Paulo.....	118
3.3 Perspectivas concretas da participação dos leigos em vista da Nova Evangelização.....	122

CONCLUSÃO.....	139
-----------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	146
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica, com a sua tradição milenar, oferece reflexões teológicas sobre os mais diversos temas. Ela, depositária da fé recebida pelo próprio Cristo, tornou-se uma fonte rica de conhecimento do ser humano e sua relação com Deus e o mundo.

Várias gerações de teólogos formaram um sistema de reflexões que aproximaram a revelação divina à realidade do Homem de sua época. É justamente através deste sistema, complexo e atento aos sinais dos tempos, que surge no seio da Igreja o novo enfoque teológico que vamos tratar. Os leigos passam a ser o tema central nas reflexões teológicas. Alguns pensamentos de teólogos renomados, principalmente do francês Y. Congar, encontraram uma boa receptividade no mundo acadêmico e eclesial.

Muitos outros teólogos, como G. Philips, K. Rahner, E. Schillebeeckx, M.D. Chenu, H.U. von Balthasar, começam a analisar o apostolado dos leigos a partir da Ação Católica (AC), na Europa e no mundo, como uma iniciativa laical extremamente forte e organizada. Muitos desses teólogos também fizeram inúmeras tentativas para dar uma definição do leigo. Porém, a definição negativa do Código de Direito Canônico (CIC) de 1917 (Cân. 107), dizendo que leigo é um ‘não-clérigo’, não favorecia um enfoque positivo nas reflexões.

O pensamento teológico acerca do laicato encontrava cada vez mais ecos dentro da Igreja. A partir da segunda metade do século XX, incentivado pelo concílio Vaticano II, começou a emergir de forma mais sistemática a teologia do laicato. É justamente neste concílio que surge uma definição de leigos que compreende todos os cristãos, exceto os membros de ordem sacra e do estado religioso. Estes fiéis são incorporados a Cristo pelo batismo e partícipes do tríplice múnus de Cristo: sacerdotal, profético e régio.

Este concílio foi, sem dúvida, o evento mais importante para a Igreja no segundo milênio. Ele conseguiu promover uma definição bastante positiva da vocação e missão dos leigos e equilibrou a dicotomia entre ministros ordenados e não ordenados. Havia também o binômio entre hierarquia e laicato que foi igualmente esclarecido. Exatos cinquenta anos se passaram desde o início do concílio e os temas levantados sobre o laicato ainda são atuais, sobretudo aqueles relacionados à ação pastoral.

A teologia do laicato encontrou, nos documentos conciliares, uma base sólida para repensar a postura dos leigos na Igreja e no mundo. O ideal de Igreja comunhão e participação ganhou vida a partir do conceito ‘povo de Deus’. Os leigos passam a redescobrir a dignidade de sua vocação sacerdotal, profética e régia.

De meros espectadores da mensagem de Deus, os leigos passam a ser protagonistas da ação eclesial juntamente com os sacerdotes e religiosos. Eles agora dividem, com os ministros ordenados, a tarefa de anunciar a Palavra de Deus. Pouco a pouco eles descobrem seus direitos e deveres na missão de evangelizar da Igreja. Começam a participar ativamente na liturgia, na catequese e na multiplicidade de tarefas e serviços sem perderem a sua característica secular.

Os leigos não são simples colaboradores dos ministros ordenados, mas seu apostolado emana da sua própria vocação cristã e não pode jamais deixar de existir na Igreja. Os campos do apostolado dos leigos são os mais diversos possíveis. Eles estão presentes nas relações mais diversas da sociedade que em grande parte só a eles são acessíveis.

Durante séculos, os leigos aprenderam a ouvir e se contentaram em obedecer. Hoje, o Espírito Santo os impulsiona a serem mais conscientes de suas responsabilidades e também os incita ao serviço de Cristo e da Igreja no mundo. O concílio esclareceu a natureza, a índole e a variedade do apostolado dos leigos, bem como enunciou os princípios fundamentais e deu instruções pastorais para o seu mais eficaz exercício¹.

Embora o Vaticano II tenha contribuído de forma singular para o desenvolvimento da teologia do laicato, ele não conseguiu, sozinho, resolver todas as questões pertinentes aos leigos. O concílio deu à teologia do laicato uma estrutura eclesiológica integral e tirou o apostolado dos leigos da margem das reflexões teológicas.

Porém, foi com o sínodo sobre os leigos de 1987 que a Igreja se abriu para uma realidade mais prática no que concerne a participação dos leigos na missão de evangelizar. Este sínodo deu origem à exortação apostólica *Christifideles Laici* (ChL), sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. Esta exortação pós-sinodal, do ponto de vista teológico, repetiu o conteúdo aprofundado no Vaticano II. Contudo, a ChL levantou duas questões importantes que suscitaram vários debates: a participação dos leigos no ministério eclesial e o protagonismo dos leigos nos chamados ‘novos movimentos’.

Nesta exortação está condensada toda a reflexão sobre a teologia do laicato presente no concílio. Ela procura dar pistas concretas de atuação dos leigos na Igreja e na sociedade convocando-os à missão, a partir da parábola da vinha (cf. Mt 20, 1-16). Este apelo forte e imprescindível à missão é baseado na tríade mistério-comunhão-missão da Igreja.

A escolha em aprofundar os estudos sobre os leigos a partir da ChL, e não em um documento conciliar, está fundamentada na abertura que esta exortação ofereceu às iniciativas

¹ Cf. ALMEIDA, A.J. **Apostolicam Actuositatem**. Texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 63.

laicais. A ChL não faz somente um discurso sobre o apostolado dos leigos, mas traz uma forma concreta de atuação laical que se desenvolve a cada dia na Igreja: as agregações laicais. A partir deste documento pós-sinodal vemos uma proposta real e urgente de atuação dos leigos. Chegou a hora dos leigos se organizarem e mostrarem a sua força. Este protagonismo laical sai dos papéis e passa a ocupar um lugar de destaque na ação eclesial.

O presente trabalho está estruturado no método ‘Ver, Julgar e Agir’. No seu primeiro capítulo veremos os sinais de mudanças do papel dos leigos antes e depois do concílio Vaticano II. O período que antecedeu o concílio foi marcado por uma significativa transformação no seio da Igreja principalmente no interior da AC. Podemos perceber vários setores leigos engajados numa luta pelo seu protagonismo, perdido por longos anos. Veremos que estas mudanças estão em consonância com um desejo amplo de renovação que culminou no Vaticano II. Estas transformações podem ser observadas tanto nos textos conciliares quanto nos debates em nível continental e nacional. No Brasil veremos o nascimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que muito contribuiu para a inserção dos leigos no ministério eclesial.

Após o concílio, veremos as novas definições sobre os leigos nos seus documentos. Vários documentos trataram de questões relativas aos leigos, especialmente a constituição *Lumen Gentium*, a constituição *Gaudium et Spes*, o decreto *Apostolicam Actuositatem*, o decreto *Ad Gentes* e o decreto *Presbyterorum Ordinis*.

Neste primeiro capítulo veremos ainda os aportes do concílio na América Latina, a partir das conferências de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida, trazendo novas tendências para a ação pastoral.

Aqui no Brasil começam a ser elaborados os planos de ação pastoral com um forte apelo à necessidade de uma ação conjunta e o desenvolvimento da ação dos leigos. Essas reflexões deram origem às atuais Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.

O segundo capítulo é o coração deste estudo. Ele tem o objetivo de mostrar quais são os aspectos fundamentais da teologia do laicato que estão presentes na ChL. Os principais elementos que serão aprofundados são: protagonismo e ação missionária dos leigos, vocação à santidade, conceito ‘povo de Deus’, a índole secular, a novidade batismal, ministérios e carismas dos leigos, ofícios e funções na ação eclesial. Estes elementos podem ser concretamente observados nas agregações laicais, principal novidade trazida pela ChL.

Trataremos também das motivações que os leigos encontram para formar ‘novas comunidades’ e dos critérios de eclesialidade que deverão estar presentes nestas agregações

laicais. Esta novidade peculiar desta exortação fundamenta várias experiências eclesiais, no Brasil e no mundo, com características pastorais e teológicas próprias. Seguindo o eixo da ação pastoral que deve ser planejada e transformadora, poderemos visualizar a pluralidade de tendências em jogo e aquelas experiências que vão se firmando, como resposta aos problemas e desafios encontrados nos sinais dos tempos.

Os leigos podem assumir muitas responsabilidades na tarefa de anunciar o Reino de Deus. Resta saber se eles estão realmente conscientes dos seus direitos. Durante muito tempo eles foram acumulados de deveres. Será que a partir da ChL e do fenômeno das agregações laicais os leigos começaram a determinar novas estratégias de ação pastoral? Será que eles se sentem corresponsáveis na missão de evangelizar da Igreja? Ainda existem tensões na relação hierarquia e laicato? A distinção entre clero e leigo ainda impede a participação dos fiéis leigos na vida da Igreja-Comunhão? As respostas a estas e outras tantas questões serão construídas ao longo deste segundo capítulo.

Por fim, o terceiro capítulo deste estudo estará centrado no agir pastoral dos leigos. Uma vez que eles se tornam conscientes da sua vocação e missão na Igreja e no mundo não podem ficar inertes frente aos desafios da sociedade contemporânea. Diante da realidade na qual estamos inseridos, algumas reflexões teológicas de vários autores latino-americanos contribuíram para iluminar novas tendências na teologia do laicato. Não nos cabe julgar se estas reflexões são ou não pertinentes. O importante é verificarmos que a participação ativa dos leigos no mundo secular, seja na política ou no trabalho social, indicaram novos caminhos na ação pastoral.

Não poderíamos deixar de adiantar uma constatação que julgamos ser de suma importância: os leigos têm descoberto uma forma mais alegre e moderna de ser Igreja. A relação constitutiva do ser e do agir dos leigos é a relação com o Cristo². A partir de um encontro pessoal com o Cristo vivo eles não têm medo de assumir compromissos na Igreja e tampouco de assumirem uma vocação missionária no mundo. Eles têm demonstrado uma maneira de ser Igreja mais próxima do povo. Esta nova prática tem apresentado um resultado muito mais eficaz do que qualquer outro segmento eclesial.

Falaremos da contribuição dos leigos na ação pastoral, especialmente através das agregações laicais, segundo a ChL. Estas práticas foram e continuam sendo claramente apoiadas e incentivadas, primeiramente pelo beato João Paulo II e hoje por Bento XVI. Além de expressarem uma nova esperança para a ação evangelizadora, os leigos e suas novas

² Cf. FORTE, Bruno. **A missão dos leigos**. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 39.

comunidades podem ser testemunhas de que a Igreja se renova através do Espírito Santo que suscita respostas aos desafios da sociedade atual.

Conheceremos ainda neste capítulo uma experiência concreta de empenho e participação madura dos leigos na arquidiocese de São Paulo. O agir dos leigos, juntamente com o clero, tem produzido frutos abundantes para a nossa Igreja. Veremos como esse processo de Igreja-comunhão e participação pode sair dos documentos e torna-se uma experiência concreta e positiva. Para que isso aconteça de forma mais regular e com menos tensões é preciso investir na formação dos leigos. A preocupação quantitativa da Igreja não pode determinar as novas estratégias de ação pastoral. Por isso, a arquidiocese de São Paulo promoveu, em 2011, o 1º Congresso de Leigos. O objetivo do congresso foi promover o laicato, formá-lo e enviá-lo em missão. Esta deve ser a meta de toda Igreja e da Igreja toda.

Ainda neste capítulo serão apresentadas perspectivas concretas da participação dos leigos em vista da Nova Evangelização (NE). Muitos leigos engajados assumiram de vez a vocação missionária e desejam participar mais ativamente nos processos de decisão e organização da Igreja. Veremos esta relação na prática com a preparação da ‘Jornada Mundial da Juventude’ (JMJ) de 2013, no Rio de Janeiro.

Para finalizar o capítulo, trataremos da próxima assembleia do sínodo, de outubro de 2012, sobre a NE, convocada pelo papa Bento XVI. Esperamos que este sínodo abra ainda mais a Igreja para uma maior e efetiva participação dos leigos. A nova evangelização precisa de leigos que sejam protagonistas da missão, colocando à disposição da Igreja os seus carismas. Acreditamos que este sínodo irá trazer algumas novidades para aperfeiçoar a missão de evangelizar da Igreja.

Um sério e rigoroso trabalho de reflexão teológica se faz necessário em três níveis: profissional, pastoral e popular. Os dois primeiros níveis são urgentes, mas só podem ser elaborados partindo da ótica do terceiro nível. Os ministérios leigos e suas comunidades têm demonstrado uma grande e eficaz capacidade de atualizar o seguimento de Cristo nos desafios do mundo de hoje. A tarefa mais necessária é a de elaborar novos conceitos para melhor entender a nova realidade pastoral-ecclesial e suas múltiplas transformações.

O objetivo deste trabalho é identificar alguns aspectos da teologia do laicato presentes na ChL e analisar se eles são capazes de criar uma tomada de consciência mais decidida do dom, carisma, ministério, missão, vocação e responsabilidade que todos os leigos, e cada um deles em particular, têm na comunhão e na missão da Igreja.

CAPÍTULO I: A EVOLUÇÃO DA TEOLOGIA DO LAICATO E O CONCÍLIO VATICANO II

1.1 A transformação do papel dos leigos na Igreja antes do concílio Vaticano II

Na Europa Ocidental, os anos 50 foram marcados por uma série de avanços, discussões e tensões com respeito ao laicato na Igreja. Tais tensões estavam presentes tanto no meio eclesiástico como entre os leigos, pois estes viviam um momento novo de reflexão sobre si mesmos e o alcance de sua missão.

Certamente os engajamentos concretos das organizações leigas, como por exemplo no seio da AC, trouxeram uma série de questionamentos novos aos seus membros³. Merecem especial destaque sobretudo o desenvolvimento da AC especializada, a partir da Bélgica e da França. Vários teólogos souberam interpretar e fundamentar estes sinais novos, oferecendo elementos preciosos para o desenvolvimento da questão.

G. Philips foi um dos que assumiu o empenho pela transformação da eclesiologia então vigente. Ele considerava os leigos como membros plenos da ‘comunhão dos santos’, tal como a hierarquia. Eis um exemplo dos princípios sobre os quais se assentava sua contribuição:

A teologia do laicato se fundamenta nos sinais sacramentais que introduzem o fiel na sociedade sobrenatural: o batismo e a confirmação. Os sacramentos de iniciação e de consagração imprimem na alma um caráter indelével, realidade concreta de natureza espiritual, fazendo do batizado um membro do corpo de Cristo e do confirmado um membro qualificado, capaz de dar testemunho e de assegurar a difusão e a defesa⁴.

Bem antes do concílio Vaticano II, Y. Congar também afirmava que:

O sacerdócio comum dos fiéis é um sacerdócio espiritual, porém real, não puramente metafórico, no qual o objeto próprio é a oferta de nossa própria vida como sacrifício espiritual, unindo à oferta, que a Igreja celebra, do sacrifício de Jesus Cristo a Deus⁵.

Outro teólogo destacado desta época foi K. Rahner. Ele defendeu uma substancial participação de certos leigos no *munus regendi* da Igreja. Contrariando a visão reinante,

³ Cf. SESBOÜÉ, B. *N'ayez pas peur !* Paris: Desclée de Brouwer, 1996, p. 115.

⁴ PHILIPS, G. *Le rôle du laïcat dans l'Église*. Tournai-Paris: Casterman, 1954, p. 41, tradução nossa.

⁵ CONGAR, Y.M.-J. *Jalons pour une théologie du laïcat*. 3ª ed. Paris: Cerf, 1964, p. 655, tradução nossa.

marcadamente clerical, ele dizia que o apostolado leigo é aquele que se exerce livremente, de acordo com as suas próprias responsabilidades: ele não deve ser constituído por uma missão ou um mandato novo⁶.

Tal afirmação provocou muitas discussões teológicas. Ligado a esta questão, no primeiro congresso da Comissão Permanente dos Congressos Internacionais para o Apostolado dos Leigos (COPECIAL), em 1951, o cardeal Antônio Caggiano sublinhou a questão do ‘mandato’ particular da hierarquia para o apostolado dos leigos⁷. Neste momento histórico, a AC era considerada oficialmente como depositária deste mandato; os demais leigos não participavam da função apostólica.

Mais aberto que o cardeal era o próprio papa Pio XII, que propunha uma visão mais abrangente da expressão ‘ação católica’, para poder contemplar não somente uma determinada associação, mas todos os cristãos envolvidos no apostolado, em suas múltiplas formas⁸.

A partir de 1957, o COPECIAL organizou uma pesquisa de alcance mundial com o objetivo de conhecer a real situação de organização dos leigos. Tal trabalho mostrou-se muito oportuno, pois, dois anos mais tarde, o papa João XXIII fez o anúncio surpreendente do novo concílio.

O novo pontífice intuiu que a Igreja necessitava de uma verdadeira revolução interior para estar à altura das exigências dos tempos. Seu empenho particular por uma renovação pastoral vinha de longa data. Esta afirmação pode ser confirmada pelo historiador G. Alberigo, o qual encontrou o termo ‘pastoral’ 689 vezes nos escritos de Roncalli, desde 1905⁹.

Tal sensibilidade aos sinais dos tempos precisou de muita tenacidade para atravessar a fase preparatória, que primou mais pela quantidade do material produzido que pela qualidade. Eis o comentário de J. Salaün com respeito ao conteúdo das inúmeras proposições presentes nos 70 esquemas inicialmente elaborados:

O que há de enfraquecido no passado deixou de apreender o fermento evangélico que pode transformar o presente. Pode-se mesmo encontrar conceitos largamente ultrapassados pelo ensinamento do magistério, por

⁶ Cf. RAHNER, K. In: CONGAR, Y.M.-J. **Jalons pour une théologie du laïcat**. *Op. cit.* p. 663, tradução nossa.

⁷ Cf. TURBANTI, G. I laici nella chiesa e nel mondo. In: ALBERIGO, G. **Verso Il Concilio Vaticano II**. Genova: Marietti, 1993, p. 270, tradução nossa.

⁸ Cf. PIO XII. Alocução ao Conselho da Federação Internacional dos Homens Católicos. In: **Acta Apostolicae Sedis (AAS)**. Roma: Typis Polyglotis Vaticanis, I, nº 49, pp. 26-27, [dez.] 1957.

⁹ Cf. ALBERIGO, G. Para uma historia del Concilio Vaticano II. In: BEOZZO, J.O. (ed.). **Cristianismo y Iglesias de América Latina em vísperas del Vaticano II**. San José: DEI/CEHILA, 1992, pp. 26s.

aquele de Pio XII, por exemplo, sobre os problemas do matrimônio, sobre a ordem moral, sobre a Revelação¹⁰.

Uma das decisões julgadas importantes por João XXIII foi o estabelecimento de uma comissão preparatória específica para tratar do apostolado dos leigos, como ‘nota novíssima’ na preparação conciliar. Foi necessária uma intervenção pessoal do papa para que alguns responsáveis da cúria romana aceitassem esta decisão.

São atitudes determinadas como essa que contribuíram para forjar a fisionomia do concílio Vaticano II como uma grande evento pastoral-eclesiológico. Mais adiante teremos a ocasião de verificar as implicações desta postura em alguns textos conciliares, relativos ao nosso sujeito.

Mesmo reconhecendo que o conteúdo do Vaticano II representa o coroamento da renovação teológica e eclesial que vinha ocorrendo sobretudo na Europa, não podemos deixar de perceber os sinais do mesmo processo de mudança também no hemisfério sul.

No Brasil, desde o início da década de 1950, o papel do leigos na Igreja vinha passando por profundas transformações. Essa nova situação passou por algumas grandes fases, que os acontecimentos históricos nos ajudam a demarcar.

A fase inicial pode ser considerada de colaboração laicato/hierarquia; o grande motor desta época foi a AC. Estruturada em nível nacional desde 1935, no modelo italiano, a organização adotou a metodologia belgo-francesa, a partir de 1948. Neste ano, com a presença de Cardijn, foi fundada oficialmente a Juventude Operária Católica brasileira (JOC). Pouco mais tarde, durante a 4ª Semana Nacional da AC, em julho de 1950, foram oficializados os demais movimentos especializados¹¹.

Apesar das enormes distâncias do país, os membros da AC primavam por uma excelente capacidade de articulação. Realizavam anualmente os Conselhos Nacionais de cada uma das seções e ainda a Semana Nacional da AC, em conjunto. Tais esforços tiveram como fruto a gestação de uma consciência clara da dimensão ético-política da vivência do evangelho, que influenciou a Igreja brasileira como um todo. O compromisso com o evangelho levava também ao engajamento nas lutas sociais, na organização e conscientização popular, na busca conjunta de soluções concretas aos problemas do povo.

É muito ilustrativo o depoimento de Dom Hélder Câmara, ex-assistente nacional da AC, membro fundador da CNBB, da qual foi secretário-geral por 12 anos: “nós temos uma

¹⁰ SALAÜN, J. **Jean XXIII/ Paul VI – Discours au Concile**. Paris: Centurion, 1996, p. 40, tradução nossa.

¹¹ Cf. DALE, R. **A Ação Católica Brasileira**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1985, pp. 102-103.

enorme gratidão à Ação Católica. Ela foi o nosso seminário, nosso noviciado. Ela formou alguns de nossos melhores militantes. Ela preparou o Concílio...”¹².

Demonstrando a vitalidade desta organização, os periódicos mensais destinados aos trabalhadores rurais e urbanos e elaborados por eles mesmos, somavam noventa e um mil exemplares em 1962¹³.

O exemplo e o apoio da AC, aliados à motivação de Dom Hélder, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foram fatores determinantes à fundação da CNBB em 1952¹⁴. Tal organismo irá desempenhar um papel fundamental nos destinos da Igreja e da sociedade brasileira.

Uma segunda fase pode ser caracterizada pelas tensões laicato/hierarquia. Tendo começado antes do episcopado a agir organizadamente nos diversos setores da vida social, os leigos continuam a desbravar novas fronteiras, num ritmo que os bispos em geral não acompanhavam. A formação era levada a sério e inclusive as novas reflexões da teologia do laicato chegavam a ser discutidas, mesmo antes de serem traduzidas¹⁵. Sendo assim, as tensões com a hierarquia foram surgindo e chegaram mesmo à uma colisão direta, que culminou com a dissolução gradativa da AC na década seguinte. O relatório da 6ª Semana Nacional da AC de 1957 evidencia este clima:

É bastante generalizada a impressão de que a Igreja não se ajustou aos tempos modernos e de que os sacerdotes, somente em algumas exceções, se acham em condições de dar uma orientação segura e ampla frente às situações complexíssimas de hoje¹⁶.

Por outro lado, nesta mesma ocasião os leigos não deixaram de reconhecer vários pontos positivos, dentre os quais se encontravam:

No meio universitário existe a vontade de descobrir a conciliação entre fé e ciência; foi uma surpresa agradável verificar que a Igreja está aberta aos problemas sociais contemporâneos; no meio independente, há júbilo pela presença esclarecedora e luminosa do Santo Padre Pio XII em todos os setores da vida humana¹⁷.

¹² CÂMARA, H. In BROUCKER, J. *Les conversions d'un évêque*. Paris: Seuil, 1977, p. 108, tradução nossa.

¹³ In: **Boletim da ACB**. Rio de Janeiro: [s.n.], nº 5, 1962.

¹⁴ Cf. GOMES DE SOUZA, L.A. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 251.

¹⁵ Cf. PINHEIRO, J.E. Evolução do apostolado leigo no Brasil a partir do Concílio Vaticano II. In: CNBB. **Leigos e participação na Igreja**: reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil. (Estudos da CNBB, 45). São Paulo: Paulinas, 1986, p. 80.

¹⁶ DALE, R. **A Ação Católica Brasileira**. *Op. cit.* p. 108.

¹⁷ *Id.* p. 109.

No campo da educação, uma rica atuação evidenciou ser um grande avanço da ação pastoral da Igreja, mesmo com o conflito de posições no interior da instituição.

Uma experiência piloto foi iniciada no Nordeste brasileiro, nas arquidioceses de Natal e Aracaju, liderado pelo então Pe. Eugênio de Araújo Sales, promovendo o movimento litúrgico bíblico¹⁸. Tradicionalmente a educação católica era oferecida às classes média e alta, em colégios muito bons e caros. Neste caso, o alvo era a população rural, pobre e analfabeta. Optou-se pela rádiodifusão, que pouco a pouco foi atingindo dezenas e depois centenas de milhares de camponeses, reunidos à noite, em pequenos grupos. No seu auge, o então chamado Movimento de Educação de Base (MEB) alcançava meio milhão de pessoas. Nessa época se multiplicaram semanas de catequese, congressos, como o I Congresso de Ensino de Religião, no Rio de Janeiro, em julho de 1950¹⁹.

Tendo começado numa perspectiva bastante confessional, *ad intra*, o projeto, conduzido majoritariamente por leigos – muitos dos quais especializados no assunto, como Paulo Freire – foi tomando novos rumos. Um estudioso do tema diz:

Dos objetivos vagos e desenvolvimentistas, (o MEB) foi assumindo um projeto nacionalista, enfatizando as reformas estruturais, o desenvolvimento social, as comunidades autossustentadas. Da finalidade alfabetizadora, passa à uma educação de base que compreendia conscientização e politização, valorização da cultura popular, capacitação das comunidades, organização e animação do povo²⁰.

A postura paternalista foi superada e os trabalhadores se convenceram de sua capacidade de estabelecer uma autêntica democracia de base, unindo-se aos operários urbanos e a outras forças progressistas. O entusiasmo dos agentes coordenadores e dos grupos populares era crescente, mas muitos se inquietavam com os novos rumos do projeto. Continua Wanderley:

O MEB, colocando-se decisivamente em prol da libertação popular tinha, por força das circunstâncias, como efetivamente aconteceu, que entrar em conflito com os proprietários agrários, com o clero conservador, com os donos das rádios, com os políticos, com as autoridades, com grupos de direita, assim como com grupos de esquerda, principalmente pela divergência quanto à pedagogia, ao defender a não-diretividade²¹.

¹⁸ Cf. SOUZA, N. de. (Org.) **Catolicismo em São Paulo**. 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004). São Paulo: Paulinas, 2004, p. 463.

¹⁹ Cf. *Idem*.

²⁰ WANDERLEY, L.E. **Educar para Transformar**. Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 44.

²¹ *Id.* p. 45.

O acirramento da tensão com a hierarquia tornou-se público em vários momentos. No fim da década de 1950, sendo as escolas católicas ainda responsáveis por 80% da rede de ensino secundário no país, surgiu a questão da difusão do ensino público e gratuito. A Igreja defendia o subsídio do Estado às suas escolas, para poder receber gratuitamente os alunos. O debate intensificou-se por todo o país e, no Primeiro Seminário Nacional da Reforma Universitária, os membros da Juventude Universitária Católica (JUC) e a ala jovem da AC em geral votaram contra a proposta da Igreja²².

A evolução dos fatos mostrou que a Igreja como um todo não estava ainda em condições de refletir e concretizar uma prática totalmente nova, onde os leigos fossem sujeitos de fato das iniciativas no campo social. No início da década de 1960, era patente a disparidade de posições no interior mesmo do episcopado. Enquanto alguns acolhiam as novas experiências, inserindo-as num projeto de Igreja encarnada na realidade popular, outros temiam a emancipação e a radicalização dos leigos. Em 1961 a imprensa registrou uma acalorada controvérsia deste gênero entre o arcebispo de Goiânia Dom Fernando Gomes, de um lado e do outro Dom Antônio de Castro Maia e Dom Geraldo Proença Sigaud. O primeiro defendia a reforma agrária, conforme a opinião oficial da CNBB, os outros eram contrários²³.

Dentre os setores leigos, o grupo mais representativo da vanguarda ideológica era a JUC. Em seu congresso comemorativo dos dez anos de existência, em 1960, a JUC assumiu um programa bastante ousado, que incluía: o nacionalismo, a socialização da propriedade, principalmente da terra; a instituição da co-gestão operária nas empresas; a substituição da economia de lucro por uma economia em função das perspectivas globais da pessoa²⁴.

Um fator externo que polarizou as opiniões foi a vitoriosa revolução cubana de 1959. Se por um lado o discurso revolucionário contagiava cada vez mais grupos organizados de leigos, por outro a hierarquia católica mostrava-se temerosa em relação à um sistema ateu. Em 1961, a Comissão episcopal para a AC e o apostolado dos leigos lançou um documento contendo diretrizes para o comportamento dos membros da AC em matéria política. Eis algumas destas normas:

- 1- Não é lícito aos cristãos apontar o socialismo como solução dos problemas econômicos, sociais e políticos, nem muito menos afirmá-la como solução única. Ademais, estas observações deveriam ser óbvias para os dirigentes nacionais do Movimento.

²² Cf. BEOZZO, J.O. **Cristãos na Universidade e na Política**. História da JUC e da Ação Popular. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 44.

²³ In: **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**. Petrópolis: Vozes, v. 21, nº 2, pp. 387-390, [jun.] 1961; nº 3, pp. 661-668, [set.] 1961; nº 3, pp. 669-671, [set.] 1961.

²⁴ Cf. BEOZZO, J.O. **Cristãos na Universidade e na Política**. *Op. cit.* p. 44.

- 2- Não é lícito admitir que, ao formular a figura de uma revolução brasileira (...), se afirme a doutrina da violência como válida e aceitável (...)²⁵

Sentindo que as disposições dos bispos lhes tolham a liberdade de ação, os leigos da JUC fundaram um partido de esquerda chamado Ação Popular. Tal agremiação política foi caracterizado por Pablo Richard como a consciência política dos militantes da sociedade que havia uma mistura, aliás original e coerente, de teorias de autores como Lebreton, Mounier, Teilhard, Hegel e Marx²⁶.

Sob o pano de fundo do evangelho, eles se propunham a lutar por um projeto socialista e revolucionário. A recusa de serem simples ‘mandatários’ do episcopado era clara.

Este momento novo na história contemporânea da Igreja comportava estas ambiguidades, o que não é difícil de se compreender. Era toda uma concepção eclesiológica que estava sendo questionada e, na prática, a teologia que sustentava o ministério da maioria dos membros da hierarquia não havia mudado. A este propósito podemos ler em Schillebeeckx:

Reconhecer teoricamente a tarefa própria do laicato é insuficiente. Assim, pode-se facilmente dizer que os leigos devem assumir ainda mais suas responsabilidades; mas a partir do momento que eles o fazem e propõem pontos de vistas diferentes daqueles nos quais o clero está habituado, imediatamente paróquias e conventos acionam o sinal de alarme! É claro que a experiência dos leigos irá acentuar a percepção de certos aspectos da fé dos quais os clérigos estavam menos sensíveis²⁷.

Foi nesta mesma época que o interesse da hierarquia se voltou para um outro tipo de parceria, desta feita com o Movimento por um Mundo Melhor (MMM), criado na Itália pelo Padre Lombardi. Um fato decisivo para o estabelecimento de uma colaboração estreita do episcopado com este movimento deu-se em 1960, durante o Congresso Eucarístico Nacional de Curitiba. O programa incluía um retiro aos 162 bispos presentes, pregado pelo fundador em pessoa, o qual foi muito bem acolhido.

Ao contrário da AC, empenhada nas transformações econômico-sociais e políticas, o MMM priorizava a revitalização interna da Igreja. Contudo, sua visão teológica era dinâmica, centralizada na eclesiologia do corpo místico. De acordo com o Monsenhor Frederico Didonet, o O MMM estabeleceu uma crítica ao mesmo tempo sincera e respeitosa

²⁵ Diretrizes da Comissão Episcopal da A.C.B. e de Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional. In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 21, n° 4, [dez.] 1961, p. 947.

²⁶ Cf. RICHARD, P. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982, p. 156.

²⁷ SCHILLEBEECKX, E. **La mission de l'Église**. Bruxelas: CEP, 1969, p. 117, tradução nossa.

das estruturas pastorais envelhecidas. Inspirou e ajudou a elaboração de experiências de renovação de paróquias, colégios e dioceses, com base no trabalho em equipe, no planejamento das atividades, na correção fraterna dos diversos membros da Igreja, na valorização das religiosas e do laicato, e na colaboração entre o clero religioso e o diocesano²⁸.

As equipes do MMM incluíam padres, religiosos e leigos. Sua importância foi crescente até ao ponto de tornar-se o principal instrumento de renovação do planejamento pastoral, conforme oficializou o ‘Plano de Emergência’ da CNBB²⁹.

1.2 As novas definições do concílio Vaticano II sobre os leigos

Vimos como os novos engajamentos dos católicos, seja na evangelização seja na vida social, criaram condições para o desenvolvimento de uma nova compreensão do valor dos leigos no seio da Igreja. Antes da letra oficial, a prática já comprovava algumas noções conciliares básicas.

Se dependesse da intenção manifestada pelo pontífice desde o início, a renovação operada pelo concílio teria sido muito maior. Vários pesquisadores evidenciaram que a maioria do episcopado insistia nas ideias de sempre, sem captar as intuições profundas que deviam desabrochar no concílio³⁰. João XXIII, ao contrário, dialogava pessoal e coletivamente com muitos bispos, procurando motivá-los o mais possível para uma participação profética nos trabalhos conciliares³¹.

Tendo começado a 11/10/1962 e terminado, após alguns intervalos, em 07/12/1965, o concílio Vaticano II discutiu toda a vida da Igreja e sua relação com o mundo, produzindo 16 documentos. Vários dentre eles tratam de questões relativas aos leigos: a constituição *Lumen Gentium* (sobre a Igreja), a constituição *Gaudium et Spes* (sobre a Igreja no mundo de hoje), o decreto *Apostolicam Actuositatem* (sobre o apostolado dos leigos), o decreto *Ad Gentes* (sobre a atividade missionária da Igreja), o decreto *Presbyterorum Ordinis* (sobre o ministério e a vida dos presbíteros).

²⁸ Cf. DIDONET, F. A Linha do Mundo Melhor no Brasil. In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 22, n° 3, pp. 672-675, [set.] 1962.

²⁹ Cf. *Id.* p. 675.

³⁰ Cf. LAMBERIGTS, M.; SOETENS, C. **A la veille du Concile Vatican II**. Leuven: Bibl. van de faculteit der Godgeleerdheid, 1992, pp. 24-168.; BEOZZO, J.O. (ed.). **Cristianismo y Iglesias de América Latina em vísperas Del Vaticano II**. *Op. cit.* pp. 97-214.

³¹ Cf. ALBERIGO, A.; ALBERIGO, G. **Giovanni XXIII**. Il concilio della speranza. Padova: Ed. Messaggero, 1985, pp. 61s.

Este foi o concílio que mais deu espaço aos leigos em seus documentos, referindo-se a eles mais de quarenta vezes. Outra característica digna de nota foi a participação ativa dos leigos – homens e mulheres – durante os trabalhos conciliares, pela primeira vez na história moderna. No entanto, tal participação enfrentou muitas barreiras para se efetivar. Tendo tomado parte dos trabalhos conciliares, Rosemary Goldie pode elencar vários relatos destes desafios, seja na parte de leigos como de bispos:

É muito difícil, e frequentemente impossível marcar a fonte real das mudanças empregadas nos textos (ritmo acelerado, necessidade de um intermediário influente, etc.) (...) Os leigos foram consultados oficialmente muito pouco, e muito tarde³².

Em suas ‘notas cotidianas no concílio’, o teólogo Marie-Dominique Chenu nos conta que muito antes da abertura do concílio, a comissão preparatória dos leigos havia pedido por unanimidade a possibilidade de designar especialistas leigos. O presidente da comissão, cardeal Cento, enviou o pedido por escrito ao papa. A resposta jamais chegou. João XXIII afirmou ao padre Roberto Tucci – hoje cardeal – que jamais recebera tal correspondência. Dias depois, durante uma audiência com o cardeal Tardini, padre Tucci vê a carta e o relatório do cardeal Cento sobre a mesa. Indagado sobre o que se passava, Tardini responde violentamente que, segundo a vontade do papa, os leigos não deviam participar do concílio³³.

Este e outros obstáculos tiveram que ser enfrentados a fim que muitas experiências, vivenciadas somente pelos leigos, pudessem ser melhor interpretadas e incorporadas às orientações que foram elaboradas. Podemos citar as questões ligadas ao matrimônio e a certos aspectos da vida em sociedade.

É claro que não houve um aprofundamento pleno de todas as facetas da vocação dos leigos; contudo, as pistas lançadas pelo concílio Vaticano II constituem uma etapa importante no processo de construção de uma Igreja mais comunitária e ministerial.

Passamos, a partir de agora, a apresentar o que os documentos do concílio falaram sobre os leigos, de um modo específico. Sendo este o maior evento da Igreja neste século, não podemos deixar de levar em consideração seus ensinamentos, que são ponto de partida para muitas renovações na ação da Igreja.

³² GOLDIE, R. La participation des laïcs aux travaux du Concile Vatican II. In: **Revue des Sciences Religieuses de Strasbourg**. Strasbourg: [s.n.], n°1, t. 62, pp. 62 e 69, 1988, tradução nossa.

³³ Cf. CHENU, M.D. **Notes quotidiennes au concile**. Paris: Cerf, 1995, pp. 136s.

Comecemos pela *Lumen Gentium* (LG). Todo o capítulo IV desta constituição trata dos leigos, destacando o papel ativo e corresponsável que eles têm a desenvolver. Acentua-se a igualdade fundamental de todos os membros da Igreja a partir do batismo comum, da graça e das virtudes teologais. Afirma, ainda, que nas relações entre as várias vocações deve transparecer a atitude de serviço mútuo, a exemplo de Jesus, que veio “para servir e não para ser servido” (Mt 20,28). Para ilustrar que o autoritarismo não faz parte do sadio exercício da autoridade hierárquica, o texto cita Santo Agostinho que diz: “Atemoriza-me o que sou para vós; consola-me o que sou convosco. Pois para vós sou bispo, convosco sou cristão. Aquilo é um dever, isto é uma graça. O primeiro é um perigo, o segundo salvação”³⁴.

Outra afirmação forte é a que se refere à participação de cada cristão – e não somente do clero – na missão profética, sacerdotal e pastoral de Cristo. Sendo assim, o apostolado dos leigos não é somente uma ‘ajuda’ aos padres, que em tantas dioceses são pouco numerosos; é uma resposta ao chamado que o Mestre dirige a todos, pelo batismo e pela confirmação, para participarem de sua missão de salvação³⁵. Daí decorre que o engajamento de cada um na obra da evangelização é direito e consequência natural dos sacramentos de iniciação e não somente uma concessão que a Igreja faz a alguns.

Também é interessante notar que a atuação dos leigos é reconhecida na Igreja e no mundo, embora seja considerada a necessidade toda particular de santificação das realidades sociais³⁶. Alguns comentam positivamente esta visão do leigo, como num *Dossier de la Documentation Catholique*, que diz: “nada não evoca mais, neste texto, a definição negativa que considera o leigo unicamente em referência ao padre e ao religioso”³⁷.

Temos também análises mais críticas, como a de Schillebeeckx, que percebe no n°31 do documento resquícios da antiga dicotomia: a Igreja aos clérigos, o mundo aos leigos. Ele chega a afirmar que na busca de definição do leigo, foi escolhido o caminho teológico menos indicado, isto é, o de uma descrição fenomenológica, que termina por definir os cristãos em geral e não os leigos³⁸.

³⁴ AGOSTINHO. Sermão 340, 1. In: **Compêndio do Vaticano II**. Constituições, Decretos, Declarações. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1968, LG 32, p. 79.

³⁵ Cf. *Id.* LG 33, p. 79.

³⁶ Cf. *Id.* LG 31, p.77.

³⁷ POTIN, J. (dir.). **Les laïcs**; leur mission dans l’Église et dans le monde. Collection Les Dossiers de la Documentation Catholique. Paris: Le Centurion, 1985, p. 19, tradução nossa.

³⁸ Cf. SCHILLEBEECKX, E. **La mission de l’Église**. *Op. cit.* p. 117.

Contudo, o documento pede aos pastores que não só reconheçam mas promovam a responsabilidade dos leigos na Igreja e deixem-lhes liberdade e raio de ação. Encorajem-nos até para empreender outras obras por iniciativa própria³⁹.

Numa sociedade cada vez mais complexa e secularizada, é inconcebível não se considerar a experiência e capacidade dos leigos, sob pena de perdermos o passo da história, caindo num discurso antiquado e inoperante.

Somente para ilustrar, é bom saber que este capítulo recebeu 2.236 votos favoráveis dos bispos conciliares e apenas 08 contrários. Daí se entende as inúmeras experiências que se desencadearam pelo mundo afora, sobretudo em nosso continente.

Será a partir destes pontos básicos apontados pela LG que os demais documentos vão desenvolver o discurso sobre os leigos.

A constituição pastoral *Gaudium et Spes* (GS) trata dos leigos e de suas tarefas no capítulo IV da parte I, cujo título é ‘Função da Igreja no mundo de hoje’. Os leigos são chamados a erradicar o descompasso existente entre fé cristã e compromisso social. A posição dos padres conciliares, reforçada por várias citações bíblicas, é claramente manifestada no seguinte texto: “Este divórcio entre fé professada e a vida cotidiana de muitos deve ser enumerado entre os erros mais graves de nosso tempo”⁴⁰.

No exercício de suas funções, os leigos devem agir em colaboração com outros membros da Igreja e da sociedade, dialogando construtivamente com pessoas de todas as opiniões. Tal opinião oferecia, já naquela época, as bases para uma postura aberta, numa sociedade que, efetivamente, tem se tornado cada vez mais pluralista.

Desenvolvendo suas atividades com competência e espírito de iniciativa, os leigos não devem esperar dos pastores as soluções aos problemas que se apresentam. Diz o documento: “Não julguem serem os seus pastores sempre tão competentes que possam ter uma solução concreta e imediata para toda a questão que surja, mesmo grave, ou que seja esta a missão deles”⁴¹.

Sem cair numa separação rígida de campos de ação, GS vai incentivar uma sadia autonomia do laicato a qual, em muitas situações concretas, constituiu o ponto de atrito entre membros da hierarquia e certos agentes de pastoral.

Não podemos deixar de notar que tais considerações referentes à missão do leigo em sociedade estão profundamente ligadas à nova base teológica.

³⁹ Cf. *Op. cit.* LG 37, p. 85.

⁴⁰ **Compêndio Vaticano II.** *Op. cit.* GS 43, p. 189.

⁴¹ *Op. cit.* GS 43, p. 190.

A relação com o mundo secular só pode ser absorvida no conceito teológico do leigo, se a missão específica da Igreja já inclui, em si mesma, uma relação eclesial com este mundo secular. A razão é que o que distingue o leigo, teologicamente, deve distingui-lo também na sua relação com a Igreja. Do contrário, se introduziria um elemento alheio na definição eclesiológica⁴².

Vejamos agora os pontos principais do decreto *Apostolicam Actuositatem* (AA), sobre o apostolado dos leigos. Logo no primeiro parágrafo fala-se do papel próprio e absolutamente necessário dos leigos. Buscando apoio em textos bíblicos (At 11,19-21; 18,26; Rom 16,1-16; Filip 4,3), o concílio afirma que o apostolado dos leigos, decorrente de sua vocação cristã, nunca pode faltar à Igreja⁴³.

É uma afirmação bastante engajada, que reconhece também que em certos setores da sociedade, somente os leigos podem levar a mensagem de Jesus Cristo.

Ao falar da missão evangelizadora, o texto evoca a pluralidade dos serviços e ministérios suscitados pelo Espírito Santo em favor do crescimento da comunidade. Esta verdade, pregada com insistência pelo apóstolo Paulo, coloca os cristãos diante do apelo a partilharem os próprios carismas. Ao mesmo tempo, é preciso saber valorizar os carismas dos outros, numa atitude de dar e de receber; subentende-se que o apostolado é uma obra corresponsável.

A concepção de leigo apresenta uma clara evolução: ele não é somente um coadjuvante, um auxiliar, mas sim corresponsável pela obra missionária da Igreja. O decreto conclama cada cristão a se deixar interpelar pelo brado paulino: “Ai de mim se eu não evangelizar” (1Cor 9,16).

Também é evidenciado o papel dos leigos na transformação das estruturas da sociedade. Imersos no mundo do trabalho, da política, da comunicação, do social, eles devem ser fermento de vida cristã no meio das realidades temporais a partir da justiça do reino de Deus⁴⁴.

Ao citar os campos do apostolado, as comunidades da Igreja são especialmente destacadas. AA aprofunda a função dos leigos na transformação da paróquia numa verdadeira comunidade evangélica e evangelizadora. Ainda mais, mostra o valor do apostolado inter-

⁴² SCHILLEBEECKX, E. A definição do leigo cristão. In: BARAÚNA, G. (org). **A Igreja do Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 1965, p. 998.

⁴³ Cf. **Compêndio Vaticano II**. Op. cit. AA 1, p. 529.

⁴⁴ Cf. Op. cit. AA 7, pp. 537s.

paroquial, diocesano e extra-diocesano⁴⁵. Alicerçado numa comunidade específica, o cristão deve sentir-se em comunhão com toda a Igreja.

Em seguida, destaca-se a ‘família’, constituída pelo Criador como princípio e fundamento da sociedade humana. Os pais são para os filhos os primeiros anunciadores e educadores da fé, e ajudam-nos com prudência na escolha da vocação. Aos jovens e crianças é reconhecido um lugar próprio na atividade apostólica⁴⁶.

Várias orientações são dadas para o apostolado no ambiente social, que continua sendo um desafio imenso para a evangelização. Seja a nível local ou numa esfera mais abrangente, é urgente uma presença competente, coerente, organizada dos cristãos leigos, em cooperação com todos os homens de boa vontade.

A organização dos leigos é incentivada em grupos de interesse específico, conselhos, comissões, e outros. O mesmo espírito sinodal que se buscava na hierarquia é incentivado igualmente entre os leigos. A formação também é destacada no último capítulo. Tal prática tem se desenvolvido bastante nos últimos anos, proporcionando às pessoas o exercício mais conscientes do diálogo, da comunhão e da participação.

Alguns peritos dizem que o documento AA poderia ter se beneficiado muito mais dos princípios emanados da LG e da GS, aplicando-os concretamente à nova situação dos fiéis na Igreja. John M. Miller afirma ser este o preço pago pelo decreto ter sido preparado cedo demais⁴⁷.

Encontramos também no decreto *Ad Gentes* (AG), que trata da atividade missionária, outros elementos interessantes com respeito aos leigos. Podemos mesmo dizer que estava se inaugurando uma nova fase na missão da Igreja. Esta significava, até este momento, a ação evangelizadora do clero e sobretudo nas regiões além-fronteiras. Um sentido mais amplo vai se firmando, no tocante ao sentido e aos atores da missão.

Embora a reflexão sobre os ministérios leigos estivesse ainda no seu início, o papel do leigo na formação da comunidade cristã é claramente reconhecido: “Para a fundação da Igreja e incremento da comunidade cristã fazem-se necessários vários ministérios, por vocação divina suscitados dentre a própria assembleia dos fiéis”⁴⁸.

O reconhecimento da pluralidade de agentes necessários à missão eclesial está na base de todo um desenvolvimento da dimensão ministerial, que tem se mostrado sempre mais

⁴⁵ Cf. *Id.* AA 10, p. 542.

⁴⁶ Cf. *Id.* AA 11, pp. 542s.

⁴⁷ Cf. MILLER, J.M. **La Teologia dopo Il Vaticano II**. Brescia: Morcelliana, 1976, p. 345.

⁴⁸ **Compêndio Vaticano II**. *Op. cit.* AG 15, p. 371.

abrangente. Se antes se dizia que o ministério consagrado representava a síntese de todos os ministérios, hoje ele é chamado a desenvolver o ministério da síntese.

A primavera dos ministérios em muitas regiões, como por exemplo o Brasil, abriu novas fronteiras para a evangelização. As teorias materialistas sobre a morte de Deus e a superação da ‘fase religiosa’ do homem não foram comprovadas. Na visão do papa e de muitos agentes consagrados e leigos, o que deveria realmente morrer seria uma Igreja clerical e centralizadora, que não respondia mais ao dinamismo acelerado da sociedade.

AG realça o caráter indispensável da missão do leigo, como vemos claramente nesta afirmação:

A Igreja não se acha deveras consolidada, não vive plenamente, não é um perfeito sinal de Cristo entre os homens, se aí não existe um laicato de verdadeira expressão que trabalhe com a hierarquia. Porque o Evangelho não pode ser fixado na índole, na vida e no trabalho dum povo, sem a ativa presença dos leigos⁴⁹.

Outro documento conciliar, *Presbyterorum Ordinis* (PO), embora não tratando especificamente dos leigos, ilumina ainda mais a nova fisionomia teológica do laicato. Já o primeiro capítulo começa destacando o ‘sacerdócio santo e régio’ de todo ‘povo de Deus’. Logo, o decreto tende a reduzir as distâncias entre clero e leigos⁵⁰.

Considerando que o concílio acentuou bastante as definições relativas aos bispos e aos leigos, poderia se pensar que a especificidade da vocação presbiteral estaria de certa forma diluída. Não é este o caso. Porém, o resultado pode ser negativo na medida em que se colocar o presbítero como o homem dos sacramentos. B. Sesboüé vê nesta prática um retorno à doutrina de Trento:

Não se pode ajudar aos padres quando são incentivados a pensar exclusivamente a partir de dois sacramentos; o da Eucaristia e o da Reconciliação. Esta é uma concepção minimalista de seu ministério. Trata-se mesmo de uma deriva doutrinal⁵¹ (...)

O padre não perdeu sua identidade, mas foi chamado a redescobrir-se como elemento de comunhão no seio do ‘povo de Deus’. Partilhando desta opinião, Sesboüé continua:

⁴⁹ *Id.* AG 21, p. 378.

⁵⁰ *Cf. Compêndio Vaticano II.* PO 2, p. 440.

⁵¹ SESBOÜÉ, B. *N’avez pás peur!* *Op. cit.* p. 95, tradução nossa.

O que acaba de ser dito mostra que o acesso dos leigos à certas funções pastorais não ameaça em nada a especificidade do ministério presbiteral na totalidade de seu sentido e de suas tarefas. Pelo contrário, a rápida evolução da sociedade exigirá cada vez mais a qualidade dos padres e uma melhor formação possível⁵².

Houve uma aproximação maior ao sacerdócio de Cristo, marcado mais pelo serviço que pela autoridade (Mt 20,28). Na companhia de todos os que se regeneraram na fonte do batismo, os presbíteros são irmãos entre irmãos, como membros de um só e mesmo corpo de Cristo, cuja edificação a todos foi confiada⁵³.

Nesta perspectiva, a função de presidência da comunidade se torna promotora da participação de todos na missão da Igreja, numa sadia descentralização:

Da mesma forma entreguem com confiança tarefas aos leigos para o serviço da Igreja, deixando-lhes liberdade e possibilidade de agir convidando-os mesmo oportunamente a enfrentar obras também por sua iniciativa⁵⁴.

É um reconhecimento oficial da capacidade dos leigos de descobrir e assumir caminhos novos para a ação social e pastoral.

Quase cinco décadas já nos separam da última sessão do concílio Vaticano II, mas podemos certamente afirmar que o empenho em renovar e atualizar a ação da Igreja e o alcance dos vários ministérios continua sem tréguas.

Um dos elementos que não pode faltar neste processo é a valorização da memória histórica. Combinando a fidelidade e a crítica construtiva, podemos encontrar nos documentos conciliares novas luzes para os nossos posicionamentos atuais. Os documentos magisteriais e a Tradição em geral constituem uma fonte de primeira ordem para a vida eclesial, ao lado da Escritura e da realidade.

Hoje, mais que nunca, os pontos de referências são necessários. Cabe aos leitores descobri-los e escolhê-los, honestamente, permanecendo fiéis ao Espírito de verdade, que devemos acolher para que ele nos faça viver e nos guie em direção da verdade plena.⁵⁵

⁵² *Id.* p. 113, tradução nossa.

⁵³ *Cf. Compêndio Vaticano II. Op. cit.* OP 9, pp. 457s.

⁵⁴ *Id.* p. 458.

⁵⁵ GÉLAMUR, J. In: POTIN, J. (dir.). **Les laïcs.** *Op. cit.* p. 14, tradução nossa.

1.3 A renovação da ação eclesial após o concílio Vaticano II na América Latina e no Brasil

A partir do momento em que a concepção da Igreja como ‘povo de Deus’ e Comunhão⁵⁶ – purificada de suas ambiguidades – passa a ser entendida como fato e tarefa, mudanças importantes aconteceram no tocante à ação, à reflexão e à organização eclesiais. O concílio Vaticano II oficializou este anseio por novas práticas, embasado nas contribuições teológicas de diversos teólogos, sobretudo do norte da Europa. Ele proporcionou, através das definições e indicações que vimos anteriormente, uma visão positiva do mundo⁵⁷.

O próprio papa João XXIII, que convocara o concílio, já havia urgido dos bispos latino-americanos, em 1958, uma decidida renovação da ação da Igreja. Antecipando importantes pistas de ação que proporia mais tarde, ele destacava em sua mensagem a necessidade de uma clara visão da realidade; um plano de ação que, partindo da realidade, permitisse articular e somar forças e iniciativas; uma corajosa aplicação do plano; uma colaboração efetiva das Igrejas entre si⁵⁸.

Ele reiterou seu apelo ao episcopado latino-americano em carta escrita a 08 de novembro de 1961⁵⁹. Seu sucessor, Paulo VI, assumiu também as preocupações e particularíssimas solitudes que ‘o papa bom’ demonstrara pela América Latina.

Com o apoio do núncio apostólico de então, Dom Armando Lombardi, do presidente da CNBB, cardeal Dom Jaime de Barros Câmara e o Secretário Geral da CNBB, Dom Hélder Câmara, a tarefa de elaboração da primeira experiência de planejamento pastoral conjunto aconteceu na Igreja do Brasil. Trata-se do ‘Plano de Emergência’, aprovado na 5ª assembleia geral da CNBB, em 1962.

Três pontos principais se destacaram neste primeiro plano: a necessidade de uma ação conjunta, o desenvolvimento da ação dos leigos e a transformação do espírito do ensino católico⁶⁰. Os resultados não tardaram: organizaram-se as primeiras sete conferências episcopais regionais para facilitar a pastoral de conjunto, das quais nasceram planos regionais mais concretos, a partir das orientações gerais.

⁵⁶ Cf. DULLES, A. **A Igreja e seus modelos**. São Paulo: Paulinas, 1978, pp. 33s.

⁵⁷ Cf. **Compêndio do Vaticano II**. *Op. cit.* GS 1. pp. 143s.

⁵⁸ Cf. QUEIROGA, G.F. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Comunhão e Corresponsabilidade. São Paulo: Paulinas, 1977. p. 95.

⁵⁹ Cf. Carta de João XXIII ao Episcopado da América Latina. In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 22, nº 2, pp. 461-463, [jun.] 1962.

⁶⁰ Cf. CNBB. **Plano de Emergência**. Rio de Janeiro, 1962.

Dom Hélder Câmara traduz bem o otimismo representado no documento fundante de um processo novo na vida eclesial brasileira:

O Plano de Emergência nos prepara para as reformas que hão de vir como consequência do Vaticano II. E os bispos do Brasil tem confiança de partir para Roma, deixando o Plano em marcha, entregue aos nossos padres, religiosos e leigos⁶¹.

Em 2004 foi lançado uma nova edição do ‘Plano de Emergência’ cujo título foi: Plano de Emergência para a Igreja no Brasil. Este documento foi publicado na série ‘azul’ dos Documentos da CNBB – n° 76, com a intenção de levar ao conhecimento das novas gerações de agentes da evangelização e da pastoral este texto sempre citado, quando se fala da história dos planejamentos pastorais e da vida da CNBB, mas de difícil acesso⁶².

Em seguida, foi lançado uma nova edição do Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970, também na série Documentos da CNBB – n° 77. O então Secretário Geral da CNBB e bispo auxiliar de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer, escreve na apresentação da edição de 2004:

Em 1962, ainda antes do início do Concílio Vaticano II, a CNBB lançava o Plano de Emergência para preparar a Igreja para uma profunda renovação. Teve seu foco na paróquia e no exercício do ministério sacerdotal, mas também estava orientado para as escolas católicas e para a realidade sócio-econômica. A força motivadora desta primeira tentativa de pastoral de conjunto foi muito grande⁶³.

Ainda na apresentação da edição de 2004, Dom Odilo nos lembra do esforço da CNBB em colocar logo em prática as novidades trazidas do Vaticano II:

Para colocar em prática as ricas orientações do Concílio Vaticano II, a CNBB lançou, em 1966, o Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970. Foi elaborado durante a VII Assembleia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma, durante os três meses da última sessão conciliar. A proposta deste Plano era que a Igreja no Brasil se ajustasse rápida e plenamente à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II⁶⁴.

Estava inaugurada uma nova fase na definição das estratégias de ação da Igreja no país: os Planos de Pastoral de Conjunto (PPC). O objetivo geral era “levar todos os homens à

⁶¹ In: **Boletim da ACB**. Rio de Janeiro: [s.n.], n° 6/7, 1962, p. 4.

⁶² Cf. CNBB. **Plano de Emergência para a Igreja no Brasil**. n° 76. Paulinas: São Paulo, 2004, p. 7.

⁶³ CNBB. **Plano de Pastoral de Conjunto**. 1966-1970. Doc. 77. Paulinas: São Paulo, 2004, p. 5.

⁶⁴ *Id.* p. 5.

comunhão de vida com o Pai e entre si, por Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja”⁶⁵.

O objetivo geral deixava perceber, claramente, a concepção conciliar da Igreja como ministério de comunhão trinitário. As seis linhas de trabalho eram promover:

1. Unidade visível da Igreja Católica;
2. Ação missionária;
3. Ação catequética, aprofundamento doutrinal, reflexão teológica;
4. Ação litúrgica;
5. Ação ecumênica;
6. Ação da Igreja no mundo⁶⁶.

Na mesma direção, seguiram-se os Planos Bienais dos organismos nacionais, de 1971 a 1991. Nota-se que a partir de 1975, o episcopado brasileiro renovará, a cada quatro anos, os seus Planos de Pastoral que passarão a ser chamados de Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.

Em 1995, a terminologia Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil também foi substituída por Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil permanecendo assim até os dias atuais.

Estudando este início de renovação pastoral no Brasil e em outros países, François Houtart e Walter Goddiijn explicitam que desde o princípio foi percebida a necessidade de se estabelecer um processo participativo de planejamento. Eles dizem:

Assim como uma das exigências fundamentais do desenvolvimento e da organização comunitárias é associar pessoas desde a base até todas as etapas do trabalho; também o clero e os leigos que não estiverem envolvidos na preparação de uma pastoral renovada terão poucas chances de se integrarem espontaneamente na sua execução⁶⁷.

Estes dois autores citam, no mesmo artigo, exemplos de esforços empreendidos pelos bispos para se adaptarem à esta mentalidade pastoral. No Brasil, os cursos de reciclagem para o episcopado começaram no nordeste e se espalharam pelo país. Uma colaboração fundamental neste trabalho foi dada pelo MMM, citado anteriormente. Bispos, padres, religiosos e leigos – inclusive os da AC – de todos os regionais passaram por este *aggiornamento*, resultando daí uma base sólida de agentes de renovação pastoral⁶⁸.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ *Ibidem*.

⁶⁷ HOUTART, F.; GODDIJN, W. Pastorale d'ensemble et plans de Pastorale. In: **Concilium**. Paris: Beauchesne, n° 3, 1965, p. 42, tradução nossa.

⁶⁸ *Id.* p. 40.

Tal empenho era imperioso pois, como já dissemos, os conflitos internos ameaçavam a continuidade da marcha de renovação da Igreja brasileira. Se os grupos leigos se lançavam facilmente num engajamento político-social em nome da fé, as reticências de grande parte da hierarquia se faziam notar. Eis uma posição iluminadora de Schillebeeckx sobre esta questão:

E, no clero, isso exigirá uma evolução das mentalidades (...) A nova situação ainda não foi suficientemente integrada na reflexão teológica. Nestas condições, não é de se assustar se tal ou tal leigo, consciente de que ele possui um lugar na Igreja, as vezes passa a se comportar como o sucessor, se não de Pedro, ao menos do feroso Paulo⁶⁹.

Mais tarde, na conferência de Medellín, os leigos foram reconhecidos como participantes insubstituíveis na missão da Igreja, encarnando na realidade sofrida do continente as resoluções conciliares⁷⁰.

A análise de Medellín é lúcida, seguindo a metodologia ‘Ver, Julgar, Agir’. Ela parte de uma visão clara do momento histórico de então. A América Latina se caracterizava por uma situação de subdesenvolvimento, estampada na crescente marginalidade, alienação e pobreza. Eram os frutos de um verdadeiro neocolonialismo, ou seja, de uma estruturada dependência econômica, política e cultural em relação às metrópoles industrializadas, sobretudo os Estados Unidos da América.

Por outro lado aflora uma tomada de consciência dessa situação que se expressava, no Brasil e nos outros países do continente, em atitudes de protestos, de busca de libertação e de justiça social. O trabalho de base da AC especializada, do MEB, das primeiras CEB’s, citados anteriormente, comprovam esta luta pela transformação da realidade de opressão.

Porém, um clima de perplexidade e mesmo de pessimismo se descortinava mais ou menos de maneira geral, no final da década de 1960, como evidencia o padre José Oscar Beozzo⁷¹. Este espírito revolucionário foi brutalmente truncado, sobretudo pela utilização do poderio militar, estabelecendo regimes autoritários em vários países. O Brasil era governado com braço de ferro após o golpe militar de 1964, o exército da Bolívia liquidara Che Guevara e seu grupo em 1967, outro golpe militar acontecia no Uruguai em 1968. Os grupos libertários

⁶⁹ SCHILLEBEECKX, E. *La mission de l’Église*. Op. cit. p. 117.

⁷⁰ Cf. DOCUMENTO DE MEDELLÍN. n° 10. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 101.

⁷¹ Cf. BEOZZO, J.O. Medellín: Vinte Anos Depois (1968-1988). In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 48, n° 192, pp. 771-805, [dez.] 1988.

destes países, entre outros, viram suas esperanças revolucionárias serem sepultadas pela estabilização da sociedade tradicional.

A defesa do capitalismo e a luta contra o comunismo tornaram-se uma verdadeira obsessão, desencadeando um forte aparato repressivo através da Lei de Segurança Nacional (LSN). Caracterizava-se como uma autêntica ideologia elaborada nas academias de guerra, primeiramente nos Estados Unidos, em seguida nos outros países do continente. Esta nova forma de dominação utilizava as forças militares, os meios de comunicação social e a educação pública, para incutir na população o medo de um sistema que ela nem mesmo conhecia.

O documento de Medellín supõe o peso desta situação em relação ao compromisso libertador e humanizador dos leigos latino-americanos. Uma insuficiente e/ou inadequada resposta a estes desafios é detectada pelos bispos que, no entanto não deixam de ressaltar o aspecto positivo:

Finalmente, não é possível desconhecer os valiosos serviços que prestaram e continuam prestando com renovado vigor os movimentos leigos à promoção cristã do homem latino-americano. Sua presença em muitos ambientes, apesar dos obstáculos e das dolorosas crises de crescimento, é cada vez mais efetiva e notória⁷².

Num segundo momento, o episcopado procurou aprofundar os fundamentos teológicos da ação laical. É a mesma teologia expressa nos documentos do Vaticano II, ilustrada por textos da LG e GS. Os leigos são considerados como participantes de direito à tríplice missão de Cristo e da Igreja: profética, sacerdotal e real. Citam ainda a *Populorum Progressio*, no seu n° 81, para justificar a legitimidade da liberdade de iniciativa dos leigos no exercício de sua missão. Tal aspecto atingirá sua plena maturação no documento de Santo Domingo, quando será oficialmente definido o protagonismo dos leigos⁷³.

Sem cair em reducionismos, o enfoque é dado a uma teologia militante, comprometida. Ser cristãos neste período histórico concreto do continente significava posicionar-se, romper com um espiritualismo desencarnado para viver uma fé que:

(...) está presente no compromisso temporal do leigo como motivação, iluminação e perspectiva escatológica, e dá sentido integral aos valores baseados na dignidade humana, na união fraternal e na liberdade⁷⁴.

⁷² DOCUMENTO DE MEDELLÍN. *Op. cit.* p. 101.

⁷³ Cf. DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO. n° 97. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 121.

⁷⁴ DOCUMENTO DE MEDELLÍN. *Op. cit.* p. 102.

No terceiro momento, que é o da ação, Medellín incentiva os leigos a assumirem uma presença ativa nas estruturas de decisão da sociedade, a fim de influenciarem no processo de libertação e humanização. Apoia, também, sua inserção nos movimentos e organismos que trabalham pela justiça social e pela diminuição do desequilíbrio entre os povos.

É interessante notar que é feito um apelo à proteção dos militantes em perigo. Nestes anos difíceis, muitos leigos fiéis à visão crítica que adquiriram e ao idealismo que os animava, foram perseguidos, encarcerados, torturados, assassinados. Alguns dos agentes mais empenhados deixaram a Igreja; desanimados com o retrocesso ou hesitação da parte da hierarquia, foram buscar nas guerrilhas e agremiações políticas de esquerda o compromisso de luta radical contra as diversas formas de opressão.

Interessado em promover a vivência da fé encarnada na realidade, o episcopado questiona a metodologia das associações de leigos que não correspondem às necessidades do homem contemporâneo. Ao mesmo tempo, aponta o caminho de uma espiritualidade laical que exprima a síntese de uma dupla doação: a Deus e aos homens⁷⁵.

Sabemos que o aprofundamento do eixo fé-realidade não passava ao largo de tensões e conflitos com setores da sociedade e também da Igreja. Um leigo delegado do Brasil em Medellín, na qualidade de presidente da AC Operária, presta um depoimento significativo:

Nas comunidades diocesanas, houve um certo choque pela ênfase dada à exigência de unidade entre fé e vida, e as suas consequências práticas. Teve-se a impressão que a Igreja assumiu o social, em vez de cuidar do sagrado exclusivamente, como estava acostumado o povo católico⁷⁶.

O ex-arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, expressa bem a ótica de grande parte dos bispos presentes à conferência, ao apontar como um dos pontos mais significativos de Medellín:

A consciência de que, como pastores, deveríamos olhar primeiro que tudo para as necessidades do povo latino-americano e para as possíveis soluções a serem apontadas. Depois é que deveríamos olhar para Roma e verificar se o que pareceu bom para o povo entrava ou não em conflito com as orientações da Cúria Romana⁷⁷.

⁷⁵ *Id.* p. 104.

⁷⁶ SULIK, T. Depoimento de Tibor Sulik, da Ação Católica Operária. In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 49, nº 194, p. 410, [jun.] 1989.

⁷⁷ BEOZZO, J.O. **Medellín**. *Op. cit.* p. 790.

Tal pronunciamento denota uma visão teológica que nasce de um encontro com Cristo pobre presente nos pobres. É a contramão do caminho teológico-pastoral tradicional. Clodovis e Leonardo Boff colheram bem esta nova ótica, quando escrevem:

Toda verdadeira teologia nasce de uma espiritualidade, isto é, de um encontro forte com Deus dentro da história. A Teologia da Libertação encontrou seu ponto de ancoragem na confrontação da fé com a injustiça perpetrada contra os pobres. O pobre ao qual nos referimos aqui é um sujeito coletivo, são as classes populares que abarcam muito mais que o proletariado estudado por Karl Marx⁷⁸.

Nos anos seguintes, vários teólogos latino-americanos assumiram o trabalho de articular o discurso da ação, que se apresentava como uma luz nova que se projetava sobre o discurso teológico tradicional. Uma linha comum caracterizava o compromisso de teólogos, pastores e leigos, conforme nos descrevem os irmãos Boff:

Assim um teólogo profissional pode abrir grandes perspectivas para a ação. Um teólogo pastor pode ser mais determinado quanto às linhas de atuação. Um teólogo popular está em condições de entrar em um plano de concretização prática bastante preciso⁷⁹.

Este novo fenômeno eclesial e cultural passou a se chamar teologia da libertação. Um mesmo processo teológico global unia organicamente os três níveis acima citados, sem ruptura, sem exclusivismo, sem dominação cultural.

Vejamos como os mesmos autores nos esclarecem o elemento de coesão destes três planos de reflexão teológico-libertadora:

Uma mesma inspiração de fundo: uma fé transformadora da história ou, em outras palavras, a história concreta pensada a partir do fermento da fé. Isto quer dizer que a Teologia da Libertação de Gustavo Gutiérrez é a mesma que a de um lavrador cristão do nordeste brasileiro⁸⁰.

Como vemos, a metodologia da teologia da libertação resgata o valor dos leigos seja no agir, seja no pensar, dentro da Igreja e fora dela.

Seguindo o exemplo da natureza, podemos dizer que algo novo estava nascendo de uma difícil gestação. As situações críticas que estavam sendo vividas no país e no continente paradoxalmente eram portadoras de esperança. Os intelectuais conceituavam bem o contexto da época:

⁷⁸ BOFF, L.; BOFF, C. **Cómo hacer teología de la liberación**. Madrid: Paulinas, 1986, p. 12, tradução nossa.

⁷⁹ *Id.* p. 55.

⁸⁰ *Id.* p. 24.

A crise não é um sintoma de uma catástrofe iminente, mas o momento em que o homem se questiona radicalmente a si mesmo, seu destino, o mundo cultural que o cerca que é convocado, não a opinar sobre algo, mas a se definir⁸¹.

Mesmo ao nível oficial é reconhecida a situação de crise, o que não deixa de ser importante para compreendermos os futuros desdobramentos da ação pastoral no Brasil. Sem o reconhecimento dos seus limites, seja quanto à reflexão, seja quanto à ação, a hierarquia não poderia ter extraído as lições possíveis dos conflitos por vezes agudos com os leigos da AC. Reunidos em assembleia, em 1970, os bispos escrevem:

Parece-nos oportuno abrir este Documento Pastoral, trazendo uma palavra sobre a impressão difundida um pouco em todos os ambientes, sublinhada com maior ou menor ênfase pelos meios de comunicação, guardada em silêncio no coração de muitos, experimentada por nós também no dia-a-dia de nossas vidas: a impressão de que a Igreja está em crise (...) ela registra a marcha do homem no tempo e passa também por uma destas transformações profundas, que nem é a primeira nem a última⁸².

O tema desta XI assembleia do episcopado foi 'Leigos'. Pastores e leigos de todos os regionais do país estiveram dialogando e buscando soluções em vista da superação da tensão existente. Foi uma reunião positiva, que culminou com a resolução de continuarem a reflexão eclesial sobre os leigos para mútuo conhecimento e a instauração de órgãos de diálogo. Estava em vista a criação de um organismo nacional de leigos⁸³.

Os leigos demonstraram uma maturidade para o diálogo que certamente era fruto de anos de engajamento pastoral. Um ex-militante da JUC assim se expressa:

Laicato e hierarquia só devem ser entendidos numa referência mútua, da mesma forma que ambos só tem sentido numa referência à Cristo, à Humanidade toda e mesmo à toda criação⁸⁴.

Poucas semanas após esta assembleia, toda equipe nacional da JOC foi encarcerada, juntamente com dois assistentes. Foram torturados e levados diante de um tribunal militar, por crime de subversão. Seguiram-se os assassinatos, que começaram a atingir também o clero. Mesmo se reprimidos e impedidos de ter acesso aos meios de

⁸¹ FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1968, p. 35.

⁸² CNBB. **Documento Pastoral de Brasília**. 1970, p. 1.

⁸³ Cf. CNBB. **Leigos na XI Assembleia**. 1970.

⁸⁴ *Id.* p. 26.

comunicação social, muitos bispos passaram a assumir a linha de frente da ação social, lugar antes ocupados pelos leigos.

A CNBB assumiu oficialmente que o crescimento qualitativo do laicato teve uma importância capital na renovação preconizada pelo Vaticano II e assumida no documento de Medellín. Tal crescimento traduzia-se no espírito comunitário e na corresponsabilidade participada⁸⁵. Estas características não se perderam mesmo com a desestruturação e extinção da AC, cujos membros constituíram a maioria dos dirigentes das novas pastorais que foram nascendo das cinzas. A Pastoral Operária, Pastoral da Terra, Pastoral Indígena, Pastoral da Saúde, Centros de Direitos Humanos, entre outros: eis os herdeiros das várias expressões da AC⁸⁶.

A partir deste momento veremos todas as diretrizes da CNBB incentivando a formação dos fiéis leigos e a viva consciência de que eles devem ter da sua responsabilidade nas tarefas da missão comum. Neste contexto histórico o papa Paulo VI pede que os leigos assumam de vez seu papel de sujeitos e se percebam como evangelizadores no meio do mundo e à frente de tarefas as mais variadas na ordem temporal⁸⁷, deixando a concepção pastoral arcaica que os via como destinatários da evangelização.

Posteriormente foi a vez de Puebla reconhecer o leigo como agente de comunhão e participação⁸⁸. É bom lembrar que, no Brasil, foi somente neste período que o documento de Medellín pôde ser realmente divulgado. Durante os anos 70, o país viveu amordaçado pelo Ato Institucional nº 05, através do qual o governo militar anulou a liberdade de expressão. As perseguições se multiplicaram, atingindo leigos, padres, religiosos e bispos⁸⁹. Foi neste contexto que, em abril de 1979, a 17ª assembleia da CNBB reuniu-se para adaptar à realidade brasileira as Conclusões de Puebla⁹⁰.

Puebla não trouxe grandes surpresas, como foi o caso de Medellín. Alguns teólogos apontam aspectos importantes que não avançaram, como o chileno Ronaldo Muñoz:

⁸⁵ Cf. CNBB. **Comunidade Mensal**. nº 1. Brasília, 1974, p. 1136.

⁸⁶ Cf. PINHEIRO, J.E. In: CNBB. **Leigos e participação na Igreja**. *Op. cit.* pp. 102s.

⁸⁷ Cf. PAULO VI, Papa. **Evangelii Nuntiandi**: sobre a evangelização no mundo contemporâneo. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1976, nº 70, p. 57.

⁸⁸ Cf. DOCUMENTO DE PUEBLA. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 281.

⁸⁹ Um relatório completo destas perseguições se encontra em **SEDOC**, nº 121, colunas 1161-1188, 1979.

⁹⁰ Cf. CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil**. 1991-1994. Doc. 45. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 8.

(...) perdeu-se a oportunidade de explicitar sistematicamente uma doutrina eclesiológica a partir da nossa realidade e ao serviço das urgências de nossa missão evangelizadora⁹¹.

Outra identificação de lacunas consideráveis:

Teriam sido naturalmente mais bem-vindas expressões de abertura positiva e de encorajamento com respeito à elaboração de uma autêntica teologia da libertação, à assimilação do marxismo científico pela reflexão cristã e à conformação de um projeto socialista condizente com nossa tradição religiosa⁹².

O mesmo autor cita, também, ganhos da maior importância:

(Puebla) indica que os pobres não são apenas objetos da evangelização, mas sujeitos ativos. Através deles o chamado da salvação se faz realmente universal (...) O documento, desde o início, reconhece a validade das *ceb's* e na conclusão, depois de falar na criação do homem novo, indica como primeiro sinal de esperança a existência delas (...) Puebla não inovou, mas expressou o que a Igreja já vem fazendo. E isso dá ao documento uma força especial, por sua coerência e adequação com as próprias experiências concretas⁹³.

Muitos leigos ficaram perplexos diante da indefinição de uma ‘terceira via’ como alternativa ao capitalismo e ao comunismo, que foram condenados pelos bispos. O texto afirma claramente que a dimensão política é constitutiva do homem⁹⁴. Mas muitos perguntavam qual é, afinal, o projeto social a abraçar. Tal hesitação pode ser um reflexo do posicionamento diverso das conferências episcopais frente aos governos nacionais. Em Puebla a luta ideológica entre os bispos era bem evidente.

Mesmo tendo considerado criticamente estes mesmos pontos, Leonardo Boff elenca dez grandes avanços que perpassam o documento:

1. a consagração do método de ver analiticamente, julgar teoricamente e de agir pastoralmente;
2. a dimensão social e política da fé;
3. a defesa e promoção da dignidade da pessoa humana;
4. a opção preferencial pelos pobres;
5. a promoção e libertação integral;

⁹¹ MUÑOZ, R. O capítulo eclesiológico das Conclusões de Puebla. In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 39, n° 153, [mar.] 1979, p. 113.

⁹² BOFF, C. Puebla: Evangelização, Ideologias e Política. In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 39, n° 153, [mar.] 1979, p. 103.

⁹³ *Id.* p. 86.

⁹⁴ Cf. DOCUMENTO DE PUEBLA. n° 513. *Op. cit.* p. 218.

6. a religiosidade popular;
7. as CEB's;
8. a opção preferencial pelos jovens;
9. a promoção da mulher;
10. as três condenações: do capitalismo liberal, do marxismo coletivista e da ideologia da segurança nacional.

Boff conclui dizendo que Puebla se constitui numa vigorosa reafirmação do caminho da Igreja nos últimos dez anos⁹⁵.

A CNBB procurou extrair de Puebla as afirmações-chave para continuar a promoção dos leigos. Um exemplo deste gênero encontramos nas diretrizes de 1983-1986 que, partindo dos números 482 e 322, afirmam:

Nesse sentido, percebe-se com clareza sempre maior a importância de se fortalecer mecanismos permanentes de participação, que favoreçam, sobretudo nos leigos, homens e mulheres, a consciência de sua pertença ativa à Igreja e que lhes possibilitem crescer na vivência da comunhão eclesial⁹⁶.

Os leigos são homens da Igreja no coração do mundo, e homens do mundo no coração da Igreja⁹⁷.

1.4 As novas tendências da ação pastoral

Podemos dizer que desde a conferência de Puebla a Igreja mostrou que estava mais madura, no senso em que suportava as tensões internas e conseguia definir princípios comuns importantes para dar continuidade à caminhada pastoral, num clima de diversidade. A marcha de renovação continuou no Brasil, contribuindo eficazmente no processo de abertura democrática do país.

Alguns anos depois, em 1991, aconteceu na Argentina outro importante evento continental. Tratava-se da XXIII assembleia ordinária do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), na qual o delegado brasileiro, cardeal Aloísio Lorscheider, apresentou um relatório oficial em nome dos bispos do Brasil.

⁹⁵ Cf. BOFF, L. Puebla: Ganhos, Avanços, Questões Emergentes. In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 39, n° 153, [mar.] 1979, pp. 50-52.

⁹⁶ CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil**. Doc. 28. n° 57. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 50.

⁹⁷ Cf. DOCUMENTO DE PUEBLA. n° 786. *Op. cit.* p. 283.

Dentre as colocações feitas pelo cardeal, algumas são de especial relevância para percebermos as prioridades estratégicas da CNBB e o grau de inserção atribuído aos leigos em cada uma delas. Ele mesmo elenca entre as atividades desenvolvidas pela Igreja Católica no país:

- A organização e execução das Campanhas da Fraternidade, abordando temas de muita atualidade na vida nacional: a questão do menor, do negro, da mulher, do trabalho;
- O planejamento pastoral sempre mais participativo desde as CEB's, passando pelas paróquias, dioceses, regionais, até atingir o âmbito nacional⁹⁸.

No mesmo documento são apontadas algumas tendências observadas na elaboração das diretrizes da ação da Igreja no Brasil:

(...) uma Igreja sempre mais ministerial, em que os cristãos-leigos vão tomando maior consciência de sua identidade e de seu dever apostólico, uma Igreja sempre mais solidária, especialmente com os empobrecidos e marginalizados (...) ⁹⁹.

Percebe-se claramente que a abertura política no Brasil é acompanhada no interior da Igreja por uma mudança de postura em relação ao espaço concedido pela hierarquia aos leigos, mesmo no processo de elaboração das prioridades e estratégias.

Se durante o período ditatorial, que se instauraram após o golpe militar de 1964, muitas vezes se ouvia a voz da Igreja denunciando as arbitrariedades do regime totalitário, era quase sempre através do clero, principalmente dos bispos¹⁰⁰. É certo que em muitos casos eram razões de segurança dos leigos que o exigiam; em São Paulo, é notório o caso do cardeal Paulo Evaristo Arns.

Tal papel proeminente dos pastores trouxe um efeito colateral que inquietava vários setores leigos: a 'episcopalização' da Igreja no Brasil. Em realidade, a voz da Igreja é identificada ainda hoje com a voz da CNBB e o momento decisório por excelência do catolicismo nacional é a assembleia anual dos bispos.

Mesmo se existem o Conselho Nacional dos Leigos (CNL) e o Conselho Nacional de Pastoral, eles não têm voz deliberativa nas grandes questões discutidas e decididas pelo episcopado. Tal constatação é feita por vários estudiosos, que se interrogam se a causa deste fenômeno seria:

⁹⁸ **Comunicado Mensal**. Brasília: [s.n.], n° 450, pp. 422s, 1991.

⁹⁹ *Id*, p. 427.

¹⁰⁰ Cf. GOMES DE SOUZA, J.A. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 250.

Resquício do papel que foi obrigada a assumir a CNBB e o fez, com maestria, no período da ditadura? Falta de um instrumental mais orgânico como foi a Ação Católica?¹⁰¹.

Mas a reorganização dos partidos e dos sindicatos, a liberdade de imprensa, entre outros, são fatos marcantes que reabriram as portas da participação sócio-política à população. A Igreja deveria redimensionar seu papel na nova ordem social. Ela percebe que este momento de falta de paradigmas fortes oferece novas oportunidades de inclusão de valores evangélicos.

É justamente neste contexto que a Igreja abre os horizontes e percebe uma humanidade mais preparada para a sementeira evangélica. Em dezembro de 1990, o beato João Paulo II escreveu a Carta Encíclica *Redemptoris Missio* para manifestar uma maior solicitude missionária de toda a Igreja. Ele convida todos os católicos a um renovado empenho missionário. Este documento tem uma finalidade interna: “a renovação da fé e da vida cristã”¹⁰². A Encíclica *Redemptoris Missio* afirma:

A necessidade de que todos os fiéis compartilhem tal responsabilidade não é apenas questão de eficácia apostólica, mas é um dever-direito, fundado sobre a dignidade batismal, pelos quais os fiéis leigos participam, por sua vez, no tríplice ministério – sacerdotal, profético e real – de Jesus Cristo¹⁰³.

Inicia-se, assim, uma nova fase na história contemporânea da Igreja no Brasil. A redefinição de metas, o questionamento mais intenso da estrutura de governo ainda bastante clerical, a abertura maior às contribuições das ciências sociais, ficaram patentes no texto das diretrizes aprovadas na 29ª assembleia da CNBB, que aconteceu em abril de 1991.

Dentre as ‘mudanças profundas e rápidas’ preconizadas pelo Vaticano II¹⁰⁴, o citado documento 45 da CNBB aponta o individualismo e a emergência da subjetividade, afirmando que:

(...) homem e mulher modernos sentem-se protagonistas de sua realização pessoal, rica de possibilidades, sem a rigidez dos papéis que a sociedade tradicional lhes impunha. Aí podemos encontrar um dos pilares da tradição cristã, que afirma o valor da pessoa humana, da sua liberdade e da sua realidade integral¹⁰⁵.

¹⁰¹ PINHEIRO, J.E. In: CNBB. **Leigos e participação na Igreja**. *Op. cit.* p. 79.

¹⁰² JOÃO PAULO II, Papa. **Redemptoris Missio**: a validade permanente do mandato missionário. São Paulo: Paulinas, 1991.

¹⁰³ *Id.* n° 71. p. 113.

¹⁰⁴ **Compêndio do Vaticano II**. *Op. cit.* GS 206. p. 146.

¹⁰⁵ CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil**. Doc. 45. n° 118. *Op. cit.* pp. 60-61.

O mesmo documento afirma, ainda:

A valorização da pessoa humana é um ponto central da antropologia cristã, da prática de Jesus e da Tradição eclesial, desde os primeiros séculos até os desenvolvimentos recentes do magistério e da teologia. Ao lado da caridade a favor dos pobres e da prática da justiça, o testemunho evangélico a que o mundo de hoje é mais sensível é o da atenção às pessoas¹⁰⁶.

Uma das maneiras encontradas para se valorizar a pessoa humana na evangelização foi levar-lhes a mensagem através do contato pessoal. A comunicação direta da mensagem, envolvida num clima de atenção e respeito, opõe-se à desvalorização e massificação do homem moderno.

O relacionamento interpessoal é o início de um caminho a ser percorrido para se estabelecerem os laços da amizade e confiança, que são fundamentais para a inserção na vida comunitária.

As diretrizes de 1991 apontam o acolhimento às pessoas como caminho para evangelizar o homem de hoje. Para isso, indicam algumas medidas que podem ser postas em prática:

(...) ministério da acolhida, visitas às famílias que chegam, visitas domiciliares nos momentos marcados pela alegria ou pela tristeza; postura acolhedora, alegre, disponível e bem humorada por parte dos presbíteros e demais agentes de pastoral¹⁰⁷.

Também o documento de Santo Domingo, demonstrando séria preocupação com a crescente deserção dos católicos, sugere a visita domiciliar como um meio eficaz para trazê-los de volta. A Igreja, pastores e fiéis, sem descuidar do que estão mais próximos, deve sair ao encontro dos que estão afastados¹⁰⁸.

A indiferença religiosa é um desafio emergente à ação da Igreja. Assim afirma o documento 45:

As pesquisas recentes indicam que, nas grandes cidades, 8% a 9% das pessoas, sobretudo homens abaixo de 60 anos, declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que tem uma prática religiosa rara ou nula. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja¹⁰⁹.

¹⁰⁶ *Id.* n° 169-170. p. 76.

¹⁰⁷ *Id.* n° 177. pp. 77-78.

¹⁰⁸ *Cf.* DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO. n° 131. *Op. cit.* p. 137.

¹⁰⁹ CNBB. Doc. 45. n° 142. *Op. cit.* p. 68.

Estes dados são valiosos quando entendemos que a Igreja percebeu, há 20 anos, a rápida mudança do homem moderno. Muito se escreveu sobre a sociedade e sua secularização. Veremos, logo adiante, outras diretrizes da Igreja que também denunciaram os desafios do mundo atual e apontaram caminhos. Porém, na prática, percebe-se um declínio de engajamento e liderança da parte do leigo. Parece que houve um esfriamento dos grandes ideais, um desencantamento do mundo, uma perda das grandes narrativas, um descontentamento com as instituições. A Igreja, mais tarde, vai redescobrir e valorizar o leigo.

Desde aquele momento, a Igreja se deu conta de que há muitas pessoas que se tornam indiferentes pela mudança de ambiente, fato que acarreta dificuldades à prática religiosa. Isso acontece, sobretudo, com aqueles que deixaram o meio rural e foram para os conjuntos residenciais populares e favelas, nas periferias das grandes cidades.

Numerosos também são aqueles que se encontram indiferentes devido à falta de iniciação cristã e de uma ligação estável e consciente com os sacramentos e com a instituição eclesial. Afirmam os bispos:

Sua espiritualidade era alimentada apenas pela devoção aos santos, transmitida de geração no ambiente rural ou nas famílias mas, desde o século passado, pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Tais pessoas não se identificam mais com suas devoções antigas, nem aderiram à nova situação da Igreja¹¹⁰.

Para tais casos propõe o primeiro anúncio de Jesus Cristo, feito de modo simples, mas caloroso e envolvente. É interessante notar que o documento de Santo Domingo, assumindo as palavras do beato João Paulo II, afirma a necessidade do querigma após 500 anos de evangelização na América Latina:

A partir da situação generalizada de muito batizados na América Latina que não deram a sua adesão pessoal a Jesus Cristo pela conversão primeira, impõe-se no ministério profético da Igreja, de modo prioritário e fundamental, a proclamação vigorosa do anúncio de Jesus morto e ressuscitado, raiz de toda evangelização, fundamento de toda autêntica cultura cristã¹¹¹.

Diante das urgências da promoção humana e da evangelização da pessoa e das culturas, Santo Domingo trouxe uma linha pastoral inusitada:

(...) que todos os leigos sejam principais protagonistas da Nova Evangelização, da Promoção Humana e da Cultura Cristã. É necessária a

¹¹⁰ *Id.* n° 144-146. pp. 68-69.

¹¹¹ DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO. n° 33. *Op. cit.* p. 91.

constante promoção do laicato, livre de todo clericalismo e sem redução ao intra-ecclesial¹¹².

Uma verdadeira revolução na concepção da missão dos leigos na ação evangelizadora foi apontada neste documento. Se outrora eles eram objetos da pastoral e mais tarde auxiliares dos ministros ordenados, agora eles são considerados elementos vitais para afrontar os novos desafios que interpelam a Igreja Católica:

(...) que os batizados não evangelizados sejam os principais destinatários da Nova Evangelização. Esta só será levada a cabo se os leigos, conscientes de seu batismo, responderem ao chamado de Cristo a que se convertam em protagonistas da Nova Evangelização¹¹³.

Abria-se, deste modo, um novo horizonte para a atuação da Igreja, em todos os níveis.

1.5 Os leigos nas Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora do Brasil e no documento de Aparecida

Como vimos anteriormente, as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil passam a ser chamadas de Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. O documento 54 da CNBB foi aprovado por unanimidade pela 33ª assembleia geral da CNBB, em maio de 1995.

As diretrizes do quadriênio 1995-1998 trazem como novidade a Ação Evangelizadora da Igreja:

Conforme a *Redemptoris Missio*, a ação evangelizadora refere-se aos grupos de batizados que perderam o sentido vivo da fé, conduzindo à vida distante de Cristo e do seu Evangelho. A ação pastoral é a que se destina às comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, com testemunho do Evangelho e compromisso com a missão universal¹¹⁴.

¹¹² *Id.* n° 97. p. 121.

¹¹³ *Ibidem.*

¹¹⁴ CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.** 1995-1998. Doc. 54. São Paulo: Paulinas, 1995, p. 7.

Este documento tem como objetivo combater três grandes desafios: o secularismo, o ‘devastador e humilhante flagelo’ da situação de pobreza e o pluralismo religioso, que exige o diálogo e o anúncio missionário¹¹⁵.

A Igreja se mostra verdadeiramente preocupada com a evangelização dos povos e oferece algumas orientações práticas. Insiste no princípio da inculturação e propõem quatro itens como exigências intrínsecas da evangelização: serviço, diálogo, anúncio, testemunho de comunhão¹¹⁶.

No ano anterior, em 1994, o beato João Paulo II escreveu sua Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente* convidando os católicos a se prepararem para o grande Jubileu do ano 2000¹¹⁷. As diretrizes de 1995-1998 foram na linha da evangelização anunciada pelo papa na sua carta apostólica. Tais diretrizes, portanto, nos lembram que para celebrar dignamente o Jubileu do ano 2000 os cristãos deveriam estar abertos a:

- uma nova tomada de consciência da missão que Cristo confiou à Igreja: a *evangelização*;
- uma nova experiência de *conversão* e penitência, pedindo perdão pelos pecados dos cristãos na sua história e nas injustiças do presente;
- uma nova busca de *santidade*, através da identificação com Cristo, a comunhão mais profunda com a Trindade, a prática das virtudes evangélicas¹¹⁸.

O Magistério da Igreja pede uma renovação dos ministérios e a formação de Conselhos Diocesanos de Leigos e a sua articulação com os conselhos regionais e nacionais¹¹⁹. É um momento bastante importante para o fortalecimento da organização do laicato. Formação e espiritualidade são os elementos-chave para trazer novamente o leigo ao centro na Igreja. Uma vez preparados, os leigos são chamados a buscarem os afastados, os católicos não-praticantes, aqueles que foram excluídos da sociedade:

A participação dos leigos na Missão é fundamental e necessária não só porque são eles que podem penetrar no tecido humano das várias esferas da sociedade moderna (economia, política, ciência e técnica, cultura, meio de comunicação...), mas, sobretudo, porque, por força da graça batismal, estão plenamente habilitados ao exercício da fé na vida¹²⁰.

¹¹⁵ Cf. *Id.* p. 8.

¹¹⁶ Cf. *Id.* p. 9.

¹¹⁷ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Tertio Millennio Adveniente**: sobre a preparação para o ano 2000. São Paulo: Paulinas, 1994.

¹¹⁸ CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil**. Doc. 54. n° 3. *Op. cit.* p. 13.

¹¹⁹ Cf. *Id.* n° 300. p. 160.

¹²⁰ *Id.* n° 304. pp. 161-162.

A questão dos ministérios dentro da Igreja, do protagonismo dos leigos no seio da sociedade moderna e da graça batismal são aspectos da teologia do laicato fortemente retomados no discurso na Igreja, de forma especial nestas diretrizes de 1995-1998.

Uma nova exortação apostólica pós-sinodal, *Ecclesia in America*¹²¹, publicada em 1999, insiste no convite para que todos os católicos chegassem dignamente ao Ano Jubilar. No Brasil, o Ano Jubilar coincide com os 500 anos da chegada dos primeiros evangelizadores à nossa terra¹²².

Motivados pelas riquezas dos últimos documentos pontifícios, a 37ª assembleia geral da CNBB atualiza suas diretrizes para o próximo quadriênio 1999-2002¹²³. Estas diretrizes trazem como novidade um olhar mais apurado para o Brasil, levando em conta sua própria experiência pastoral e a realidade social¹²⁴.

A Igreja pede ajuda aos leigos para que deem novas respostas pastorais às mudanças sócio-culturais dos últimos anos no Brasil. Os leigos são encorajados a desempenharem cargos de dirigentes na sociedade e ali serem ‘fermentos’ na massa. São igualmente convidados a contribuir dentro da Igreja, com seus talentos e carismas na construção da comunidade eclesial, como delegados da Palavra, catequistas, visitantes de enfermos ou de encarcerados, animadores de grupos¹²⁵.

O documento 61 conclui:

A Nova Evangelização, como sabemos, precisa ser nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão. A complexidade e a mobilidade da sociedade atual impõem-nos esforço redobrado de compreensão das aspirações dos homens e mulheres de hoje e um empenho generoso e firme do anúncio da boa nova evangélica. Essa preocupação anima nossas Diretrizes e apresenta-se a nós como um grande desafio¹²⁶.

Também em 1999, a CNBB lança um documento especialmente preparado para os leigos. O objetivo do documento 62, sobre a Missão e Ministérios dos cristãos leigos e leigas, é comemorar os dez anos da ChL¹²⁷ e contribuir para:

¹²¹ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Ecclesia in America**: sobre o encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América. São Paulo: Paulinas, 1999.

¹²² Cf. CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil**. 1999-2002. Doc. 61. n° 4. São Paulo: Paulinas, 1999, p. 12.

¹²³ Cf. *Id.* p. 7.

¹²⁴ Cf. *Ibidem*.

¹²⁵ Cf. *Id.* n° 312, p. 181.

¹²⁶ *Id.* n° 352, p. 197.

¹²⁷ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**: sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. (Documentos Pontifícios; v. 225). Petrópolis: Vozes, 1989.

1. um claro reconhecimento da dignidade dos leigos na Igreja, retomando as fortes expressões do capítulo primeiro da *Christifideles Laici* (...) e avivando a consciência, ainda adormecida, dos muitos católicos praticantes ou tradicionais, que interpretam apenas passivamente sua pertença à Igreja (...);
2. uma explicitação da eclesiologia conciliar, como base segura para entender e harmonizar as diferentes formas de apostolado leigo e a relação entre ministérios confiados aos leigos, em virtude do seu Batismo, e ministérios conferidos pelo sacramento da Ordem;
3. um esclarecimento das dúvidas particulares (...) que a multiplicidade das experiências, a mudança do contexto sócio-cultural e a própria novidade dos desafios emergentes trouxeram ao laicato católico e aos pastores no Brasil assim como ao conjunto da Igreja e do episcopado.¹²⁸

O documento 62 conclui dizendo que a Igreja quer ingressar no terceiro milênio da história cristã contanto com a ajuda dos leigos que descobriram sua missão e seu ministério ‘intra-ecclesial’ e no mundo.

Não iremos abordar neste momento a exortação do beato João Paulo II sobre a ‘Vocação e a Missão dos leigos’. O capítulo II deste trabalho será todo voltado para o estudo dos ministérios dos leigos na Igreja e no mundo e o aprofundamento da teologia do laicato presente na ChL.

Em maio de 2003, os bispos reunidos na 41ª assembleia geral atualizaram as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para os anos 2003-2006. O objetivo geral das diretrizes é:

Evangelizar proclamando a Boa-Nova de Jesus Cristo, caminho para a santidade, por meio do serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão, à luz da evangélica opção pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, formando o povo de Deus e participando da construção de uma sociedade justa e solidária, a caminho do Reino definitivo¹²⁹.

As novas diretrizes estão numa linha de continuidade com as precedentes. Portanto, ‘evangelizar’ continua sendo a palavra-chave. Estas diretrizes, mais do que novas estruturas sugerem um novo espírito, um novo ardor, um novo impulso ao processo evangelizador de nossa Igreja¹³⁰.

Mais uma vez os leigos são chamados a assumirem com responsabilidade a sua missão na Igreja. Para que isso realmente aconteça, o documento pede que as dioceses

¹²⁸ CNBB. **Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas**. Doc. 62. São Paulo: Paulinas, 1999. pp. 10-11.

¹²⁹ CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil**. 2003-2006. Doc. 71. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 5.

¹³⁰ Cf. *Id.* n° 206. p. 119.

ofereçam uma verdadeira formação cristã, sem a qual dificilmente (os leigos) poderão participar, consciente e responsavelmente, na comunidade¹³¹. A Igreja quer:

Fazer com que todos os fiéis, homens e mulheres, diretamente ou por meio de representantes eleitos, participem quanto possível não só da execução, mas também do planejamento e das decisões relativas à vida eclesial e à ação pastoral, bem como da avaliação; para isso promovam-se, periodicamente, assembleias e sínodos do povo de Deus (...)¹³².

Durante os últimos anos a insistência do protagonismo dos leigos na ação evangelizadora da Igreja no Brasil foi tamanha que, durante a V conferência em Aparecida¹³³, de 2007, tal temática alcançou um destaque importante dentro do CELAM. Todos são convidados a serem discípulos-missionários; nesta tarefa os leigos ocupam um espaço privilegiado. O documento de Aparecida (DA) valoriza o papel do clero e do leigo dentro e fora da Igreja. Ele valoriza o trabalho conjunto já existente em várias comunidades, originado entre clero e leigos¹³⁴.

Esta formação cristã que deve ser transmitida aos leigos para que eles saibam agir com incidência significativa nos diferentes campos da sociedade será ponto de destaque no DA. Ele destaca que a formação dos leigos deve contribuir, antes de tudo, para sua atuação como discípulos missionários no mundo, na perspectiva do diálogo e da transformação da sociedade¹³⁵. A evangelização do continente não pode ser realizada sem a colaboração dos fiéis leigos.

O DA apresenta, na sua primeira parte, um olhar sobre as mudanças sociais e a realidade latino-americana e caribenha. O teólogo leigo Cezar Kuzma elenca uma série de pontos pertinentes à realidade do mundo atual levantados pelo DA:

(...) a globalização, a ciência e a tecnologia, o aumento da mídia e da capacidade de comunicação, transformações socio-políticas, situação econômica, crise de sentido, crise de valores, questão ecológica e biodiversidade, dignidade humana integral, questão ética, homogeneização das culturas locais, a situação dos povos indígenas e afro-americanos, a situação da pobreza com seus novos rostos etc¹³⁶.

Portanto, o documento diz sobre os leigos:

¹³¹ Cf. *Id.* n° 105e. pp. 66-67.

¹³² *Id.* n° 105d. p. 66.

¹³³ Cf. DOCUMENTO DE APARECIDA. São Paulo: Paulinas, 2007.

¹³⁴ Cf. *Id.* n° 99c. pp. 52-53.

¹³⁵ Cf. *Id.* n° 283. p. 133.

¹³⁶ KUZMA, C. **Leigos e leigas**: força e esperança da Igreja no mundo. São Paulo: Paulus, 2009, p. 84.

Hão de ser parte ativa e criativa na elaboração e execução de projetos pastorais a favor da comunidade. Isso exige, da parte dos pastores, maior abertura de mentalidade para que entendam e acolham o “ser” e o “fazer” do leigo na Igreja, que por seu batismo e sua confirmação é discípulo e missionário de Jesus Cristo. Em outras palavras, é necessário que o leigo seja levado em consideração com espírito de comunhão e participação¹³⁷.

Os leigos possuem uma maneira singular de servir a Igreja e estar presente no mundo. Existe, então, um ‘ser’ e um ‘fazer’ que é próprio dos leigos. Bem como existe para os ministros ordenados. Cada um contribui com seus talentos e o resultado é colhido pela Igreja. Na grande ação evangelizadora, proposta pelas diretrizes, o beneficiário dessa missão conjunta deve ser sempre o fiel afastado, abandonado e esquecido. Além disso, os leigos devem testemunhar a fé que professam na vida do dia a dia, mostrando coerência e autenticidade nos seus atos.

Os leigos também são chamados a participar na ação pastoral da Igreja, primeiro com o testemunho de vida e, em segundo lugar, com ações no campo da evangelização, da vida litúrgica e outras formas de apostolado, segundo as necessidades locais sob a guia de seus pastores¹³⁸.

Fica evidente que a missão evangelizadora da Igreja é partilhada com os fiéis não ordenados. Os ministros ordenados são chamados a estarem dispostos a abrir para eles (os leigos) espaços de participação e confiar-lhes ministérios e responsabilidades em uma Igreja onde todos vivam de maneira responsável seu compromisso cristão¹³⁹.

A Igreja tem a necessidade de levar os valores evangélicos aos novos areópagos¹⁴⁰ e centros de decisão de maneira positiva e propositiva. O leigo é chamado a ser o interlocutor entre a Igreja e a sociedade, e entre a sociedade e a Igreja¹⁴¹. Por isso ele é chamado a atuar como um verdadeiro sujeito eclesial.

Aparecida deixa evidente a importância do papel do fiel leigo na estrutura da Igreja porque ele também ‘é’ Igreja, e não um agregado. O papa Bento XVI, no dia 13 de maio de 2007, faz o discurso inaugural dos trabalhos da V conferência geral do episcopado da América Latina e do Caribe. Dentre os inúmeros pontos levantados, o papa faz o seguinte pronunciamento em relação aos leigos:

¹³⁷ DOCUMENTO DE APARECIDA. n° 213. *Op. cit.* p. 103.

¹³⁸ *Id.* n° 211. p. 102.

¹³⁹ *Cf. Ibidem.*

¹⁴⁰ *Cf. Id.* n° 491. p. 221.

¹⁴¹ *Cf. Id.* n° 497a. p. 223.

Nesta hora em que a Igreja deste Continente se entrega plenamente à sua vocação missionária, lembro aos leigos que são também Igreja, assembleia convocada por Cristo para levar seu testemunho ao mundo inteiro. Todos os homens e mulheres batizados devem tomar consciência de que foram configurados com Cristo Sacerdote, Profeta e Pastor, através do sacerdócio comum do Povo de Deus. Devem sentir-se corresponsáveis na construção da sociedade segundo os critérios do Evangelho, com entusiasmo e audácia, em comunhão com os seus Pastores¹⁴².

É exatamente neste espírito da conferência de Aparecida que são atualizadas as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, 2008-2010. Tais diretrizes deveriam ter sido publicadas, segundo a sequência do calendário, na assembleia dos bispos de 2007.

Tendo em vista, porém, a realização da V Conferência Geral dos Bispos da América Latina e do Caribe, em maio de 2007, a definição das Diretrizes foi protelada por um ano, exatamente para incorporar as contribuições de Aparecida¹⁴³.

Sendo assim, duas grandes vertentes foram unidas: a tradição da pastoral orgânica do Brasil, com suas diretrizes gerais, e o DA, com suas novas luzes, adaptado para a realidade da América Latina. Fica claro o entusiasmo das diretrizes de 2008-2010 no que diz respeito à graça de ser discípulo-missionário pelo encontro pessoal com Cristo. Eis o objetivo geral:

Evangelizar, a partir do encontro com Jesus Cristo, como discípulos missionários, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, promovendo a dignidade da pessoa, renovando a comunidade, participando da construção de uma sociedade justa e solidária, ‘para que tenham Vida e a tenham em abundância’ (Jo 10,10)¹⁴⁴.

O documento 87 da CNBB quer despertar a alegria e o sentido da missão de evangelizar para aqueles que tiveram um encontro pessoal com Jesus Cristo. Assim, seguindo o espírito de Aparecida, antes de qualquer ação é preciso ter antes o encontro com o Cristo. É preciso amá-lo para poder difundi-lo. Não é possível falar daquilo que não se conhece. Por isso, o ponto de partida para uma nova evangelização passa a ser o encontro entre Deus e o homem, entre o homem e Deus.

Essa evangelização é tarefa de todos os fiéis, chamados em virtude de seu Batismo a serem discípulos missionários de Jesus Cristo. De modo especial o laicato, devidamente formado, deve atuar como verdadeiro sujeito eclesial

¹⁴² *Id.* p. 282.

¹⁴³ CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil**. 2008-2010. Doc. 87. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 9.

¹⁴⁴ *Id.* p. 7.

(...) Ela não se limita a um programa ou projeto, mas é compartilhar a experiência do acontecimento do encontro com Cristo, testemunhá-lo e anunciá-lo de pessoa a pessoa, tornando visível o amor misericordioso do Pai, especialmente para com os pobres e pecadores¹⁴⁵.

As diretrizes de 2008-2010 afirmam que o desempenho da missão evangelizadora depende de uma profunda vivência de fé¹⁴⁶ que nos levará a uma conversão pessoal. Tal atitude também deverá exigir uma conversão pastoral, que implica escuta e fidelidade ao Espírito, impelindo-nos à missão e sensibilidade às mudanças sócio-culturais, animada por uma espiritualidade de comunhão e participação¹⁴⁷.

Aos fiéis leigos as diretrizes deixam claro que devem ser oferecidas inúmeras oportunidades de formação bíblico-teológica¹⁴⁸ e de espiritualidade missionária¹⁴⁹. No processo de formação do discípulo missionário aparecem cinco aspectos fundamentais: o encontro com Jesus Cristo; a conversão; o discipulado; a comunhão e a missão¹⁵⁰. Eis a lógica do DA que foi agregada às diretrizes gerais.

Em maio de 2010, durante a 49ª assembleia geral dos bispos reunidos em Aparecida, foram aprovadas as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil para os anos de 2011-2015. As diretrizes gerais insistem na atividade missionária da Igreja no Brasil, escutando os sinais dos tempos e os desafios que eles manifestam¹⁵¹. Elas querem ser uma resposta aos desafios do nosso tempo que levam o ser humano a se afastar dos valores do Reino de Deus.

O documento 94 da CNBB pede para que não nos assustemos com os desafios que nos assustam, mas que tenhamos sempre confiança no Crucificado-Ressuscitado que tudo venceu. Neste espírito de abandono no Cristo, as diretrizes gerais nos apontam cinco urgências a serem concretizadas nos planejamentos das Igrejas particulares. As cinco urgências são: “Igreja em estado permanente de missão; Igreja: casa da iniciação à vida cristã; Igreja: lugar de animação bíblica da vida e da pastoral; Igreja: comunidade de comunidades; Igreja a serviço da vida plena de todos”¹⁵².

¹⁴⁵ *Id.* n° 7. pp. 16-17.

¹⁴⁶ *Cf. Id.* n° 8. p. 17.

¹⁴⁷ *Cf. Ibidem.*

¹⁴⁸ *Cf. Id.* n° 65. p. 57.

¹⁴⁹ *Cf. Id.* n° 100. p. 82.

¹⁵⁰ *Cf. Id.* n° 92. pp. 76-77.

¹⁵¹ *Cf. CNBB. Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Doc. 94. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 9.*

¹⁵² *Id.* p. 10.

A Igreja retoma o modelo da catequese querigmática dos primeiros séculos de cristianismo. Ela pede, através destas diretrizes, que a Boa-Nova da Salvação seja anunciada e reanunciada. Que ela encontre eco em cada Igreja Particular pelos planejamentos pastorais. E que toda pessoa batizada, como discípula missionária, assuma o mandato de Jesus Cristo: ‘Ide pelo mundo inteiro e anunciai a Boa-Nova a toda criatura!’ (Mc 16,15)¹⁵³.

Portanto, estas diretrizes gerais assumem como objetivo geral:

Evangelizar, a partir de Jesus Cristo, e na força do Espírito Santo, como Igreja discípula, missionária e profética, alimentada pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres, para que todos tenham vida (cf. Jo 10,10), e rumo ao Reino definitivo¹⁵⁴.

Este documento 94 traz muito das riquezas da conferência de Aparecida e nos prepara para o sínodo sobre a NE, que acontecerá em outubro de 2012, em Roma.

É curioso notar que as diretrizes de 2011-2015 diminuíram consideravelmente o uso do termo ‘leigo’ e passaram a empregar abundantemente os termos ‘discípulo’ e ‘missionário’. Isso não significa que a Igreja esteja desconsiderando o ministério laical. Pelo contrário, isso pode significar uma natural inclusão de todo batizado, convidado a ser discípulo missionário, na missão evangelizadora da Igreja.

Os leigos são incentivados cada vez mais a participarem de ações sociais e políticas nos diversos níveis e instituições¹⁵⁵. Eles são chamados a serem ‘cidadãos cristãos’ empenhados na busca de políticas públicas que ofereçam as condições necessárias ao bem-estar de pessoas, famílias e povos¹⁵⁶. Os fiéis leigos são igualmente chamados a serem pensadores e pessoas que estejam em níveis de decisão, evangelizando, com especial atenção e empenho, os novos areópagos¹⁵⁷. Os dois areópagos mais urgentes, elencados pelo documento, nos quais os leigos devem estar empenhados são: o mundo universitário e o mundo da comunicação¹⁵⁸.

Cada batizado é portador de dons que deve desenvolver em unidade e complementaridade com os dons dos outros, a fim de formar o único corpo de Cristo, entregue para a vida do mundo¹⁵⁹. Em consonância com Aparecida, as diretrizes gerais 2011-2015 dizem que para uma Igreja ser comunidade de comunidades é imprescindível o empenho

¹⁵³ Cf. *Id.* p. 11.

¹⁵⁴ *Id.* p. 7.

¹⁵⁵ Cf. *Id.* n° 115. p. 86.

¹⁵⁶ Cf. *Id.* n° 116. p. 87.

¹⁵⁷ Cf. *Id.* n° 117. pp. 87-88.

¹⁵⁸ Cf. *Ibidem.*

¹⁵⁹ Cf. DOCUMENTO DE APARECIDA. n° 162. *Op. cit.* p. 84.

por uma efetiva participação de todos nos destinos da comunidade, pela diversidade de carismas, serviços e ministérios¹⁶⁰.

Para que isso se transforme em realidade é necessário acolher a diversidade ministerial, na quais todos, trabalhando em comunhão, manifestam a única Igreja de Cristo, sejam eles leigos e leigas e ministros ordenados¹⁶¹. A Igreja, mais uma vez, interpela aos padres abrirem espaços para os leigos e confiar-lhes ministérios e responsabilidades. O documento 94 também valoriza as vocações laicais, principalmente as que brotam do matrimônio e reafirma que a missão fundamental dos leigos é a presença e o testemunho na sociedade e na profissão¹⁶².

Enfim, segundo as diretrizes da ação evangelizadora do Brasil, nos últimos anos, o ministério laical no seio da Igreja tem sido fundamentado no exercício do tríplice múnus recebido no batismo: ministério da Palavra, ministério da liturgia, ministério da caridade¹⁶³.

A vivência do tríplice múnus vocação, carisma e missão de cada batizado, conforme as Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil tem indicado nos últimos tempos, se dá no âmbito da pessoa, no âmbito da comunidade, no âmbito da sociedade¹⁶⁴.

A diversidade de dons e carismas na unidade orgânica faz com que a Igreja descubra e integre os talentos que o Espírito presenteia aos fiéis, sejam eles leigos ou ministros ordenados.

Vocação, carisma e missão constituem aspectos fundamentais da teologia do laicato. Como se podem notar, esses elementos estão presentes nos diversos documentos pastorais da Igreja do Brasil, desde o Plano de Emergência, passando pelos Planos da Pastoral de Conjunto, chegando até as Diretrizes Gerais.

Na América Latina, as conferências episcopais colocaram os leigos no centro das discussões. Foi a partir destas conferências, e mais recentemente com o DA, que a teologia do laicato teve maior visibilidade no Brasil.

Sem dúvida nenhuma o grande responsável pelo desenvolvimento da teologia dos ministérios foi o concílio Vaticano II, considerado o concílio dos leigos¹⁶⁵. Veremos, no

¹⁶⁰ Cf. CNBB. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil**. Doc. 94. n° 104. *Op. cit.* p. 79.

¹⁶¹ Cf. *Id.* n° 104a. p. 80.

¹⁶² Cf. *Ibidem*.

¹⁶³ Cf. *Id.* n° 129. p. 95.

¹⁶⁴ *Id.* n° 130. p. 96.

¹⁶⁵ Cf. PINHEIRO, J.E. Protagonismo do leigo: apelos, realidade, perspectivas. In: PINHEIRO, J.E. (org.). **O protagonismo dos leigos na evangelização atual**. São Paulo: Paulinas, 1994, p. 104.

próximo capítulo, o que o beato João Paulo II nos fala a propósito dos leigos, particularmente através da exortação apostólica ChL.

CAPÍTULO II: A TEOLOGIA DO LAICATO NA *CHRISTIFIDELES LAICI*

2.1 A vocação dos fiéis leigos: a santidade

A teologia do laicato foi bastante estudada nos últimos anos. Sua bibliografia é vasta e o seu conteúdo é profundamente desigual. Após um período de ‘construção’ da teologia do laicato, tratado no primeiro capítulo deste trabalho, que termina logo após o concílio Vaticano II, a questão dos leigos na Igreja é discutida pela teologia dos ministérios (florescente a partir dos anos 70) e, mais recentemente, por uma teologia do batismo ou teologia da vocação cristã¹⁶⁶.

Um dos teólogos que mais contribuiu para a elaboração da teologia do laicato foi, sem dúvida, Y. Congar. A sua obra *Jalons pour une théologie du laïcat*, publicada em 1953, da qual existe uma tradução brasileira ‘Os leigos na Igreja’. São Paulo: Herder, 1966, certamente iluminou a elaboração de documentos conciliares importantíssimos no que diz respeito aos leigos. Porém, “no final dos anos 70, à luz do Vaticano II e da teologia dos ministérios, Congar reviu sua posição sobre o tema”¹⁶⁷. Um excelente estudo sobre a teologia do laicato é o de Ênio José da Costa Brito¹⁶⁸.

Segundo Lina Boff, a teologia de Congar coloca dois pressupostos teológicos que deram bases sólidas à missão dos leigos na Igreja e no mundo: 1) Os múltiplos estudos feitos sobre o sacerdócio real dos leigos; 2) a função ativa dos leigos e leigas na missão da Igreja¹⁶⁹.

A teologia do laicato foi decisiva no concílio Vaticano II. Como prova desta afirmação temos sua significativa presença no capítulo IV da LG, completamente dedicado aos leigos, e na AA, um decreto específico sobre o apostolado dos leigos. O concílio ainda traz profundas reflexões sobre os leigos na GS e na AG. A grande mudança se dá, efetivamente, com o capítulo II da LG que evidencia a nova formulação da Igreja como ‘povo de Deus’.

A partir deste novo conceito, o laicato passa de ‘objeto/passivo’ a ‘sujeito/protagonista’ da Igreja. Tal afirmação vai contra os teólogos pré-conciliares que afirmavam que o lugar dos leigos era exclusivamente no mundo e não dentro da Igreja. Com o conceito ‘povo de Deus’ é afirmada a dignidade de todos os fiéis batizados, membros da

¹⁶⁶ Cf. ANTONIAZZI, A. Raízes históricas da condição atual dos leigos na Igreja. In: PINHEIRO, J.E. (org.). **O protagonismo dos leigos na evangelização atual**. Op. cit. p. 13.

¹⁶⁷ Id. p. 14.

¹⁶⁸ Sugestão de leitura para aprofundar a teologia do laicato segundo Yves Congar: COSTA BRITO, E.J. da. **O leigo cristão no mundo e na Igreja**. São Paulo: Loyola, 1980.

¹⁶⁹ Cf. BOFF, L. **Espírito e missão na teologia**; um enfoque histórico-teológico: 1850-1930. São Paulo: Paulinas, 1998.

Igreja. Desta forma, os leigos passam a assumir a sua missão ‘secular’ de ser Igreja no mundo e ao mesmo tempo são corresponsáveis pela organização do apostolado na própria Igreja. Isto evidencia um novo contexto eclesiológico global. Este tema foi retomado em 1987, um pouco mais de 20 anos após o Vaticano II, pelo sínodo dos bispos sobre os leigos¹⁷⁰, que foi realizado sob o título: Pelos caminhos do concílio¹⁷¹.

Em 1988 foi publicada a exortação apostólica pós-sinodal¹⁷² sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, a ChL. Esta exortação apostólica não trouxe grande aporte eclesiológico, pois tomou como base a eclesiologia de comunhão e missão do Vaticano II. Porém, ela muito contribuiu para esclarecer a visão da Igreja em relação aos aspectos relevantes da teologia do laicato e para interpretar dois fatos pós-conciliares: o surgimento dos ‘movimentos eclesiais’ (Focolares, Comunhão e Libertação, Neocatecumenal, Renovação Carismática...) e também, questões relacionadas aos ministérios que os leigos podem exercer, sobretudo à participação ativa na liturgia, na Palavra e na catequese.

Segundo Silva, o texto da ChL pode ser apresentado em três partes fundamentais:

Na primeira parte das proposições é oferecida a base doutrinal da vocação e da missão dos leigos. Essa doutrina requer a presença do leigo cristão, em todos os campos de ação dos homens, isto é, no lugar que ocupa na própria vida, ou seja, na família, no trabalho, na cultura, na política, onde ele deve buscar a santidade. Na segunda parte, encontra-se a participação do leigo cristão na vida da Igreja. O Sínodo estudou, nessa parte, como os bispos, sacerdotes e movimentos leigos podem colaborar numa obra comum de evangelização. Finalmente, a terceira parte das proposições do Sínodo de 1987 foi dedicada à descrição dos principais campos de atuação e de missão do leigo cristão num mundo em transformação¹⁷³.

O significado fundamental deste documento “é que os fiéis leigos escutem o chamamento de Cristo para trabalharem na sua vinha, para tomar parte viva, consciente e responsável na missão da Igreja”¹⁷⁴. A ChL decidiu apresentar-se como um apelo urgente à

¹⁷⁰ O sínodo dos bispos foi realizado em Roma entre os dias 1º a 30 de outubro de 1987. Os padres sinodais abordaram o tema dos leigos à luz do concílio Vaticano II e das experiências de toda a Igreja. O documento faz um convite aos leigos a não ficarem ociosos: “Ide vós também, para o trabalho da vinha” (Mt 20, 3-4). De forma bastante pedagógica e de fácil compreensão, os textos bíblicos sobre os convidados à vinha (Mt 20, 1-14), a videira e os ramos (Jo 15, 1-5), perpassam todo o documento.

¹⁷¹ Cf. SILVA, J.A. da. O leigo no Magistério da Igreja: uma breve análise por meio dos seus documentos. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, [abr./jun.] 2011, p. 83.

¹⁷² A exortação apostólica pós-sinodal sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, *Christifideles Laici*, foi assinada pelo beato João Paulo II em 30 de dezembro de 1988 e publicada no ano de 1989. Trata-se do primeiro documento pós-conciliar que trata especificamente sobre o fiel leigo. Em relação ao concílio Vaticano II, podemos encontrar, de forma específica sobre os leigos, o capítulo IV da constituição *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, e o decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o apostolado dos leigos.

¹⁷³ SILVA, J.A. da. O leigo no Magistério da Igreja. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, Op. cit. p. 83.

¹⁷⁴ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. nº 3. Op. cit. p. 14.

missão. Usando a parábola da vinha (Mt 20,1-16) ela configura o texto todo em torno de três aspectos essenciais: mistério, comunhão e missão da Igreja.

O chamado à missão não é privilégio de diáconos, sacerdotes, bispos, religiosos ou religiosas, mas de todos fiéis leigos:

Também os fiéis leigos são pessoalmente chamados pelo Senhor, de quem recebem uma missão para a Igreja e para o mundo. Lembra-o São Gregório Magno que, ao pregar ao povo, comentava assim a parábola dos trabalhadores da vinha: ‘Considerai o vosso modo de viver, caríssimos irmãos, e vede se já sois trabalhadores do Senhor. Cada qual avalie o que fez e veja se trabalha na vinha do Senhor’¹⁷⁵.

Os fiéis leigos batizados são participantes do tríplice múnus – sacerdotal, profético e real – de Jesus Cristo. Esta ideia já vem sendo discutida desde o Vaticano II, com a LG 10. A novidade cristã é o título de igualdade de todos os batizados em Cristo que fazem parte do ‘povo de Deus’.

A primeira e fundamental vocação¹⁷⁶ de todo fiel leigo é a santidade. A vocação à santidade deve levar cada um à perfeição da caridade. Cada leigo deve se tornar testemunha de Cristo. A sua vida deve estar em consonância com a Palavra de Deus. Esta relação da Igreja com o mundo que torna positivo o papel do leigo. É no mundo, sendo Igreja, que o leigo se santifica:

É assim evidente que todos os fiéis cristãos de qualquer estado ou ordem são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade. Por esta santidade se promove também na sociedade terrestre um modo mais humano de viver. Com o fim de conseguir esta perfeição façam os fiéis uso das forças recebidas segundo a medida da doação de Cristo, para que, seguindo seus vestígios e feitos conformes à sua imagem, cumprindo em tudo a vontade do Pai, se dediquem inteiramente à glória de Deus e ao serviço do próximo. Assim a santidade do Povo de Deus se expandirá em abundantes frutos, como se demonstra luminosamente na história da Igreja pela vida de tantos santos¹⁷⁷.

Pelo batismo o cristão leigo torna-se participante real do mistério de Deus. Esta experiência trará para o leigo um aspecto particular, em vista de sua vocação temporal, “alegrando-se na esperança, carregando um os fardos do outro, imitem também a Cristo, cujas

¹⁷⁵ *Id.* n° 2. p. 10.

¹⁷⁶ *Cf. Id.* n° 16. p. 38.

¹⁷⁷ **Compêndio do Vaticano II.** *Op. cit.* LG 40. p. 87.

mãos se exercitaram com os instrumentos do carpinteiro e que com o Pai sempre opera para a salvação de todos”¹⁷⁸.

Através do trabalho cotidiano e da fé os fiéis leigos se santificam e cooperam com a vontade divina, manifestando a todos, no próprio serviço temporal, a caridade com que Deus amou o mundo¹⁷⁹.

Os leigos atuam no mundo da mesma forma como o próprio Jesus atuou no período da sua vida terrestre. O Cristo assumiu a nossa história para depois poder transformá-la e dar sentido novo ao que já existia. O Filho de Deus era leigo e não clérigo, e como leigo ocupou-se por longa parte da sua vida de atividades temporais. Ele não apenas quis entrar no mundo, mas aprender com o mundo¹⁸⁰. Portanto, o próprio Cristo antes de ser missionário foi também discípulo. E isto fundamenta o pedido da conferência de Aparecida para o caminho à santidade: ser discípulos missionários.

Quando se analisa a vida de Jesus pode-se notar que suas ações sempre estiveram relacionadas às realidades do mundo temporal. Jesus faz questão de deixar mais uma marca de que ele estava realmente inserido no mundo: a cada momento de intimidade com o Pai ele sai do meio da multidão e sobe ao monte para rezar. Porém, Jesus não permanece no monte, mas desce e começa a fazer a vontade de Deus na realidade temporal. Assim também o fez Jesus com Pedro, Tiago e João no monte Tabor (Mt 17, 1-13). É bom estar com Deus, mas descer do monte e atuar no mundo é estar na vontade de Deus.

É desta forma que o leigo deve assumir a sua vocação como cristão: estar presente e atuar no mundo. Antes de tudo, é preciso ser outro Cristo no sentido do serviço (*diakonia*). Jesus “se mostrava solidário com os doentes, com os que sofrem; não se mostrou indiferente diante das injustiças sociais e políticas e nem mesmo com as confusões religiosas. Resumindo: foi atuante e prático”¹⁸¹. Assim, os leigos devem agir de acordo com o múnus de Cristo e, portanto, suas ações representam à ação da Igreja.

O DA propõe um caminho de espiritualidade a estes fiéis que buscam a santidade¹⁸². Este caminho aponta para algo novo, próprio, que se inicia a partir da fé vivida e partilhada em comunidade, mas levada ao mundo temporal:

¹⁷⁸ *Id.* n° 41. p. 89.

¹⁷⁹ *Cf. Id.* p. 90.

¹⁸⁰ *Cf. KUZMA, C. Leigos e leigas. Op. cit.* p. 138.

¹⁸¹ *Idem.*

¹⁸² Os itens relacionados à espiritualidade e lugares de formação para discípulos missionários no Documento de Aparecida são os 311-313.

Não há mais espaço para uma fé desencarnada da realidade. A V Conferência voltou a destacar a importância dos diversos grupos de espiritualidade leiga, como também os grupos de fé e vida, além das comunidades eclesiais que possibilitam uma riqueza para o amadurecimento do Evangelho dentro das práticas familiares e pessoais¹⁸³.

O papa Bento XVI, durante a abertura dos trabalhos em Aparecida, destaca a figura dos leigos como discípulos missionários:

A Igreja tem a grande tarefa de custodiar e alimentar a fé do Povo de Deus, e recordar também aos fiéis deste Continente que, em virtude de seu batismo, estão chamados a ser discípulos e missionários de Jesus Cristo. Isso leva a segui-lo, viver em intimidade com ele, imitar seu exemplo e dar testemunho. Todo batizado recebe de Cristo, como os apóstolos, o mandato da missão: “Ide por todo o mundo e proclamai a Boa Nova a toda criatura. Quem crer e for batizado, será salvo” (Mc 16,15). Pois ser discípulos e missionários de Jesus Cristo e buscar a vida “nele” supõe estar profundamente enraizados nele¹⁸⁴.

Uma das grandes novidades da ChL está justamente na multiplicidade de serviços que são confiadas aos leigos batizados. Reconhece que há uma efetiva e significativa participação das mulheres na Igreja e na sociedade.

A exortação também aponta duas posturas preocupantes que podem influenciar o comportamento dos leigos: “exclusivo interesse pelos serviços e tarefas eclesiais, abdicando de suas responsabilidades no rumo profissional, sócio-político, cultural, econômico e a tentação de legitimar a separação entre fé e vida”¹⁸⁵.

O cristão leigo é chamado a não se refugiar do mundo e nem com ele se confundir, mas estar inserido no mundo, mesmo sem fazer parte dele, promovendo a salvação de muitos.

O Vaticano II apontou a índole secular como própria e peculiar dos leigos¹⁸⁶:

É porém específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no século, i. é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo. Vivem nas condições ordinárias da vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida. Lá são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, de dentro, contribuam para a santificação do mundo. E assim manifestam Cristo

¹⁸³ KUZMA, C. **Leigos e leigas**. *Op. cit.* p. 139.

¹⁸⁴ DOCUMENTO DE APARECIDA. *Op. cit.* p. 271.

¹⁸⁵ SILVA, J.A. O leigo no Magistério da Igreja. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, *Op. cit.* p. 84.

¹⁸⁶ Cf. **Compêndio do Vaticano II**. *Op. cit.* LG 31. p. 77.

aos outros, especialmente pelo testemunho de sua vida resplandecente em fé, esperança e caridade¹⁸⁷.

Dessa forma, entende-se que todos os membros da Igreja participam na sua dimensão secular, mas de maneiras diferentes. O lugar onde Deus faz o chamado aos fiéis leigos, manifesta o seu plano e comunica a vocação de cada um é no mundo secular. O próprio Deus feito carne quis participar da vida dos homens. O mundo torna-se assim o ambiente e o meio da vocação cristã dos fiéis leigos¹⁸⁸. O batismo não tira os fiéis leigos do mundo, mas confia-lhes uma vocação específica: ser fermento na massa, agindo de dentro, santificando o mundo.

Independentemente do gênero ou da idade, todos são chamados a participarem do apostolado fundamental da Igreja que é a evangelização. Antes de colocarem os dons à disposição, todos são chamados a dar testemunho de vida.

De acordo com a ChL, o estado de vida laical tem na índole secular a sua especificidade e faz lembrar, aos ministros ordenados, o significado que as coisas do mundo tem no desígnio salvífico de Deus. Este estado de vida dos fiéis leigos difere daquele próprio do sacerdócio ministerial ou do estado religioso. Cada um dos estados de vida está a serviço do crescimento da Igreja: “são modalidades diferentes que profundamente se unem no ‘mistério de comunhão’ da Igreja e que dinamicamente se coordenam na sua única missão”¹⁸⁹.

Dessa forma pode-se perceber a riqueza da Igreja na diversidade dos estados de vida e na variedade das vocações. Sendo assim, dentro do estado de vida laical há lugar para várias ‘vocações’, isto é, diversos caminhos espirituais e apostólicos que dizem respeito a cada fiel leigo¹⁹⁰.

A exortação apostólica, no seu capítulo IV, nos diz que no trilha de uma vocação laical ‘comum’ florescem vocações laicais ‘particulares’¹⁹¹. Ao longo dos últimos anos, especialmente após o concílio Vaticano II, a Igreja amadureceu com o desabrochar de diversos ‘movimentos eclesiais’ e ‘novas comunidades’. Hoje, na Igreja, há diversas formas de agregações. Uma parte delas é de origem laical. A ChL diz:

Aos fiéis leigos, e também aos próprios sacerdotes, abre-se a possibilidade de professar os conselhos evangélicos de pobreza, castidade e obediência por meio dos votos ou das promessas, conservando plenamente a própria condição laical e clerical. (...) o Espírito Santo suscita também outras formas

¹⁸⁷ *Id.* n° 31. pp. 77-78.

¹⁸⁸ *Cf.* JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 15. *Op. cit.* p. 36.

¹⁸⁹ *Id.* n° 55. p. 144.

¹⁹⁰ *Cf. Id.* n° 56. p. 145.

¹⁹¹ *Ibidem.*

de doação de si mesmos, a que se entregam pessoas que permanecem inteiramente na vida laical¹⁹².

Os fiéis leigos são chamados a crescer, amadurecer e dar cada vez mais frutos¹⁹³. A missão da Igreja é agora compartilhada. Não cabe somente aos ministros ordenados a tarefa de evangelizar, mas a todos os batizados. Qualquer pessoa é interpelada na sua liberdade pela chamada que Deus lhe faz. E quando Deus chama, a resposta positiva é uma obrigação exigente a que não se pode renunciar, como um sinal luminoso do infinito amor do Pai que regenera (o homem) para a Sua vida de santidade¹⁹⁴.

Um cristão autêntico e bem formado dá impulso e esperança a outros cristãos para que possam ser transformados em Cristo. A Boa Nova de Jesus é levada aos lugares mais profundos da sociedade; lá onde muitos ministros ordenados não conseguem chegar. Daí surge a corresponsabilidade laical pela missão da Igreja.

Logo no início da ChL, o beato João Paulo II nos lembra do convite de Jesus: “Ide vós também para a minha vinha” (Mt 20,4). Este chamado é endereçado a todo homem que vem a este mundo¹⁹⁵. A vinha é o mundo todo que deve ser transformado por todos os que são chamados a fazer a vontade de Deus. Porém, o papa encoraja aqueles que foram chamados, pois o desafio de encarar esse mundo é cada vez maior, principalmente pelo secularismo que não atinge apenas os indivíduos, mas, de certa forma, comunidades inteiras¹⁹⁶.

Percebe-se, portanto, um movimento contrário àquele que deu início à vocação religiosa na Igreja. Isso não significa a perda de sentido da vocação religiosa. Mas, aos leigos, não é pedido que abandonem as preocupações do mundo.

O que torna característico da vocação laical é a inserção no mundo. O não afastamento do mundo faz com que os leigos transformem a realidade. A mudança vem de dentro para fora. A sociedade pode ser mudada a partir dos leigos que ocupam funções-chave no mundo.

Segundo a ChL:

O “mundo” torna-se assim o ambiente e o meio da vocação cristã dos fiéis leigos. [...] A condição eclesial dos fiéis leigos é radicalmente definida pela sua novidade cristã e caracterizada pela sua índole secular¹⁹⁷.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ *Id.* n° 57. p. 148.

¹⁹⁴ *Cf. Id.* n° 17. p. 41.

¹⁹⁵ *Cf. Id.* n° 2. p. 10.

¹⁹⁶ *Cf. Id.* n° 4. p. 17.

¹⁹⁷ *Id.* n° 15. pp. 36-37.

Falamos aqui de duas atitudes perfeitamente válidas na estrutura da Igreja, porém, de vocações distintas: afastar-se do mundo ou entrar nele. Cabe a cada um distinguir a vontade de Deus de forma pessoal.

O próprio Jesus, em oração ao Pai, disse: “Senhor, não peço que os tires do mundo, mas que os preserve do mal” (Jo 17,15).

Para descobrir e viver a sua própria vocação, a ChL traz no nº 58 algumas recomendações claras e úteis que auxiliam na descoberta e no cumprimento de cada missão. Deus se revela dia a dia na evolução histórica da nossa vida. E para que os fiéis leigos possam descobrir a vontade concreta do Senhor, são sempre indispensáveis:

(...) a escuta pronta e dócil da palavra de Deus e da Igreja, a oração filial e constante, a referência a uma sábia e amorosa direção espiritual, a leitura, feita na fé, dos dons e dos talentos recebidos, bem como das diversas situações sociais e históricas em que nos encontramos¹⁹⁸.

Se o destino de todo cristão é a santidade, essa santidade deve ter como base o exercício contínuo da caridade. Sabe-se que a caridade tem sua fonte em Deus e não no ser humano. Isso justifica a busca da experiência espiritual.

E o documento continua dizendo que na vida de cada fiel há “momentos particularmente significativos e decisivos para aceitar a missão que Ele confia: entre esses momentos está o da adolescência e da juventude”¹⁹⁹. No entanto, não se pode esquecer que na parábola da vinha, o Senhor, como proprietário, chama a toda hora trabalhador para a vinha. A vigilância à voz de Deus é uma atitude capital do discípulo.

Não basta saber o que Deus quer de nós, mas fazer o que ele quer. Não basta conhecer a vontade de Deus, mas aceitá-la como a própria vontade. A fidelidade em querer o que Deus quer torna os cristãos cada vez mais livre, responsáveis e capazes de colaborar na missão da Igreja.

Eis a tarefa maravilhosa, empenhativa e contínua que espera por todos os fiéis leigos, todos os cristãos: conhecer cada vez mais as riquezas da fé e do Batismo e vivê-las em plenitude crescente. O apóstolo Pedro, ao falar de nascimento e de crescimento como sendo as duas etapas da vida cristã, exorta-nos: “Como crianças recém-nascidas, desejai o leite espiritual, para que ele vos faça crescer para a salvação” (1Pd 2,2)²⁰⁰.

¹⁹⁸ *Id.* nº 58. p. 150.

¹⁹⁹ *Idem.*

²⁰⁰ *Id.* p. 151.

A partir do momento que os leigos são formados e percebem a importância do batismo, eles também passam a descobrir a radical novidade cristã que emana deste sacramento. A ChL aponta três aspectos fundamentais: “o Batismo regenera-nos para a vida dos filhos de Deus, une-nos a Jesus Cristo e ao Seu Corpo que é a Igreja, unge-nos no Espírito Santo, constituindo-nos templos espirituais”²⁰¹.

A essência do fiel leigo é encontrada no batismo. Não nos cabe fazer uma teologia do batismo ou estudar em profundidade este sacramento. O tema já foi abordado em muitos lugares e não é o nosso objetivo. Basta mostrar a forma como na ChL o batismo é apresentado: um novo nascimento, uma regeneração²⁰².

Jesus disse a Nicodemos: “Em verdade, em verdade, te digo: quem não nascer da água e do Espírito não pode entrar no Reino de Deus” (Jo 3,5).

Todos os cristãos batizados são inseparavelmente membros de Cristo e membros do corpo da Igreja²⁰³. Os batizados são incorporados no corpo crucificado e glorioso de Jesus. Por isso, embora sendo muitos, formam um só corpo em Cristo. Somos como filhos no Filho²⁰⁴.

Há outro aspecto da novidade batismal que o concílio Vaticano II nos apresenta: “pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, os batizados são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo, para que (...) ofereçam sacrifícios espirituais e anunciem os poderes d’Aquele que das trevas os chamou a sua admirável luz”²⁰⁵.

O Espírito Santo imprime a sua marca indelével sobre o batizado e faz dele templo espiritual, isto é, “enche-o com a santa presença de Deus, graças à união e à conformação com Jesus Cristo (...) Assim, com a efusão batismal e crismal o batizado torna-se participante na mesma missão de Jesus Cristo, o Messias Salvador”²⁰⁶.

Os fiéis leigos devem olhar para as atividades do dia a dia como uma oportunidade de estarem unidos a Deus e de cumprirem a Sua vontade. Pela graça batismal eles são Igrejas em qualquer parte da sociedade. Portanto:

A vocação dos fiéis leigos à santidade comporta que a vida segundo o Espírito se exprima de forma peculiar na sua inserção nas realidades temporais e na sua participação nas atividades terrenas²⁰⁷.

²⁰¹ *Id.* n° 10. p. 27.

²⁰² *Cf. Id.* n° 11. p. 27.

²⁰³ *Cf. Id.* n° 12. p. 28.

²⁰⁴ *Cf. Idem.*

²⁰⁵ **Compêndio do Vaticano II.** *Op. cit.* LG 10. p. 50.

²⁰⁶ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici.** n° 13. *Op. cit.* pp. 29-30.

²⁰⁷ *Id.* n° 17. p. 40.

Os leigos possuem a secularidade. Eles participam do sacerdócio de Cristo diferentemente da forma como participam os ministros ordenados. Os leigos possuem características, modos de vida que são próprios da vida laical. O estilo de vida do ministro ordenado e o seu modo de viver as virtudes são constitutivos da vida clerical.

Sempre foi um erro identificar esses modos e compará-los para saber qual agradava mais a Deus. Também foi uma grande tentação propor aos leigos adotarem o mesmo estilo de vida apresentado aos religiosos. Seria uma falha gravíssima exigir que um pai de família vivesse as mesmas características da pobreza em relação a um religioso franciscano. Ou que passasse tanto tempo do dia em oração e meditação como o faz um carmelita ou um beneditino.

Após o concílio Vaticano II a Igreja se empenhou em não mais dar tanta relevância às diferenças entre o estado de vida clerical e laical. A ordem agora é aprofundar a universal vocação à santidade. Todos os cristãos batizados são chamados à santidade, à perfeição, a serem semelhantes à comunhão da Santíssima Trindade. Eis uma grande contribuição deixada pelo Vaticano II, um concílio pastoral que quis promover uma renovação evangélica na vida da Igreja.

Todo apostolado fecundo deve estar fundamentado na vida interior daquele que vai anunciá-lo. Por isso a ChL faz alusão afirmando que o ramo não dá fruto se não estiver unido à videira²⁰⁸. Da mesma forma, o cristão não pode anunciar a Boa -Nova se não estiver unido ao Cristo. Não se pode falar daquilo que não se conhece. É preciso conhecer Deus, fazer uma experiência profunda do Seu amor antes de falar sobre Ele. Deus não precisa ser mais uma informação na vida das pessoas, mas uma experiência concreta.

Hoje, como nunca, os cristãos são chamados a fazer uma experiência concreta do amor de Deus, pessoal e incondicional, e acolher com o coração aberto o convite apostólico de ser santos em todas as ações.

Sendo a Igreja o corpo místico de Cristo, ela deve ser vista como instrumento de santidade. Durante toda a história da Igreja, os santos sempre foram aqueles que deram testemunho de fidelidade e amor a Deus nos momentos mais difíceis. O sacrifício de muitos santos foi motivo de origem e renovação de inúmeras comunidades cristãs. O mundo de hoje precisa de pessoas com sede de santidade.

²⁰⁸ Cf. *Id.* n° 18. p. 44.

Infelizmente sofremos hoje com a escassez de santos, de pessoas que nos sirvam de modelo. Todavia, esta santidade é uma vocação de todos os cristãos, inclusive dos fiéis leigos.

Mais impressionante do que o número de pessoas beatificadas ou canonizadas pelo beato João Paulo II é perceber que muitos deles não eram ministros ordenados e nem religiosos. O papa elevou aos altares leigos e leigas: crianças, jovens, adultos, solteiros, casados e viúvos, com o objetivo de mostrar que a santidade é algo atual, possível e acessível.

Assim, só no interior do mistério da Igreja como mistério de comunhão se revela a “identidade” dos fiéis leigos, a sua original dignidade. E só no interior dessa dignidade se podem definir a sua vocação e a sua missão na Igreja e no mundo²⁰⁹.

A vocação de todo cristão tem a sua raiz no sacramento do batismo. E através deste mergulho o fiel cristão se reveste de Jesus Cristo e é para sempre selado pelo Espírito Santo. Os cristãos são santos e por isso devem ser empenhados em viver a santidade em todos os aspectos da sua vida cristã: do falar ao agir. É por isso que Paulo não se cansa de exortar aos membros de suas comunidades para que viva “como convém a santos” (Ef 5,3).

2.2 Ministérios, ofícios, funções e carismas dos leigos

Ao longo da história da Igreja percebemos que junto à institucionalização da Igreja Católica foi aparecendo às regras e constituições aprovadas pela Santa Sé. Surge então o chamado à vida religiosa.

Este estilo de vida foi tomando diversas formas segundo as necessidades dos tempos e da inspiração divina. Tanto os religiosos quanto os clérigos traziam como característica basilar o afastamento do mundo, em menor ou maior grau, segundo a especificidade do carisma de fundação. Paralelo a isso não houve um desenvolvimento de fórmulas para os leigos. Não de maneira sistematizada e aprovada pela Igreja como um novo carisma. Isto verá somente mais tarde com o concílio Vaticano II e seus precursores.

No início do cristianismo, no período das perseguições, não existia a dualidade entre clero e leigo. Naquele momento não tinha sentido fazer distinções intra-eclesiais para uma comunidade que vivia sendo perseguida e martirizada. A unidade era imprescindível para garantir a sustentabilidade da comunidade.

²⁰⁹ *Id.* n.º 8. p. 24.

Entre os cristãos das primeiras comunidades não existia o termo leigo. O que existia era *Laos*, povo eleito para fazer acontecer, no mundo, O Reino de Deus. O teólogo José Antônio da Silva diz que esse povo não era qualquer um, mas o povo com o qual Deus se relaciona: salva, repreende, educa, evangeliza e liberta.

Entre os herdeiros desse povo todos tinham o *Kléros*, designação de sorte; sorte de ser escolhido para pertencer a esse povo. Em Cristo, os cristãos foram postos à parte, foram sorteados, predestinados. Povo de Deus é povo eleito, afinal todos são convocados, são consagrados sem distinção de cargos ou papéis, embora houvesse uma diversidade de dons e carismas para servir. É um povo chamado à escuta do Espírito para se organizar, agir, falar e decidir²¹⁰.

A comunidade dos cristãos vivia unida, “no entanto, ela não se abstém do mundo, mas insere-se nele de tal forma que o maior testemunho é dado pela própria vida: o martírio”²¹¹.

Pode-se dizer que a grande distinção de classes na época estava na relação entre Igreja e mundo. Não como uma dicotomia, mas como uma inserção que a Igreja fazia no mundo. Tal inserção gerava conflitos, pois a proposta cristã era diferente daquela do mundo.

Era a exata certeza na consumação do reino de Deus que fomentava nessas pessoas a convicção de anunciar o Evangelho e ser, com isso, semente, sinal do profundo querer salvífico de Deus pela humanidade²¹².

Diante desta realidade, tratando da problemática dos leigos na estrutura da Igreja, é possível dizer que o termo leigo não está ausente da tradição bíblica.

Leigo, que vem do grego *laikós*, significa aquele ou aquela que pertence ao povo ou provém dele; também pode ser alguém não oficial, civil, comum. É um adjetivo derivado de *laos*, povo [...] É, portanto, aquele que pertence ao povo de Deus, herdeiro da Aliança e beneficiário da promessa de salvação²¹³.

É também um termo presente tanto no Antigo Testamento (AT) quanto no Novo Testamento (NT): “aparecerá no livro do Êxodo: Ex 19,5 – retomadas frequentemente no NT

²¹⁰ SILVA, J.A. da. O leigo no Magistério da Igreja. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, *Op. cit.* p. 76.

²¹¹ KUZMA, C. **Leigos e leigas**. *Op. cit.* p. 51.

²¹² *Id.* p. 52.

²¹³ BOUGEOIS, D. Leigo/laicato. In: **Dicionário crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2004, p. 1012.

em 1Pd 2, 5-9; Ap 1,6; 5,10; 20,6 – e de Lv 26,12 e Jr 31,33 – retomadas em 2Cor 6,16; Hb 8,10; Ap 21,3²¹⁴.

O termo leigo (*laikós*) em oposição ao clero surge apenas no final do século I. Ele pode ser encontrado na carta de Clemente de Roma aos Coríntios. Este termo começa a indicar o povo enquanto distinto daqueles que ministravam o culto:

No ambiente latino, bem cedo, ao lado de plebeu, que continuará a designar o leigo até a Idade Média, introduz-se o termo importado *laicus*, cujo significado, definitivamente fixado por Tertuliano, é o de cristão que não pertence ao clero²¹⁵.

Sendo assim, as tarefas ministeriais passam a ser representações do divino, ou seja, direção de culto, o esforço por garantir a unidade eclesial, o poder ministerial de perdoar pecados que surgiu no século II²¹⁶. Em todo o cristianismo antigo, com o passar do tempo, o termo leigo passou a designar todos os batizados que não exerciam nenhum tipo de ministério, função ou ofício na hierarquia eclesiástica.

Quase no final da era patrística, o papa Gregório Magno (540-604) faz a sistematização definitiva às três ordens de fiéis: pastores (sacerdotes), continentes (religiosos) e *coniugati* (leigos)²¹⁷.

Sem dúvida, isto levou à formação do pleno sacerdócio ministerial (episcopado monárquico, presbítero). (...) A tensão que antes era extraeclesial agora passa a tomar posturas mais intra-eclesiais, na medida em que o cristianismo vai se consolidando como religião institucional²¹⁸.

Por conseguinte, a partir do século V são estabelecidas as três grandes divisões: clérigo, monge e leigo. Divisões estas que permanecem praticamente até os dias de hoje²¹⁹. Somente mais tarde, “já no século XIX e XX, Pontífices como Leão XIII, Pio X e Pio XI convidam os leigos e leigas a tomarem o seu lugar na missão da Igreja”²²⁰.

O apelo de Pio XI, criando a Ação Católica, fez com que as elites cristãs tomassem consciência de suas responsabilidades, já que os cristãos devem

²¹⁴ KUZMA, C. **Leigos e leigas**. *Op. cit.* p. 53.

²¹⁵ SILVA, J.A. da. O leigo no Magistério da Igreja. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, *Op. cit.* p. 76.

²¹⁶ Cf. LEIGO. In: BERARDINO, A.D. (org.). **Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs**. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulus, 2002, p. 816.

²¹⁷ Cf. *Idem*.

²¹⁸ KUZMA, C. **Leigos e leigas**. *Op. cit.* p. 55.

²¹⁹ Cf. SILVA, J.A. da. O leigo no Magistério da Igreja. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, *Op. cit.* p. 78.

²²⁰ KUZMA, C. **Leigos e leigas**. *Op. cit.* p. 57.

estar em missão por toda a parte; por todo lugar sua missão é a mesma que determinou a vinda de Deus ao mundo: “Como o Pai me enviou, também eu vos envio” (Jo 20,21)²²¹.

O que está como pano de fundo de toda discussão entre leigo e clero é a questão ministerial e carismática. Não há um discurso teológico que possa justificar uma distinção entre o povo e o ministro do altar. O que se apresenta, através dos séculos, é uma eclesiologia diferente que distingue povo e clero através da ordenação, em vista do serviço litúrgico. Esta eclesiologia pode igualmente fundamentar a falta de diálogo, o clericalismo, a manutenção da hierarquia e do sistema de poder, no qual poucos mandam e a grande maioria obedece.

A constituição dogmática LG nos lembra que a Igreja universal aparece como o povo unido na unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo²²². Esta é a ideia central que a Igreja deu de si no concílio Vaticano II: eclesiologia de comunhão.

A ChL nos lembra do sínodo extraordinário dos bispos de 1985, ocorrido em Roma para celebrar os vinte anos do acontecimento conciliar. Este sínodo diz que:

A eclesiologia da comunhão é a ideia central e fundamental nos documentos do Concílio. A *Koinonia*-comunhão, fundada na Sagrada Escritura, é tida em grande honra da Igreja antiga e nas Igrejas orientais até os nossos dias. Por isso, muito se tem feito desde o Concílio Vaticano II para que a Igreja como comunhão seja entendida de maneira mais clara e traduzida de modo mais concreto na vida. Que significa a complexa palavra ‘comunhão’? Trata-se fundamentalmente de comunhão com Deus por Jesus Cristo no Espírito Santo. Tem-se esta comunhão na Palavra de Deus e nos Sacramentos²²³.

Para que haja esta comunhão entre os cristãos é necessária uma incorporação dos fiéis na vida de Cristo e uma união entre os cristãos, na Igreja. Segundo a ChL, a realidade da Igreja-Comunhão representa o conteúdo central da salvação da humanidade²²⁴. Todos os cristãos fazem parte deste povo novo e os laços que unem os seus membros não são os da ‘carne’ e do ‘sangue’, mas os do espírito, mais precisamente, os do Espírito Santo, que todos os batizados recebem (cf. Jl 3,1)²²⁵.

É este mesmo Espírito, fonte ininterrupta e inesgotável de comunhão, que transforma e dinamiza a Igreja. Por isso, a comunhão eclesial caracteriza-se pela presença simultânea da diversidade e da complementaridade das vocações e condições de vida, dos

²²¹ SILVA, J.A. da. O leigo no Magistério da Igreja. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, *Op. cit.* p. 80.

²²² Cf. **Compêndio do Vaticano II**. *Op. cit.* LG 4. p. 41.

²²³ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. nº 19. *Op. cit.* pp. 45-46.

²²⁴ Cf. *Id.* nº 19. p. 47.

²²⁵ Cf. *Id.* nº 19. pp. 47-48.

ministérios, carismas e responsabilidades²²⁶. É pela diversidade e pela complementaridade que os leigos encontram seu lugar na Igreja e dela participam.

Assim como diz Paulo aos Coríntios: “o corpo é um e, não obstante, tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, apesar de serem muitos, formam um só corpo. Assim também acontece com Cristo” (1Cor 12,12). A edificação do corpo de Cristo, que é a Igreja, depende da diversidade de seus membros e funções. É o mesmo Espírito que distribui sua diversidade de dons e carismas, “conforme lhe apraz” (1Cor 12, 1-11). Pode-se dizer que o Espírito distribui sua riqueza conforme a necessidade da Igreja. Porém, se um membro padece, “todos os membros partilham o seu sofrimento” (1Cor 12,26). Aquele que pede os dons do Espírito deve procurar tê-los em abundância, “para a edificação da assembleia” (1Cor 14,12).

A comunhão eclesial é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos são chamados a acolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com profundo sentido de responsabilidade. Isso é concretamente realizado através da sua participação na vida e na missão da Igreja, a cujo serviço os fiéis leigos colocam os seus variados e complementares ministérios e carismas²²⁷.

Os leigos são, através dessa eclesiologia de Igreja-comunhão, chamados a fazer frutificar os dons recebidos pelo Espírito Santo, na Igreja e no mundo. Ao leigo cabe esse duplice dever: ser fiel e cidadão. Tanto na Igreja, quanto no mundo, os leigos devem estar atentos aos múltiplos carismas recebidos do Espírito. Porém, esses carismas só terão sentido quando colocados a serviço da comunidade. Daí surge o segundo chamado aos leigos: o de exercerem diferentes ministérios, ofícios e funções, para a edificação da própria Igreja. Todos os cristãos batizados são chamados a serem, segundo a sua vocação, ativos e corresponsáveis.

Paulo é explícito na constituição ministerial das Igrejas apostólicas: “E aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, doutores...” (1Cor 12,28). Na carta aos Efésios temos: “E ele é que ‘concedeu’ a uns serem apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e doutores, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo” (Ef 4, 11-12).

Os ministérios são dons do Espírito a cada cristão. Não é mérito humano, mas graça divina. Todos eles, embora diferentes, são partícipes do mesmo ministério de Jesus Cristo, servo humilde e salvador.

²²⁶ Cf. *Id.* n° 20. p. 48.

²²⁷ *Id.* n° 20. p. 50.

Os diversos ministérios que encontramos na Igreja derivam dos sacramentos. Para todos os fiéis cristãos temos os sacramentos de iniciação (batismo, eucaristia e confirmação). Para os ministros ordenados o sacramento da ordem. E para muitos temos o sacramento do matrimônio.

Através do batismo todos os fiéis participam do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo. Por isso, a missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se, não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos²²⁸.

A missão dos Apóstolos, que o Senhor Jesus continua a confiar aos pastores (Bispos, Presbíteros, Diáconos) do Seu povo, é um verdadeiro serviço, a que a Sagrada Escritura significativamente denomina “*diakonia*”, isto é, serviço, ministério²²⁹.

Os ministérios ordenados exprimem e realizam, segundo a LG, uma participação no sacerdócio de Jesus Cristo que se diferencia, não só em grau, mas também em essência, da participação dada no batismo a todos os fiéis. Por outro lado, o sacerdócio ministerial é essencialmente finalizado no sacerdócio real de todos os fiéis e para ele ordenado²³⁰.

Por isso, a fim de assegurar e de aumentar a comunhão na Igreja, em especial no âmbito dos diversos e complementares ministérios, os pastores devem reconhecer que o seu ministério é radicalmente ordenado para o serviço de todo o Povo de Deus (cf. Hb 5,1), e os fiéis leigos, pela sua parte, devem reconhecer que o sacerdócio ministerial é absolutamente necessário para a sua vida e para a sua participação na missão da Igreja²³¹.

Justamente por isso que os ministros ordenados devem reconhecer e promover os ofícios e as funções dos leigos na Igreja. Os sacerdotes podem confiar aos leigos alguns ofícios e funções que estejam ligados ao seu ministério de pastor, desde que os mesmos não exijam o caráter do sacramento da ordem.

Os leigos não estão na Igreja para substituir ou ocupar as funções dos ministros ordenados. Os leigos estão na Igreja para cooperarem na missão evangelizadora da própria Igreja. A cada um o Espírito concede um ministério conforme a sua vocação. Os sacerdotes, por sua vez, recebem a autoridade e o poder sagrado para servirem a Igreja, agindo *in persona Christi Capitis*. Por Cristo, ambos agem com Cristo para servirem a Igreja em Cristo.

²²⁸ Cf. *Id.* n° 23. p. 53.

²²⁹ *Id.* n° 20. p. 50.

²³⁰ Cf. **Compêndio do Vaticano II**. *Op. cit.* LG 10. p. 50.

²³¹ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 22. *Op. cit.* p. 53.

Nenhum é empregado ou está subordinado ao outro. Todos, através dos seus ministérios, servem a Igreja, que é o próprio Cristo.

Algumas formas de apostolado leigo são explicitamente reconhecidas pela hierarquia, de vários modos porém. Além disso, pode a autoridade eclesiástica, por causa das exigências do bem comum da Igreja, escolher e promover de modo peculiar alguns dentre os grupos e empreendimentos apostólicos que visam a um fim espiritual imediato, assumindo junto a estes responsabilidade especial²³².

Qualquer ação laical que caracterize uma ligeira intenção de assumir o ministério clerical torna-se inválida. Segundo a AA, nenhuma iniciativa reclame para si o nome de católica, se não obtiver o consenso da legítima autoridade eclesiástica²³³. Bem como, é inconcebível um ministro ordenado ser totalmente centralizador e não promover o diálogo e a interação com os leigos na missão de evangelizar. A postura contrária também é prejudicial à missão salvífica da Igreja no mundo, ou seja, leigo e clero apáticos esperando a tomada de iniciativa um do outro. A missão é de todos!

É importante ressaltar que o contexto do momento histórico no qual se está inserido sempre interfere na postura do agente, seja ele leigo ou clero. E a Igreja, ao longo dos séculos, foi se adaptando aos desafios de cada época. Ora mais voltada para a realidade temporal, ora voltada para a realidade espiritual.

Com o surgimento de movimentos como o Humanismo (séculos XV e XVI), a Reforma (século XVI) e a Revolução Francesa (1789-1799), alargaram-se os horizontes e trouxeram um processo de secularização. Diante do desafio causado pelo Iluminismo (século XVIII), a Igreja se viu obrigada a fortalecer e ativar alguns grupos de leigos no intuito de favorecer um catolicismo político, social e cultural²³⁴.

Fato admirável é perceber que hoje os leigos são chamados a participarem mais ativamente na vida da Igreja e do mundo. Talvez a Igreja, através da sua história, tenha percebido que grande parte do seu esforço foi dedicada aos ministros ordenados e à sua organização institucional. Durante séculos, a Igreja esperou que os diáconos, padres e bispos assumissem toda a responsabilidade do anúncio do Reino de Deus. Algumas decisões e tarefas que antes estavam sob a responsabilidade exclusiva dos clérigos passam a ser partilhadas com os leigos. Se o passado da Igreja esteve unicamente nas mãos dos ministros ordenados, o futuro da Igreja passará também pelas mãos dos leigos.

²³² **Compêndio do Vaticano II.** *Op. cit.* AA 24. p. 555.

²³³ *Cf. Id.*

²³⁴ KUZMA, C. **Leigos e leigas.** *Op. cit.* p. 57.

Após o concílio Vaticano II, com a nova compreensão de ‘povo de Deus’ e de Igreja-Comunhão, surge uma nova consciência em relação à teologia do laicato. Não é somente em função da missão da Igreja face ao mundo que os leigos passam a ter um papel positivo. Os leigos fazem realmente parte da Igreja. Caso o contrário se teria a impressão de que os leigos apenas são necessários quando a Igreja quer tratar das realidades temporais.

O próprio decreto conciliar AA diz que é função da hierarquia eclesiástica ensinar e interpretar autenticamente os princípios de ordem moral que devem ser seguidos nos assuntos temporais²³⁵. Portanto, a atividade do leigo não pode ser entendida unicamente a partir da sua relação com o mundo, mas implica num dever eclesial: “Ai de mim, se eu não anunciar o evangelho!” (1Cor 9,16).

A ChL traz uma série de ministérios, ofícios e funções que podem ser exercidos pelos fiéis leigos sob autorização da hierarquia eclesiástica:

O Código de Direito Canônico elenca uma série de funções ou tarefas próprias dos ministros sagrados, que, todavia, por circunstâncias especiais e graves, e, concretamente, por falta de Presbíteros ou Diáconos, são temporariamente exercidas por fiéis leigos, com prévia faculdade jurídica e mandato da autoridade eclesiástica competente. C.f. can. 230, §3; 517,§2; 776; 861, §2; 910,§2; 943; 1112, etc²³⁶.

Bem como tarefas que eles podem desempenhar nas estruturas da Igreja:

O Código de Direito Canônico apresenta diversas funções ou tarefas que os fiéis leigos podem desempenhar nas estruturas organizativas da Igreja. C.f. can. 228; 229, §3; 317, §3; 463, §1, n.5 e §2; 483; 494; 537; 759; 776; 784; 785; 1282; 1421, §2; 1424; 1428, §2; 1435; etc²³⁷.

Não se trata de uma clericalização do leigo. Tampouco de uma laicização do clero. A Igreja quer uma unidade de missão, na qual participam todos os batizados, na diversidade de ministérios. Para tanto, é necessário que os pastores formem os leigos antes de conferir a eles os vários ministérios, ofícios e funções. Os pastores, igualmente, deverão zelar para que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis ‘situações de emergência’ ou de ‘necessária suplência’²³⁸.

Os vários ofícios e funções que os fiéis leigos podem legitimamente desempenhar na liturgia, na transmissão da fé e nas estruturas pastorais da

²³⁵ Cf. **Compêndio do Vaticano II**. Op. cit. AA 24. p. 555.

²³⁶ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. Op. cit. p. 55.

²³⁷ Id.

²³⁸ Cf. Id. n° 23. p. 56.

Igreja, deverão ser exercidos em conformidade com a sua específica vocação laical, diferente da dos ministros sagrados²³⁹.

A ChL não conseguiu responder a todos os desafios relativos aos ministérios, ofícios e funções dos leigos na Igreja. Todavia, a ChL abriu possibilidades para se estudar, de modo ainda mais aprofundado, os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos leigos²⁴⁰.

Esta exortação está empenhada em respeitar a diversidade essencial entre o sacerdócio comum dos fiéis, derivado dos sacramentos do batismo e da confirmação, com o sacerdócio ministerial, derivado do sacramento da ordem.

Se os ministérios, como já dissemos, são dons do Espírito concedidos a cada cristão, os carismas também o são. Os carismas podem ser chamados de dons ou identificados como impulsos especiais que o Espírito Santo confia à Igreja. Dessa forma, os carismas podem assumir as mais variadas formas, tanto como expressão da liberdade absoluta do Espírito que o distribui, como em resposta às múltiplas exigências da história da Igreja²⁴¹.

No NT podemos perceber a variedade desses dons. O pedido é sempre o de dar para a comunidade o que de graça recebeu do Espírito, para a utilidade de todos:

A um, o Espírito dá a mensagem de sabedoria, a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro ainda, o único e mesmo Espírito concede o dom das curas, a outro o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; e a outro, o dom de falar em línguas, a outro ainda, o dom de as interpretar (1Cor 12, 7-10)²⁴².

Todos os carismas têm uma utilidade eclesial. Por isso, eles não podem ser simplesmente classificados como grandes ou pequenos, extraordinários ou humildes. Todos eles são graças do Espírito Santo e devem ser usados para a edificação da Igreja, para o bem dos homens e para as necessidades do mundo.

Nos últimos anos a Igreja viu um florescer de diversos carismas entre os leigos. Cabe a cada um, sob a proteção da Igreja, colocar-se ao serviço um do outro, “como bom dispenseiro da multiforme graça de Deus” (1Pd 4,10). O concílio Vaticano II nos recorda:

Da aceitação destes carismas, mesmo os mais simples, nasce em favor de cada um dos fiéis o direito e o dever de exercê-los para o bem dos homens e a edificação da Igreja, dentro da Igreja e do mundo, na liberdade do Espírito

²³⁹ *Id.*

²⁴⁰ *Cf. Ibidem.*

²⁴¹ *Cf. Id.* n° 24. p. 58.

²⁴² BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003, p. 2008.

Santo, que “sopra onde quer” (Jo 3,8), e ao mesmo tempo na comunhão com os irmãos em Cristo, sobretudo com seus pastores, a quem cabe julgar a autenticidade e o uso dos carismas dentro da ordem, não por certo para extinguirem o Espírito, mas para provarem tudo e reterem o que é bom (cf. 1Tess 5, 12.19.21)²⁴³.

Os carismas devem ser recebidos como um dom para a Igreja e para o mundo. São graças concedidas pelo Espírito Santo que vitalizam, dão força e coragem para o apostolado da Igreja. Os carismas devem ser usados com discernimento. Para tanto, é indispensável à plena unidade entre os leigos e os pastores para juntos discernirem a melhor forma de colocar essa riqueza do Espírito a favor de muitos. Os carismas, na Igreja, devem se completar na diversidade, para o bem de todos.

Um espaço privilegiado e abundante de carismas são as novas formas agregativas laicais. Apesar da pluralidade de experiências abarcadas por este fenômeno eclesial que veremos mais adiante, emergem pontos-chave identificáveis sem maiores dificuldades. Uma nota comum a estas expressões associativas dos fiéis é a dimensão carismática.

Nas agregações laicais podem participar homens e mulheres, casados e solteiros, famílias com crianças, leigos, consagrados, sacerdotes e religiosos de diferentes congregações. Na formação das associações é sem dúvida Deus quem toma a iniciativa de agregar as pessoas.

Há também aqueles que se agregam à comunidade por motivos espirituais e apostólicos²⁴⁴. Outros são tocados pela pregação, fundamento da motivação dos encontros, retiros, grupos de louvor e de oração. Esta pregação está centrada na proclamação do *querigma*. Muitos aderem à comunidade pelas músicas, pela animação e harmonia do ministério de música. Outros são tocados pelo ministério de intercessão que procura desenvolver uma oração no Espírito. Outros ainda pela leitura da Escritura.

Todos estes elementos são essenciais na edificação de uma comunidade laical. Porém, sabe-se que a maioria das pessoas busca a comunidade para sanar alguma carência: dor, sofrimento e falta de fé, de esperança e de amor. Por isso, os encontros da maioria destas formas agregativas são alegres, festivos, com muita música e os fiéis reagem rezando forte (alguns até em ‘línguas’), louvando, pedindo, agradecendo, cantando, batendo palmas, dançando, ‘repousando’ no Espírito...

Nestes grupos sente-se a responsabilidade que um tem com o outro. Partilham-se experiências espirituais mais também bens materiais, quando necessário. Os membros

²⁴³ **Compêndio do Vaticano II**. Op. cit. AA 3. pp. 532-533.

²⁴⁴ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 29. Op. cit. p. 71.

associados selam um compromisso, uma ‘aliança’ com a própria comunidade e seus membros. Por isso, cada agregação laical tem o seu carisma, estatuto ou regras próprias.

As agregações laicais tem, em geral:

(...) fundadores e dirigentes leigos e leigas, independentes do pároco, bem como, no caso de comunidades de origem carismática, independentes dos próprios dirigentes diocesanos da Renovação Carismática Católica. Convertem-se num espaço de participação efetiva dos leigos, que nela exercem os diversos “ministérios” e assumem o seu governo de modo autônomo ou relativamente autônomo²⁴⁵.

O novo apelo de ser uma Igreja preparada para acolher os ‘novos fiéis’ ou os ‘fiéis afastados’ deve se tornar um novo paradigma. Após o concílio Vaticano II, os leigos passaram a participar da vida da Igreja que convocava todo batizado a ser protagonista de uma evangelização mais eficaz e da busca da santidade. Desta forma, as agregações laicais aparecem com sua diversidade de carismas para responderem às necessidades dos fiéis. E estes fiéis, após terem encontrado o carisma mais adequado a sua forma de vivenciar o Evangelho, passam a gozar de uma especial dignidade: a de serem membros vivos e atuantes da Igreja.

Na mensagem aos participantes do I Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais, em Roma, no dia 27 de maio de 98, o beato João Paulo II disse:

Os carismas reconhecidos pela Igreja representam vias para aprofundar o conhecimento de Cristo e para se dar com mais generosidade a Ele, enraizando-se contemporaneamente sempre mais na comunhão com o inteiro povo cristão. Eles merecem, por isso, atenção da parte de cada membro da Comunidade eclesial, a começar pelos Pastores, aos quais é confiado o cuidado das Igrejas particulares, em comunhão com o Vigário de Cristo²⁴⁶.

É o mesmo Espírito Santo quem enriquece a Igreja com dons e impulsos especiais, chamados carismas. Os carismas continuam a florescer nos nossos dias entre os fiéis leigos. Também os carismas nascidos em outras épocas podem ser compartilhados pelas gerações contemporâneas, perseverando no tempo como uma herança preciosa e viva, que gera uma afinidade espiritual entre as pessoas: Francisco, Clara, Teresa D’Avila, João da

²⁴⁵ CNBB. **Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades**. Subsídios nº 03. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 24.

²⁴⁶ JOÃO PAULO II, Papa. **Mensagem do Papa João Paulo II aos participantes do Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais**. Roma, 27 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/laity/documents/rc_pc_laity_doc_27051998_movement-s-mes-hf_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

Cruz, Teresa de Lisieux, Dom Bosco, Teresa de Calcutá, Chiara Lubich... São tantos os portadores destes sopros do Espírito Santo em favor do ‘povo de Deus’.

Entre os fiéis leigos e os ministros ordenados deve permanecer uma constante e plena unidade, tanto nas suas tarefas pastorais quanto nas espirituais. Um carisma não pode ser comprometido pelo simples ‘querer ou não querer’ do pároco. O carisma é um dom do Espírito Santo e só pode ser recebido com alegria, como mais uma ferramenta para a edificação da Igreja.

Segundo a expressão dos Santos Padres, a Igreja é o lugar onde floresce o Espírito²⁴⁷, em meio aos aspectos institucional e carismático. O Magistério insiste na comunhão que deve existir entre os fiéis associados a um carisma e seus pastores. Uma vez que os fiéis leigos são chamados a participarem da missão da Igreja no apostolado, deveria brotar deles um desejo luminoso de colaborar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e acolhida por todos os homens em toda a parte²⁴⁸

A espiritualidade dos fiéis leigos “deve revestir-se de características peculiares de acordo com o estado de cada um: vida matrimonial e familiar, celibato ou viuvez, doença, atividade profissional e social”²⁴⁹. Cada fiel deve oferecer ao próximo aquela qualidade que tem de melhor. Deve aperfeiçoar os dons recebidos do Espírito Santo.

Além disso, os leigos que, por vocação, se inscreveram em algumas das associações ou institutos aprovados pela Igreja, esforcem-se por assimilar fielmente as características da espiritualidade que lhes é própria. Tenham igualmente em alta estima a competência profissional, o espírito de família e de civismo, bem como aquelas virtudes que fazem parte das relações sociais, a saber, a honestidade, o espírito de justiça, a autenticidade, a afabilidade, a coragem, pois sem ela nem a verdadeira vida cristã pode subsistir²⁵⁰.

No discurso feito por João Paulo II, por ocasião na Vigília de Pentecostes de 1998, o beato disse que o encontro dos Movimentos na Praça de São Pedro era uma prova palpável da ‘efusão’ do Espírito Santo:

Cada movimento difere do outro, mas todos estão unidos na mesma comunhão e para a mesma missão. Alguns carismas suscitados pelo Espírito irrompem como vento impetuoso, que arrebatava e atrai as pessoas para novos caminhos de empenho missionário ao serviço radical do Evangelho,

²⁴⁷ Cf. CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2000, p. 215.

²⁴⁸ Cf. **Compêndio do Vaticano II**. Op. cit. AA 3, p. 532.

²⁴⁹ Id. n° 4, pp. 534-535.

²⁵⁰ Id. p. 535.

proclamando sem temor as verdades da fé, acolhendo como dom o fluxo vivo da tradição e suscitando em cada um o ardente desejo da santidade²⁵¹.

2.3 O protagonismo e a ação missionária dos leigos

Após o concílio Vaticano II, os leigos passaram a colaborar com responsabilidade em alguns ministérios eclesiais: Pastoral do Batismo, Catequese, Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística, Ministério da Palavra (língua vernácula), Liturgia, etc.

A missão dos leigos como Igreja no mundo é urgente. Num mundo cada vez mais complexo, os desafios na evangelização são cada vez maiores. Novas situações missionárias são apresentadas e com a graça do Espírito Santo os cristãos recebem dons que os tornam capazes de encontrar novos caminhos.

O concílio Vaticano II afirmou que a Igreja peregrina é por sua natureza missionária²⁵². Para que ela possa desempenhar a sua missão, tem o dever de perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, de tal modo que possa responder, de maneira adaptada a cada geração²⁵³.

Podemos sintetizar a missão da Igreja Católica na palavra Evangelização. As diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil, como vimos no capítulo primeiro desse estudo, tem a evangelização como eixo central da missão. Segundo o papa Paulo VI: “Evangelizar é levar a Boa-Nova a todas as parcelas da humanidade em qualquer meio e latitude, e pelo seu influxo transformá-las a partir de dentro e tornar nova a própria humanidade”²⁵⁴. É a Igreja toda que tem a missão de levar a Boa -Nova a todos os lugares, embora com ministérios e carismas diversificados.

E a missão envolve também a evangelização do social e do político, como não cansa de repetir o Magistério recente. Por isso, a secularidade, como relação cristã com o mundo, é fundamentalmente uma dimensão de toda a Igreja e não exclusiva dos chamados leigos. Assim, todos, pastores e demais fiéis, cada um a seu modo, são chamados a se comprometer com os pobres para a sua total libertação²⁵⁵. Convém saber que esta

²⁵¹ JOÃO PAULO II, Papa. **Vigília de oração presidida pelo Papa João Paulo II durante o Encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades**. Roma, 30 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1998/may/documents/hf_jp-ii_spe_19980530_riflessioni_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

²⁵² Cf. **Compêndio do Vaticano II**. Op. cit. AG 2. p. 352.

²⁵³ Cf. *Id. Op. cit.* GS 4. p. 145.

²⁵⁴ PAULO VI, Papa. **Evangelii Nuntiandi**. n. 18. Op. cit. p. 20.

²⁵⁵ Cf. BOFF, C.M. A Dimensão da Laicidade da Vida Religiosa. **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 54, nº 215, [set.] 1994, p. 552.

compreensão ampla de laicidade é um dos resultados mais significativos da reflexão teológica recente sobre o laicato²⁵⁶.

Na ChL, através da imagem da videira e dos ramos (Jo 15), é mostrada a dignidade de todos os cristãos na Igreja e a correponsabilidade na missão, fundamentada no batismo e na confirmação.

Os documentos da América Latina e do Brasil também promovem a dignidade dos leigos enquanto evangelizadores. O documento de Santo Domingo, para explicitar a missão dos leigos na Igreja, são chamados de protagonistas:

A importância da presença dos leigos na tarefa da Nova Evangelização que conduz à promoção humana e chega a informar todo o âmbito da cultura com a força do Ressuscitado nos permite afirmar que uma linha prioritária de nossa pastoral, fruto desta IV Conferência, há de ser a de uma Igreja na qual os fiéis cristãos leigos sejam protagonistas. Um laicato, bem estruturado com uma formação permanente, maduro e comprometido, é o sinal de Igrejas particulares que levam a sério o compromisso da Nova Evangelização²⁵⁷.

Os leigos são protagonistas na missão da Igreja. Eles são chamados a ser Igreja no mundo e ali desempenharem com fidelidade a fé professada e a vida cotidiana. De acordo com a *Evangelii Nuntiandi*, os leigos são os cristãos mais aptos a:

(...) modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação²⁵⁸.

No modelo eclesiológico de Igreja-Comunhão, os leigos devem participar mais ativamente da vida da Igreja. A palavra-chave para que o protagonismo dos leigos seja uma realidade é participação. João Paulo II diz que a participação é um grande sinal e frutos das crescentes correntes humanistas: “um autêntico ‘sinal dos tempos’ que está amadurecendo em diversos campos e em diversas direções: no campo, sobretudo, das mulheres e no mundo dos jovens”²⁵⁹. De forma concreta, a participação dos leigos na Igreja está cada vez mais organizada em vida comunitária.

Veremos, mais adiante, as formas de agregações laicais que formam verdadeiras comunidades missionárias. Estas agregações, a serviço da missão da Igreja, supõem dois

²⁵⁶ Cf. FORTE, Bruno. Laicità. In: BARBAGLIO, G.; DIANICH, S. (coord.). **Nuovo Dizionario di Teologia**. 4.ed. Milano: Paoline, 1985, pp. 2004-2013, tradução nossa.

²⁵⁷ DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO. n° 103. *Op. cit.* pp. 124-125.

²⁵⁸ PAULO VI, Papa. **Evangelii Nuntiandi**. n. 19. *Op. cit.* p. 21.

²⁵⁹ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 5. *Op. cit.* p. 19.

importantes elementos em sua ação evangelizadora: o protagonismo e a autonomia participativa.

A ChL, quando fala de protagonismo dos leigos, está indicando uma área específica de atuação: a política. O único tópico da exortação que traz a palavra ‘protagonistas’ diz que os fiéis leigos não podem absolutamente abdicar da participação na política e que todos são simultaneamente destinatários e protagonistas da política²⁶⁰. A Igreja considera digno de louvor e consideração o trabalho daqueles que se dedicam ao bem da coisa pública a serviço dos homens e assumem os trabalhos deste cargo²⁶¹. Embora a ChL traga a realidade de protagonismo dos leigos para a política, sabemos que tal protagonismo deve ser exercido em toda e qualquer área da humanidade na qual a Igreja deseja se fazer presente.

Os leigos do Brasil viveram uma experiência rica em protagonismo na Ação Católica. Após o seu desaparecimento, vimos nascer no Brasil uma nova forma de protagonismo dos leigos com o CNL. O Pe. José Ernanne Pinheiro nos apresenta um resumo do que seria a plataforma do CNL através de sua Carta de Princípios²⁶², mostrando não só seus critérios de ação, mas a mística missionária dos cristãos leigos organizados.

A base do protagonismo dos leigos está na integração entre comunhão e missão. A comunhão representa a fonte e, simultaneamente, o fruto da missão: a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão²⁶³. É sempre o mesmo Espírito que une e convoca a Igreja a anunciar a Boa - Nova.

²⁶⁰ Cf. *Id.* n° 42. pp. 105-108.

²⁶¹ Cf. **Compêndio do Vaticano II**. *Op. cit.* GS 75. p. 233.

²⁶² Cf. PINHEIRO, J.E. Protagonismo do leigo: apelos, realidade, perspectivas. In: PINHEIRO, J.E. (org.). **O protagonismo dos leigos na evangelização atual**. *Op. cit.* pp. 114-116. A) Empenharmo-nos para que a nossa Igreja viva a comunhão e a participação, na diversidade de ministérios e carismas, verdadeiro ‘povo de Deus’, onde haja corresponsabilidade de forma orgânica e seja o sinal vivo do Reino de Deus. B) Assumir uma ação profético-missionária, num processo de conversão permanente da Igreja ao Evangelho “para que o mundo creia” e ela seja o sinal e instrumento de transformação da sociedade. C) Aprofundar e difundir uma espiritualidade encarnada nas várias realidades, vivenciada na comunhão, inspirada no testemunho das bem-aventuranças, que se expressa especialmente na evangélica opção pelos pobres e oprimidos, assumida e proclamada pela Igreja da América Latina. D) Mobilizar processos de formação do laicato e subsidiar os dos organismos filiados, desenvolvendo uma consciência crítica, para que nossa ação seja mais eficaz e coerente com nosso batismo. E) Valorizar as diferentes culturas e expressões religiosas de nosso povo, em conformidade com os valores e exigências do Reino de Deus. F) Incentivar o laicato a partir das mais variadas formas associativas, tais como: partidos políticos, sindicatos, associações, movimentos sociais e populares e outras organizações que combatam a injustiça e a opressão, em favor da vida e da esperança, no compromisso da construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária. G) Assumir uma atitude de abertura ecumênica e de diálogo inter-religioso, comprometendo-nos também em programas comuns, na construção da justiça e na defesa da vida. H) Valorizar o potencial evangelizador dos pobres e excluídos. I) Incentivar o espírito comunitário, valorizando a pessoa em todas as suas dimensões, criando um espaço eclesial para o diálogo entre os leigos, na pluralidade dos carismas e experiências. J) Estimular e subsidiar nossa participação permanente nos processos de planejamento, decisão e avaliação da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, no âmbito nacional, regional e diocesano.

²⁶³ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 32. *Op. cit.* p. 80.

Embora a teologia do laicato tenha um discurso teológico bastante coeso e fundamentado nos sacramentos do batismo e da confirmação, os leigos mais próximos das estruturas eclesiais percebem ainda um mal-estar gerado pela distância entre o discurso e a prática no que se refere aos leigos. O fator cultural, na América Latina e no Brasil, é responsável por essa visão negativa sobre os leigos; considerados cristãos de segunda categoria.

O grande problema é que esse mal-estar dificulta o processo de maturidade dos leigos e desestimula o engajamento missionário. Pinheiro aponta alguns dos obstáculos mais específicos da realidade social e eclesial para a missão dos leigos como Igreja:

- a) Nosso continente possui uma tradição autoritária e elitista, criando uma cultura de submissão e apatia;
- b) Vivemos num momento em que cresce o deslocamento da sensibilidade do religioso para o econômico, fruto da mentalidade consumista que o bombardeia;
- c) Há uma deteriorização das mediações sócio-políticas da sociedade, com um descrédito nas instituições (sindicatos, partidos políticos, organizações populares,...);
- d) A mentalidade clerical de nossa Igreja tem adiado muitos dos planos e sonhos de uma eclesiologia de comunhão e missão, ainda não se crê, realmente, no leigo. Há urgência na reformulação da posição e do papel tradicionalmente assumido pelos ministros ordenados, para que a Igreja seja toda ela responsável pela missão, superando dependências, na busca de comunhão orgânica;
- e) A polarização entre laicato-hierarquia tem levado a uma oposição temporal-espiritual no compromisso missionário: aos leigos, o temporal, aos clérigos, o espiritual;
- f) Embora se fale no leigo como “sujeito privilegiado da missão”, “protagonista da Nova Evangelização”, não houve ainda um empenho maior para que ele pudesse assumir sua dimensão integral como Igreja, não só nos quadros internos desta, mas também no específico de sua missão como missionários no mundo²⁶⁴.

Os padres conciliares foram os primeiros a incentivarem os próprios pastores da Igreja a permitirem uma maior participação dos leigos na responsabilidade de anunciar o Evangelho. Eis um texto claro do concílio Vaticano II:

Os Pastores sagrados sabem perfeitamente quanto os leigos contribuem para o bem de toda a Igreja. Sabem também [os Pastores] que não foram instituídos por Cristo a fim de assumirem sozinhos toda a missão salvífica da Igreja no mundo. Seu preclaro múnus é de apascentar de tal forma os fiéis e reconhecer suas atribuições e carismas, que todos, a seu modo, cooperem unanimemente na obra comum²⁶⁵.

²⁶⁴ PINHEIRO, J.E. Protagonismo do leigo: apelos, realidade, perspectivas. In: PINHEIRO, J.E. (org.). **O protagonismo dos leigos na evangelização atual**. Op. cit. pp. 117-118.

²⁶⁵ **Compêndio do Vaticano II**. Op. cit. LG 30. p. 77.

Essa consciência voltou a aparecer com vigor e clareza em todos os trabalhos do sínodo dos bispos de 1987 que deu origem à ChL. O capítulo III desta exortação apostólica fala sobre a corresponsabilidade dos fiéis leigos na Igreja-Missão. Um dos pedidos do beato João Paulo II é para que leigos e clérigos se unam para se lançarem juntos numa nova evangelização. Na ChL, o papa pede para que o indiferentismo, o secularismo e o ateísmo sejam combatidos, em especial, nos países do Primeiro Mundo onde o bem-estar econômico e o consumismo, embora à mistura com tremendas situações de pobreza e de miséria, inspiram e permitem viver ‘como se Deus não existisse’²⁶⁶. João Paulo II afirma ainda que a indiferença religiosa e a total insignificância prática de Deus nos problemas, mesmo graves, da vida não são menos preocupantes e subversivos do que o ateísmo declarado²⁶⁷. Por isso que, diante das interrogações sem respostas, o homem contemporâneo acaba se frustrando e agindo de forma indiferente com a própria vida humana. Diante desse quadro sobressaem a secularização e as seitas. Para tanto, só uma nova evangelização poderá garantir o crescimento de uma fé límpida e profunda, capaz de converter tais tradições numa força de liberdade autêntica²⁶⁸.

Uma Igreja que quer ser presença viva na sociedade e no mundo precisa redescobrir o seu sentido místico de ‘povo de Deus’. Todos os cristãos devem se fortalecer na Palavra e mediante os sacramentos: principalmente o da Eucaristia. Tal atitude deverá fomentar uma nova motivação, impulsionada pelo Espírito, para agi-lo no mundo. Muitos cristãos sentem a necessidade de ‘estar juntos’ para manterem em equilíbrio a vivência da Palavra (vida intra-ecclesial) e a atuação no mundo (vida extra-ecclesial). Formar comunidades eclesiais passa a ser uma consequência natural da corresponsabilidade na missão e na ajuda recíproca de santificação. As comunidades são, dentro do cristianismo, importantes porque são comunidades de fé: “além do mais, nelas buscamos o alimento espiritual para o nosso crescimento e fortificação (Eucaristia). Nelas são dissolvidas às diferenças sociais, e as pessoas passam a se chamar de irmãos e irmãs”²⁶⁹. Não há como pensar uma ação missionária da Igreja sem que haja nela comunidades²⁷⁰.

Os fiéis leigos tem a sua parte a desempenhar na formação de tais comunidades eclesiais, não só com uma participação ativa e responsável na

²⁶⁶ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 34. *Op. cit.* p. 83.

²⁶⁷ Cf. *Id.*

²⁶⁸ Cf. *Ibidem*.

²⁶⁹ KUZMA, C. **Leigos e leigos**. *Op. cit.* pp. 91-92.

²⁷⁰ Cf. *Id.* p. 92.

vida comunitária e, portanto, com o seu insubstituível testemunho, mas também com o entusiasmo e com a ação missionária dirigida a quantos não creem ainda ou já não vivem a fé recebida no Batismo²⁷¹.

Essas comunidades são de suma importância e necessitam ser consolidadas para que sejam alicerces firmes e sustentáveis²⁷².

O termo ‘comunidade’ vem do latim *communio* e possui duas conotações:

Primeiro que a raiz *mun* significa fortificação, muralha. Pessoas que estão numa *communio* estão atrás de uma fortificação, de uma segurança comum. Estão unidos por um espaço vital, onde a união faz a vida de cada um depender do outro. Em segundo lugar: a palavra *mun* vem da palavra latina *munus*, que significa tarefa, serviço, ou também graça e dom. A *communio* está obrigada a um serviço mútuo, mas de maneira que este serviço seja precedido por um dom dado anteriormente, que se recebe para ser passado aos outros. Em se tratando de comunidades de fé cristã, elas devem estar nutridas de ambos e espelhar-se na comunidade de amor da Santíssima Trindade. Por esta razão, *communio*, comunidade, não é algo estático, mas dinâmico, conforme a Trindade²⁷³.

A palavra ‘comunidade’ serviu, em parte, para encobrir tentativas de restauração de uma cristandade passada e superada. O verdadeiro problema da ‘comunidade’ nos seus elementos mais positivos e mais construtivos exigiria a perspectiva da sociologia do chamado ‘desenvolvimento da comunidade’²⁷⁴.

Comunidade é o fato social tomado na sua totalidade numa área determinada. Distingue-se do poder que a administra. Comunidade não designa aqui nenhum tipo determinado de relacionamento ou de grupo²⁷⁵. A Igreja não precisa de estilo comunitário distinto do estilo de comunhão; ela precisa de algo mais básico: atividades sociais. É socialmente subdesenvolvida, pois a participação da imensa maioria de batizados ainda é muito fraca²⁷⁶. Grande parte das agregações laicais surgida nos últimos 40 anos está muito mais voltada à experiência pessoal e religiosa do que às atividades sociais.

Independentemente do seu carisma, a Igreja espera que as comunidades eclesiais possam levar o Evangelho nas diversas situações locais, sobretudo naquelas regiões onde a *implantatio Ecclesiae* ainda está no início. As comunidades hoje estão cumprindo o papel de evangelizadores modernos e de agentes sociais renovados.

²⁷¹ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 34. *Op. cit.* p. 86.

²⁷² Cf. KUZMA, C. **Leigos e leigas**. *Op. cit.* p. 92.

²⁷³ *Id.*

²⁷⁴ Cf. COMBLIN, J. O Conceito de Comunidade e a Teologia (II). **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 30, n° 119, [set.] 1970, p. 574.

²⁷⁵ Cf. *Id.* p. 572.

²⁷⁶ Cf. *Id.* p. 573.

É necessário reconhecer-se a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de “concessão” da autoridade, mas que promana do Batismo, como sacramento que chama os fiéis leigos para participarem ativamente na comunhão e na missão da Igreja²⁷⁷.

Os leigos membros destas comunidades têm assumido, com especial atenção, a evangelização, enfatizando o anúncio, a conversão, a experiência pessoal de fé, valorizando a subjetividade e os sentimentos, conseguindo atingir ambientes nos quais a pastoral paroquial não tem conseguido se fazer presente. É grande o ímpeto missionário aberto às necessidades de regiões mesmo distantes, acompanhado do entusiasmo pela pertença à comunidade. Embora representem uma grande contribuição para a nova evangelização, as comunidades atuais não estão, contudo, isentas de riscos de espiritualismo e sentimentalismo²⁷⁸.

As comunidades tradicionais como família, clã, vizinhança, escola, amizade, colega de trabalho; estão enfraquecendo, pois não cumprem mais os papéis sociais que cumpriam antes. Daí uma impressão de solidão ou de isolamento no meio das multidões anônimas. Nas novas condições da sociedade urbana e industrial, sente-se uma necessidade muito grande de grupos novos. Ao mesmo tempo, há uma sensibilidade maior às exigências de uma verdadeira vida de grupo: liberdade, iniciativa, participação, comunicação...²⁷⁹ Multiplicam-se as comunidades!

Diante dessa evolução, até agora a Igreja permaneceu fiel ao antigo tipo de organização. A ação pastoral para a grande maioria dos batizados fica entregue à família ou à paróquia. Somente uma minoria pertence a grupos especializados, que são quase todos os grupos de militantes. Para a grande maioria não existem nem grupos, nem vida comunitária ao lado da antiga estrutura.

No entanto, antes do concílio Vaticano II, manifestou-se na Igreja, tanto quanto na sociedade civil, uma grande aspiração comunitária. Com o desenvolvimento dos grandes centros urbanos, com o êxodo rural, com a modernização da sociedade, a família e a paróquia tornaram-se insuficientes para responder às necessidades das pessoas. Percebe-se cada vez mais na Igreja uma aspiração de vida comunitária.

Tivemos uma tentativa de resposta nos movimentos de juventude. Essa iniciativa era ambígua e morreu por causa dos aspectos arcaicos que carregava. Hoje em dia, a juventude fica muito longe dos movimentos das gerações anteriores. Essa comunidade de que

²⁷⁷ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 29. *Op. cit.* p. 72.

²⁷⁸ Cf. CNBB. **Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades**. *Op. cit.* p. 25.

²⁷⁹ Cf. COMBLIN, J. O Conceito de Comunidade e a Teologia (II). **REB**. v. 30, n° 119. *Op. cit.*, p. 578.

se falava entre as duas guerras mundiais não se revelou viável como projeto. Ficou apenas como sinal de uma aspiração que não conseguiu alcançar²⁸⁰.

O senso comunitário que se manifestou no movimento personalista e no movimento de renovação eclesiológica foi muito mais expressão de um desejo do que realização concreta. Ambos os movimentos desembocaram finalmente no concílio Vaticano II. Porém, o próprio concílio é muito mais uma grandiosa e magnífica expressão das aspirações comunitárias do que uma resposta²⁸¹. As agregações laicais encontraram seu lugar na Igreja a partir do pontificado de João Paulo II. Na ChL, o papa afirma que:

A comunhão eclesial, já presente e operante na ação do indivíduo, encontra uma expressão específica no operar associado dos fiéis leigos, isto é, na ação solidária que eles desenvolvem ao participar responsabilmente da vida e da missão da Igreja. Nestes tempos mais recentes, o fenômeno da agregação dos leigos entre si assumiu formas de particular variedade e vivacidade. Se na história da Igreja tal fenômeno representou sempre uma linha constante, como o provam até os nossos dias as várias confrarias, as ordens terceiras e os diversos sodalícios, ele recebeu, todavia, um notável impulso nos tempos modernos que tem visto o nascer e o irradiar de múltiplas formas agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos. Pode-se falar de uma nova era agregativa dos fiéis leigos²⁸².

De maneira especial, pode-se dizer que após o I Congresso dos Movimentos Eclesiais, de maio de 1998, a Igreja, finalmente, reconheceu a importante atuação dos movimentos eclesiais e das novas comunidades.

Este Congresso, realizado no dia de Pentecostes, é o início de um diálogo importante entre os movimentos e as comunidades laicais que podem responder à grande aspiração comunitária dos cristãos da atualidade. Os leigos engajados nestas experiências comunitárias vivem, de fato, o protagonismo no que se refere à missão permanente de levar o Evangelho a quantos – e são milhões e milhões de homens e mulheres – não conhecem ainda a Cristo Redentor dos homens²⁸³. Eles estão testemunhando uma nova forma de ser Igreja face aos grandes desafios da atualidade. O DA diz que:

Os Movimentos e Novas Comunidades são oportunidades para que muitas pessoas afastadas possam ter uma experiência de encontro vital

²⁸⁰ Cf. *Id.*

²⁸¹ Cf. *Id.* p. 579.

²⁸² JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 29. *Op. cit.* p. 70.

²⁸³ Cf. *Id.* n° 35. pp. 86-87.

com Jesus Cristo, e assim recuperar sua identidade batismal e sua ativa participação na vida da Igreja. Neles podemos ver a multiforme presença e ação santificadora do Espírito²⁸⁴.

O grande problema está em associar esta nova forma de ser Igreja ao antigo tipo de organização da ação paroquial. Na maioria das vezes, os movimentos e comunidades estão constituídos em associações fora dos quadros paroquiais, ou vinculados com ela sem interferir nela. Afetam as pequenas minorias de associados sem atingir as maiorias. Isso realmente acontece por uma séria razão: nossas paróquias se transformaram em agências de administração de sacramentos²⁸⁵. Enquanto as comunidades laicais oferecem uma acolhida personificada, atingem os problemas reais da pessoa e conhecem cada membro em profundidade, as paróquias funcionam com um sistema social semelhante a tantos outros sistemas sociais. O pároco e seus colaboradores “atendem a um público que não conhecem e não se conhecem entre si. Algo de semelhante como um agente num posto de gasolina ou um homem que atende atrás do balcão”²⁸⁶.

Hoje, as formas agregativas de participação na vida da Igreja respondem mais às necessidades dos fiéis leigos do que as formas pessoais de participação. O beato João Paulo II afirma que isso acontece justamente porque os fiéis leigos querem participar responsabilmente na vida e na missão da Igreja²⁸⁷. É o protagonismo e a autonomia dos leigos colocados na prática e não transformados em discurso.

Estas formas agregativas oferecem perspectivas novas para a transformação radical na configuração da própria paróquia. Todavia, não se pode perder a unidade com a Igreja:

Os Movimentos devem manter sua especificidade, mas dentro de uma profunda unidade com a Igreja particular, não só de fé, mas de ação. Quanto mais se multiplicar a riqueza dos carismas, mais os bispos serão chamados a exercer o discernimento espiritual para favorecer a necessária integração dos movimentos da vida diocesana, apreciando a riqueza de sua experiência comunitária, formativa e missionária. Convêm dar especial acolhida e valorização aos movimentos eclesiais que já passaram pelo reconhecimento da Santa Sé, considerados como dons e bens para a Igreja universal²⁸⁸.

²⁸⁴ DOCUMENTO DE APARECIDA. n° 312. *Op. cit.* pp. 142-143.

²⁸⁵ Cf. COMBLIN, J. O Conceito de Comunidade e a Teologia (II). **REB.** v. 30, n° 119. *Op. cit.*, p. 579.

²⁸⁶ *Id.*

²⁸⁷ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 29. *Op. cit.* p. 70.

²⁸⁸ DOCUMENTO DE APARECIDA. n° 313. *Op. cit.* p. 143.

De fato, os movimentos eclesiais e as novas comunidades devem se integrar mais plenamente na estrutura originária que acontece na diocese, uma vez respeitados seus carismas e sua originalidade. Hoje, estas agregações laicais podem ser usadas como um exemplo de protagonismo e de ação missionária dos fiéis leigos. Através delas, os leigos não devem ser proibidos de evangelizar, pois é na evangelização que se concentra toda a missão da Igreja. Mas é preciso que eles estejam em unidade com a autoridade eclesiástica da Igreja particular onde se fizerem presentes.

2.4 Critérios de eclesialidade para as agregações laicais

A grande novidade da ChL está na apresentação de critérios fundamentais para qualquer agregação de fiéis leigos na Igreja católica. Estes critérios são extremamente importantes para o discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas²⁸⁹. Desde 1989, data da publicação dessa exortação apostólica, o Magistério pretendeu nortear o desenvolvimento e a missão de toda agregação laical da Igreja. Face à liberdade associativa dos leigos há, em contrapartida, a necessidade de claros e precisos critérios de discernimento e de reconhecimento das agregações laicais²⁹⁰.

É de suma importância perceber quando uma agregação laical traz consigo os chamados critérios de eclesialidade. Para que não haja o risco de sectarismo ou de afastamento da Igreja Católica, o Magistério nos deu tais critérios que garantem a unidade da Igreja mesmo na sua diversidade de carismas e práticas religiosas.

Os critérios de eclesialidade para as agregações laicais devem estar presentes e evidenciados em todos os movimentos e novas comunidades pertencentes à Igreja. Serão aprovados e farão parte da mesma Igreja de Jesus Cristo todas as formas agregativas que, uma vez inspiradas pelo Espírito Santo, seguirem e trazerem na alma as marcas de tais critérios de eclesialidade: sempre na perspectiva da comunhão e da missão da Igreja²⁹¹. Os critérios são: primado dado à vocação de cada cristão à santidade; responsabilidade em professar a fé católica; testemunho de uma comunhão sólida e convicta; conformidade e participação na finalidade apostólica da Igreja; e empenho de uma presença na sociedade humana²⁹².

1) O primado dado à vocação de cada cristão à santidade – qualquer agregação laical é chamada a ser instrumento de santidade para os fiéis leigos na Igreja. Os leigos

²⁸⁹ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 29. *Op. cit.* p. 72.

²⁹⁰ Cf. *Id.* n° 30, p. 73.

²⁹¹ Cf. *Id.*

²⁹² Cf. *Id.* n° 30, pp. 73-75.

associados a uma dessas agregações devem ser ajudados a almejem a plenitude da vida cristã e a perfeição da caridade. Percebe-se, na maior parte das agregações, o desejo sempre vivo dos fiéis de serem santos. Muito mais do que um simples fiel de missa dominical, os membros associados buscam diariamente a santidade. Eles são assíduos na oração, nas práticas de piedade, na caridade, na contemplação, na Eucaristia diária, na reza do terço. Esse novo estilo de vida do cristão pertencente a uma agregação laical o encoraja a ser mais totalitário na vivência da fé.

2) A responsabilidade em professar a fé católica – toda agregação de fiéis leigos deve acolher e proclamar a verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre o homem, em obediência ao Magistério da Igreja, que autenticamente a interpreta²⁹³. As formas agregativas que são aceitas e reconhecidas pela Igreja devem ser lugares de anúncio do depósito da fé, que é a própria Igreja. Elas têm a missão de educar e acompanhar a formação de seus fiéis na total observância ao Magistério da Igreja. Devem fazer com que seus fiéis sintam-se pertencentes a essa Igreja, que é sacramento de Jesus Cristo. Estes mesmos fiéis devem estar em comunhão com a Igreja pelos dons sacramentais, hierárquicos e carismáticos.

3) O testemunho de uma comunhão sólida e convicta – as agregações laicais devem levar seus fiéis a estabelecerem uma relação filial com o papa e com o bispo. Esta comunhão plena com o papa e com o bispo é chamada a exprimir-se da disponibilidade leal em aceitar os seus ensinamentos doutrinários e orientações pastorais²⁹⁴. As agregações de fiéis leigos devem sempre promover a unidade da própria Igreja e a unidade possível com outras Igrejas e comunidades cristãs.

4) A conformidade e a participação na finalidade apostólica da Igreja – “exige-se que todas as formas agregativas de fiéis leigos despertem um entusiasmo missionário que as torne, sempre e cada vez mais, sujeitos de uma nova evangelização”²⁹⁵. Toda nova forma agregativa deve ter o espírito missionário e a vontade de anunciar a Boa Nova do Evangelho de Jesus Cristo em todas as situações, ambiente e culturas.

5) O empenho de uma presença na sociedade humana que se coloque a serviço da dignidade integral do homem – “as agregações dos fiéis leigos devem converter-se em correntes vivas de participação e de solidariedade para construir condições mais justas e fraternas no seio da sociedade”²⁹⁶. Os fiéis leigos das diversas formas agregativas devem ir ao

²⁹³ Cf. *Id.* n° 30, p. 74.

²⁹⁴ Cf. *Id.*

²⁹⁵ *Ibidem.*

²⁹⁶ *Id.* p. 75.

encontro de todas as necessidades humanas, privilegiando os marginalizados, empobrecidos e excluídos; à luz da doutrina social da Igreja.

Os critérios fundamentais acima expostos encontram a sua verificação nos frutos concretos que acompanham a vida e as obras das diversas formas associativas, tais como: o gosto renovado pela oração, a contemplação, a vida litúrgica e sacramental; a animação pelo florescimento de vocações ao matrimônio cristão, ao sacerdócio ministerial, à vida consagrada; a disponibilidade em participar nos programas e nas atividades da Igreja, tanto a nível local como nacional ou internacional; o engajamento catequético e a capacidade pedagógica de formar os cristãos; uma presença cristã nos vários ambientes da vida social e a criação e animação de obras caritativas, culturais e espirituais; o espírito de desapego e a pobreza evangélica em vista de uma caridade mais generosa para com todos; as conversões à vida cristã ou o regresso à comunhão por parte de batizados “afastados”²⁹⁷.

É praticamente impossível hoje pensar uma eclesiologia sobre as novas formas agregativas laicais sem considerar o artigo do ainda cardeal Ratzinger que retoma um discurso que ele pronunciou, em Roma, por ocasião do encontro de Pentecostes de 1998.

Na maior parte do artigo, o Prefeito da Congregação da Doutrina e da Fé demonstrou a inadequação de três dialéticas que podem ser solicitadas para pensar a missão dos novos movimentos na pastoral tradicional: “instituição e carisma, cristologia e pneumatologia, hierarquia e profetismo”²⁹⁸.

Segundo Ratzinger, a instituição não pode ser considerada oposta ao carisma. Se todas as atividades da Igreja fossem pensadas unicamente como instituição elas não teriam sentido e subentenderiam que partes da Igreja não estão submetidas à ação do Espírito. O cardeal Ratzinger quer mostrar que mesmo a estrutura da instituição eclesial, a começar pela estrutura sacramental, vem de uma realidade carismática, sustentada e habitada pelo Espírito Santo: “pelo sacramento, no qual o Cristo opera através do Espírito Santo, ela mesma se distingue de todas as outras instituições. O sacramento significa que ela vive e que ela é sem cessar renovada pelo ‘Senhor’ enquanto ‘criatura do Espírito Santo’”²⁹⁹.

²⁹⁷ *Id.*

²⁹⁸ RATZINGER, J. Les mouvements d’Église et leur lieu théologique. **Documentation Catholique**. [S.l.:s.n.], n° 2196, [jan.] 1999, p. 87, tradução nossa.

²⁹⁹ *Id.* p. 89.

Portanto, é impossível compreender as novas formas agregativas laicais usando somente da pneumatologia: o Espírito não pode ser verdadeiramente compreendido sem o Cristo, nem o Cristo sem o Espírito Santo³⁰⁰.

As interpretações que colocam as diversas formas associativas em uma linha profética e a pastoral tradicional em uma linha hierárquica também são refutadas pelo cardeal Ratzinger:

O que deve ser dito em verdade, é que coexistem nelas funções diferentes e que Deus suscita continuamente homens proféticos – que eles sejam leigos, religiosos, mas também bispos e padres – que proclamam uma palavra providencial que, na vida normal da ‘instituição’, não atingiria tal força³⁰¹.

A missão das agregações laicais na Igreja não pode provocar a oposição de alguma dessas três dialéticas anunciadas pelo cardeal Ratzinger. Para o cardeal, a sucessão apostólica é a noção que permite ultrapassar as falsas dialéticas que ele refuta. A sucessão apostólica articula nela mesma a dimensão universal e local da Igreja, ela não se limita ao episcopado e ao sacramento da ordem:

Na Igreja, devem sempre estar presentes serviços e missões que não são somente de natureza local, mas que estejam a serviço do conjunto da Igreja e da propagação do Evangelho. O papa precisa destes serviços e estes precisam dele, os dois tipos de missões contribuem juntos à sinfonia da vida eclesial³⁰².

O cardeal não pretende, nestes termos, fazer equivaler o conjunto da Igreja e o papa. Ele pretende demonstrar que esta ‘sinfonia eclesial’ contribui, por sua harmonia na diversidade, a descobrir o que o Espírito diz às instituições sinodais, o que significa optar pelo seguimento de Cristo e responder assim o chamado do Pai. “A novidade dos Movimentos e das Comunidades solicita, certamente, uma renovação da atividade sinodal da Igreja”³⁰³.

Podem-se reconhecer, de forma geral, quatro grandes frentes que representam os diversos movimentos e comunidades: ação-contemplação; serviço pastoral dos jovens; formação laical sólida e integração no mundo das artes e das culturas.

³⁰⁰ Cf. *Id.* p. 84.

³⁰¹ *Id.*

³⁰² *Id.* p. 89.

³⁰³ VILLEMEN, L. L'éclosion des nouveaux mouvements. Une question à l'ecclésiologie. In: **Revue Internationale de Catéchèse et de Pastorale**. Communautés Nouvelles, Nouvelles Communautés. Bruxelles: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, 2007, p. 377, tradução nossa.

Pensando nestes grupos, seria pertinente analisar seus frutos no conjunto da comunidade cristã. No sínodo romano de 1994, o cardeal Jean-Claude Turcotte³⁰⁴ enumerou os seguintes frutos³⁰⁵:

- um certo frescor na confissão da fé;
- uma convicção da importância da oração na existência cristã e uma concretização desta convicção expressa pelo tempo dado à oração e pela qualidade desta oração na prática dos membros, singularmente e em grupo;
- uma forte atenção dada ao cultivo de uma vida comunitária intensa e calorosa;
- um sopro de juventude em razão da idade dos membros e da força de atração destes grupos pelos jovens;
- uma atmosfera de simplicidade, de alegria, de cordialidade e generosidade na hospitalidade;
- uma tendência a aumentar o grupo no esforço de incluir todas as vocações: homens e mulheres, adultos e crianças, casados ou solteiros, leigos ou padres;
- uma tendência em fazer do grupo uma síntese do ideal monástico e do ideal apostólico.

No mesmo sínodo de 1994, o cardeal Jean-Claude Turcotte levantou algumas sugestões para “proteger as pessoas que se juntam às agregações laicais, para lhes assegurar que estes grupos sejam realmente uma bênção para a Igreja e para que eles aproveitem da sabedoria das comunidades tradicionais”³⁰⁶:

- Cultivar uma transparência do grupo nas suas relações com o conjunto da comunidade cristã e, sobretudo, com o bispo. A partir do momento que há uma ‘lei de silêncio’ na comunidade, significa que algo não funciona bem.
- Cultivar uma franqueza não somente no diálogo de cada membro com a pessoa responsável, mas dos membros entre eles: é insano proibir em um grupo toda espécie de crítica, toda expressão de um ponto de vista diferente.
- Cultivar uma concepção da relação da pessoa humana com Deus que respeite as leis fundamentais da Encarnação e da Redenção. Não se pode promover um ‘imediatismo’ da intervenção de Deus na existência, usando disso para encorajar algum membro a uma atitude que o levará a fazer um esforço imenso para discernir a vontade de Deus. Todo

³⁰⁴ Intervenção sobre as Novas Comunidades do arcebispo de Montreal (Canadá), cardeal Jean-Claude Turcotte, no sínodo romano sobre a Vida Consagrada, de 2 a 29 de outubro de 1994.

³⁰⁵ Cf. CAZA, L. *Éléments pour une réflexion théologique sur les mouvements nouveaux et les communautés nouvelles*. In : **Revue Internationale de Catéchèse et de Pastorale**. Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, *Op. cit.* p. 439, tradução nossa.

³⁰⁶ *Id.* pp. 439-440.

recrutamento, fundado sobre uma ‘revelação privada’ de Deus a uma pessoa responsável e fazendo a economia da tarefa do discernimento para cada pessoa de acordo com a via na qual ela é chamada, resulta em duros problemas de consciência.

- Cultivar uma concepção da Providência que se harmoniza com o conjunto do dado cristão e que encoraja um saudável realismo face à responsabilidade que cada pessoa tem a contribuir pelo trabalho, à medida do possível, para o bem de todos.

- Cultivar, em toda dinâmica de vida em comunidade, o respeito e o reconhecimento da alteridade e desencorajar qualquer tipo de relação passional com as pessoas providas de autoridade e, sobretudo, com o fundador.

- Cultivar uma concepção de obediência que, em fidelidade aos melhores atributos do Vaticano II, encoraja a participação ativa de cada membro ao discernimento da vontade de Deus sobre sua própria vida e sobre as orientações da vida comunitária, que respeita a inteligência e a liberdade de cada pessoa e desencoraja todo exercício autocrático de autoridade e toda obediência infantil ou serviçal.

- Cultivar uma fé vivificante, confiante sim, mas não uma fé fundamentada sobre o ‘maravilhoso’ ou sobre os ‘fenômenos extraordinários’. No mesmo sentido, pode-se questionar o líder que apela exageradamente à emoção dos membros e que dirige a existência quotidiana à base de profecias e de revelações especiais.

- Cultivar a alegria, este belo fruto da presença de Deus na vida humana. Cultivar e ganhar a confiança dos responsáveis, sim, desde que respeite as leis fundamentais da condição humana. Torna-se cética a pessoa que vê um grupo exigir de todos os seus membros um heroísmo em relação a tudo que foi apresentado. Muitos abandonam, pois percebem o ‘ideal’ longe do alcance; outros reagem se distanciando e, às vezes, se revoltando com um sentimento de culpa em razão do ensino recebido.

Tais sugestões conservam toda sua atualidade.

É mister ressaltar que no seio da Igreja foram promovidos vários congressos que trataram especificamente das realidades dos novos movimentos e novas comunidades cristãs. Houve o Congresso Internacional em Roma de 24 a 27 de setembro de 1981, o Colóquio Internacional em Rocca di Papa de 28 de fevereiro a 4 de março de 1987, o 3º Congresso Internacional em Bratislava de 1º a 4 de abril de 1991, mas esses três eventos não foram diretamente promovidos pelo Vaticano.

Os eventos promovidos diretamente pelo Vaticano que trataram sobre os novos movimentos e novas comunidades são dois: nos dias 27-29 de maio de 1998 aconteceu o I Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais, com o beato João Paulo II; e nos dias 31 de

maio a 2 de junho de 2006 foi promovido o II Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades, com o papa Bento XVI³⁰⁷.

O encontro de Pentecostes em 1998 ofereceu aos leigos o justo reconhecimento de que suas obras são um dom do Espírito Santo à nossa Igreja nesta hora de profunda transformação social, de profunda descrença e depressão. Eles representam lenha nova para alimentar o fogo da esperança e do amor pela Igreja e pela pessoa de Jesus. Eles são uma das expressões importantes da beleza do Evangelho e da alegria de comunicá-lo. Estão centrados na figura de Cristo, na graça abundante do mistério da Igreja e de toda a sua vida sacramental. Eles testemunham uma Igreja Mistério-Comunhão-Missão.

Graças a essa forte experiência eclesial, surgiram esplêndidas famílias cristãs abertas à vida, verdadeiras 'Igrejas domésticas', desabrocharam muitas vocações ao sacerdócio ministerial e à vida religiosa, assim como novas formas de vida laical inspiradas nos conselhos evangélicos. Nos movimentos e nas novas comunidades aprendestes que a fé não é questão abstrata, nem vago sentimento religioso, mas vida nova em Cristo, suscitada pelo Espírito Santo³⁰⁸.

Os testemunhos de João Paulo II e de Bento XVI, como interventores dos grandes congressos de 1998 e de 2006, não nos deixam dúvida sobre o reconhecimento do agir pastoral dos leigos através dos movimentos eclesiais e das novas comunidades em nível de Igreja universal³⁰⁹. A partir de 'maio de 98', o mundo percebeu a força e a dinâmica dos fiéis leigos e a importância deles para a Igreja. E eles finalmente começaram a ocupar seus lugares como protagonistas da promoção da paz e da fraternidade entre povos e nações.

Na Europa, os leigos organizaram o congresso 'Juntos pela Europa' em Stuttgart, na Alemanha. O evento foi promovido por diversos movimentos e comunidades laicais de renovação espiritual e de empenho social com o objetivo de dar esperança e espírito ao processo de unificação da Europa. O primeiro 'Juntos pela Europa' aconteceu no dia 08 de maio de 2004 e foi organizado por 175 movimentos e comunidades católicos, evangélicos,

³⁰⁷ Cf. BENTO XVI, Papa. **Mensagem aos participantes do II Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades**, 22 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/pont-messages/2006/documents/hf_ben-xvi_mes_20060522_ecclesial-movements_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

³⁰⁸ JOÃO PAULO II, Papa. **Vigília de oração presidida pelo Papa João Paulo II durante o Encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades**. Roma, 30 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1998/may/documents/hf_jp-ii_spe_19980530_riflessioni_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

³⁰⁹ Cf. CAZA, L. *Éléments pour une réflexion théologique sur les mouvements nouveaux et les communautés nouvelles*. In: **Revue Internationale de Catéchèse et de Pastorale**. Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, *Op. cit.* p. 435, tradução nossa.

ortodoxos e anglicanos. Estiveram presentes judeus, muçulmanos e membros de outras religiões. Participaram cerca de 10 mil pessoas e mais de 100 mil coligados via satélite com Stuttgart em 163 cidades da Europa, de 30 países. O segundo ‘Juntos pela Europa’ em Stuttgart aconteceu no dia 12 de maio de 2007. Desta vez estiveram reunidos cerca de 250 movimentos e comunidades, unidos num pacto de amor recíproco, dando um testemunho comum de dinamismo e comunhão.

No Brasil, são organizados os Encontros Nacionais dos Movimentos Eclesiais e Associações Laicais (ENMEAL). Este encontro, que é uma iniciativa da CNBB com a colaboração do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), responde ao projeto de evangelização ‘Queremos ver Jesus, Caminho, Verdade e Vida’. O I Encontro Nacional dos Movimentos Eclesiais aconteceu nos dias 24 a 26 de novembro de 2000, na cidade de Goiânia-GO. O II ENMEAL foi realizado nos dias 23 e 25 de setembro de 2005 no Centro Mariápolis Ginetta, em Vargem Grande Paulista-SP. E o III ENMEAL, também realizado no Centro Mariápolis Ginetta, aconteceu nos dias 15 a 17 de agosto de 2008.

O Brasil também foi sede do 12º Congresso Mundial das Novas Comunidades, realizado nos dias 1º a 06 de novembro de 2006, em Cachoeira Paulista-SP. Este congresso foi organizado por leigos da Comunidade Canção Nova e reuniu cerca de 15 mil pessoas de 12 países, 30 bispos de 9 países, além de contar com a participação de Dom Stanislaw Rylko, Presidente do Pontifício Conselho para os Leigos: “Pentecostes não é um acontecimento de um passado distante, mas um acontecimento continuamente presente da vida da Igreja; e o Espírito sopra agora no meio de nós”³¹⁰.

Finalmente, o que deve permanecer como garantia de que as agregações laicais são verdadeiros dons do Espírito Santo para a Igreja são os frutos que elas deixam:

Alguns Movimentos e Comunidades serão mais engajados nos maiores desafios do século XXI. Outros talvez se abrirão às exigências de transformação social inerentes ao Evangelho de Jesus Cristo. E outros ainda estarão mais empenhados em promover uma renovação espiritual na vida das pessoas, fazendo com que elas tenham um encontro pessoal com Jesus Cristo³¹¹.

³¹⁰ RYLKO, S. Cardeal. **Novas Comunidades para uma Nova Evangelização**. Cachoeira Paulista, 1º a 6 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.cancaonova.com.br>>. Acesso em: 1º de abril de 2008.

³¹¹ JOÃO PAULO II, Papa. **Vigília de oração presidida pelo Papa João Paulo II durante o Encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades**. Roma, 30 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1998/may/documents/hf_jp-ii_spe_19980530_riflessioni_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

Independentemente do carisma ou da forma de atuação dos fiéis leigos na Igreja e no mundo, o mais importante, para que haja unidade, é que eles fiquem inseridos nas Igrejas locais e nas paróquias, sempre permanecendo em comunhão com os Pastores e atentos às suas indicações³¹².

Procuramos evidenciar, neste capítulo, os fundamentos teológicos relativos à missão dos leigos colhidos da recente tradição conciliar e condensados nesta importante exortação apostólica.

Estes elementos devem ser aprofundados com mais rigor neste tempo de fortes mudanças na sociedade e na Igreja. Se os leigos estão sendo considerados elementos vitais na NE, uma mudança de paradigmas eclesiológicos se faz necessária. Uma longa fase de primazia clerical na obra missionária deve ser corajosamente superada, sem antagonismos, mas assimilando no agir eclesial as notas teológicas que foram tornadas mais claras nos pontificados de João Paulo II e agora de Bento XVI.

A efetivação da ‘missão continental’³¹³ e de outras iniciativas similares em outras partes da catolicidade somente ocorrerá se a atuação *ad intra* e *ad extra* do laicato for priorizada por todas as instâncias de nossa Igreja. É o que tentaremos demonstrar no próximo capítulo.

³¹² Cf. *Id.*

³¹³ Cf. DOCUMENTO DE APARECIDA. n° 548. *Op. cit.* pp. 243-244. Compromisso assumido pelos bispos durante a V conferência geral do episcopado Latino-Americano e do Caribe, cujo objetivo é fazer com que todos os cristãos tomem consciência de que a dimensão missionária faz parte da identidade da Igreja e de todo batizado. Por isso, a partir de uma experiência forte e concreta com o Cristo, a Igreja pretende fortalecer o sentido de pertença eclesial, para que todos os batizados do continente latino-americano passem de evangelizados a evangelizadores.

CAPÍTULO III: A TEOLOGIA DO LAICATO A SERVIÇO DO AGIR PASTORAL DOS LEIGOS

3.1 Análise teológica da nova postura pastoral na América Latina

As propostas de uma verdadeira participação laical no seio da Igreja deram um novo rumo para a teologia pastoral. Uma nova maneira de vivenciar a fé professada coloca os fiéis leigos no centro das discussões teológicas. Por isso, as estratégias do agir pastoral estão em constante mudança.

O concílio Vaticano II abriu a Igreja para uma participação consciente dos leigos na missão de anunciar o Evangelho. Com a exortação apostólica ChL, os leigos puderam confirmar o compromisso de serem corresponsáveis pela implantação do Reino de Deus neste mundo, juntamente com os padres e bispos da Igreja. Por isso, devemos olhar para o futuro e ver como os leigos podem, na prática, fazer com que a Boa Nova chegue aos confins da terra.

Mas, antes de prosseguirmos o percurso da atuação dos leigos na missão da Igreja, procuremos conhecer os elementos teológicos de alguns autores latino-americanos que sustentaram esta mudança de estratégia da ação pastoral na América Latina, que é ao mesmo tempo utópica para alguns e profética para outros. As teorias que iremos apresentar, embora careçam de um estudo mais aprofundado, foram elaboradas a partir da realidade eclesial latino-americana e antes da publicação da ChL.

A teologia da distinção de planos foi a que influenciou o pensamento teológico e a prática eclesial até meados do século XX³¹⁴. Esta teologia foi elaborada a partir da concepção de dois universos distintos de significação que exigiam dois tipos de serviços; o temporal e o espiritual. O sacerdote é chamado a cuidar somente da ordem espiritual enquanto o leigo atua diretamente no mundo. Dessa forma, o sacerdote perde a sua inserção na ordem temporal e o leigo não encontra lugar no serviço espiritual. Segundo a teologia dos planos, cabe ao leigo buscar uma inserção mais significativa no mundo para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Este pensamento teológico funcionou por alguns anos, porém entrou em crise pois ele afirmava ainda mais a distinção entre ministros ordenados e não ordenados.

Essa situação gerou um empobrecimento na missão da Igreja, fazendo com que ambos perdessem a sua vitalidade. Com relação ao teológico, passou-se a uma reflexão que vê o mundo como uma realidade *mundana*. Já não é mais

³¹⁴ Cf. DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 51.

o aspecto religioso o ponto de referência para a compreensão da realidade social. O mundo adquire uma autonomia que o desvincula da relação religiosa³¹⁵.

Este fenômeno influenciou diretamente a reflexão teológica dando origem ao chamado processo de secularização. Alguns de seus elementos foram usados para a justificação e manipulação da própria fé.

Para superar os limites da teologia dos planos, alguns teólogos da América Latina assumiram novas posturas diante do momento social e eclesial que se vivia³¹⁶. Não faremos uma análise da teologia da libertação, mas é importante destacar que os nossos teólogos latino-americanos estavam vivendo neste contexto histórico quando desenvolveram as seguintes reflexões.

Surge então uma proposta teológica diferente daquela apresentada pela teologia dos planos e desenvolvida por teólogos como: Gustavo Gutiérrez, José Comblin, Hugo Assmann, Ronaldo Muñoz, Jon Sobrino, Juan Luis Segundo, que consideravam os leigos protagonistas da nova evangelização da Igreja³¹⁷.

Gustavo Gutiérrez, teólogo peruano, é considerado um dos fundadores da teologia da libertação, a qual defende que a mensagem cristã é antes de tudo uma mensagem libertadora para todos os homens e mulheres que compõem o reverso da história: os pobres, os excluídos, os explorados.

Gutiérrez parte do pressuposto de que o leigo é chamado não só para animar e evangelizar a realidade temporal, mas para transformá-la. Todo cristão deve ser um agente transformador e libertador da sociedade. A Igreja, por sua vez, deve ser um sinal dessa transformação. Ela deve testemunhar a transformação do mundo através de todos os cristãos comprometidos com a causa libertadora. Embora tenhamos muitos leigos engajados nesta proposta de melhorar a sociedade, eles ainda representam uma parcela muito pequena face à realidade problemática do mundo contemporâneo.

Este pensamento de Gutiérrez deu início a “um novo momento eclesial e o surgimento de uma nova teologia, que considerava os leigos como agentes protagonistas da missão”³¹⁸.

³¹⁵ *Id. Op. cit.* pp. 51-52.

³¹⁶ Cf. GUTIÉRREZ, G. *apud* DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. *Op. cit.* p. 52.

³¹⁷ Cf. DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. *Op. cit.* p. 52.

³¹⁸ *Id.* p. 53.

Ao se deparar com a realidade de que a maioria da população mundial seria urbana até o final do século XX, José Comblin escreve ‘A Teologia da cidade’³¹⁹. Embora nascido na Bélgica, Comblin chegou ao Brasil em 1958, a convite de Dom Hélder Câmara, para ser professor no Instituto de Teologia do Recife. Durante o regime militar o padre Comblin foi expulso do Brasil e exilou-se no Chile durante oito anos. Também lá foi expulso, em 1980, pelo general Pinochet. Voltando ao Brasil foi morar na Paraíba. Um verdadeiro estudioso da América Latina escreveu obras como a ‘Teologia da Enxada’, uma corrente teológica surgida em 1969 na Igreja Católica do Nordeste do Brasil que tem como base a reflexão a partir da vivência cristã e teológica nas comunidades pobres.

Comblin afirmou que o mundo urbano é exigente e complexo e pede uma maior atuação dos cristãos. Ele defendeu a ideia de que a Igreja ficou estruturada no formato paroquial, cuja ação pastoral tinha como referência o mundo rural, e acabou sendo ineficaz no contexto urbano. Comblin chamou esse processo de descristianização das cidades. Portanto, a Igreja deve aprender a enfrentar o problema da urbanização propondo novas formas de atuação e participação.

Para dar uma resposta face à descristianização das cidades, Comblin propôs uma compreensão da ‘cidade de Deus’, cujo ponto de partida está fincado na sua condição de leiga e democrática. No mundo rural o ministro ordenado era a figura central. No mundo urbano os leigos passam a ser considerados membros reconhecidos da Igreja.

Para Comblin, a distinção entre sagrado e profano deveria ser superada na ‘Nova Jerusalém’. A reflexão e a prática cristãs leigas devem ser fortalecidas.

Ocorre a superação de toda e qualquer mediação, principalmente religiosa. Deixa de existir a distinção entre clérigos e leigos. Sendo o sacerdócio a mediação dos homens com Deus, e se Deus habita com os homens, na *Nova Jerusalém* a mediação perde sua razão de ser. Desaparece a tensão entre a Igreja e o mundo. A Igreja, como uma realidade provisória, dissolve-se no mundo transparente de Deus³²⁰.

Neste contexto, a Igreja é chamada a anunciar a ‘cidade de Deus’. O leigo passa a ser seu agente principal. Todas as demais funções dentro da Igreja devem estar ao seu serviço. Por isso, esse anúncio deve ser realizado através do sacerdócio dos leigos.

Dessa forma, o leigo deve ir conquistando seus direitos enquanto leigo face ao longo período de mentalidade teológica e eclesiológica contrária à sua participação. De massa

³¹⁹ Cf. COMBLIN, J. *apud* DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. *Op. cit.* p. 53.

³²⁰ DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. *Op. cit.* pp. 51-52.

passiva o leigo deve formar ‘povo de Deus’. Porém, esta passagem não é simples e para isso é necessário construir um plano pedagógico de longo prazo, capaz de realizar uma verdadeira e efetiva promoção do leigo³²¹.

De acordo com o pensamento de Comblin, existe uma relação fundamental de quatro elementos que ajudam na reflexão sobre a Teologia do Laicato: o leigo, a Igreja, o mundo e a ‘Nova Jerusalém’.

O leigo é o agente principal da instituição eclesial. A Igreja, como instituição provisória, tem a missão de anunciar e de testemunhar uma experiência escatológica de comunhão e participação. O mundo, como espaço de atuação do cristão, é o lugar onde se concretizam os valores da *cidade de Deus*. E a *cidade de Deus*, ou a *Nova Jerusalém*, coloca-se como meta a ser alcançada, no sentido de manifestar o projeto escatológico cristão. Um projeto que não nega a história, mas que vê no seu final a concretização de uma verdadeira reconciliação³²².

Outro teólogo que refletiu bastante sobre a compreensão da problemática do laicato foi Hugo Assmann. Teólogo e sociólogo brasileiro, Assmann é considerado um dos pioneiros da teologia da libertação no Brasil. Sua vida foi dedicada à luta contra a pobreza e a exclusão social. Ele conclamava a Igreja e a sociedade a juntas assumirem a luta pelas injustiças sociais.

Assmann procurou desenvolver uma reflexão que pudesse responder aos desafios do contexto revolucionário latino-americano nas décadas de 1960-1970³²³. Ele afirmava que a atuação do leigo no mundo não deve ser neutra. Em seu livro, *Teología desde la praxis de la liberación*³²⁴, Assmann afirma que o leigo deve posiciona-se favoravelmente ao processo revolucionário libertador³²⁵.

Durante essas décadas, houve uma grande participação dos leigos engajados em diversos movimentos, cuja atuação estabeleceu uma nova relação com a Igreja e com a sociedade. Segundo Assmann, o leigo não só poderia atuar no processo de denúncia da sociedade como deveria entrar no processo de uma nova elaboração social.

A reflexão de Assmann sobre a atuação dos leigos nas esferas políticas e sociais foi acusada de reduzir a missão da Igreja somente à libertação socioeconômica dos

³²¹ Cf. *Id.* p. 55.

³²² *Id.* p. 55.

³²³ *Id.* p. 56.

³²⁴ ASSMANN, H. **Teología desde la praxis de la liberación**. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1973.

³²⁵ Cf. ASSMANN, H. *apud* DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. *Op. cit.* p. 56.

explorados. Este pensamento foi visto como uma infiltração de luta de classes (marxismo) dentro da Igreja³²⁶.

Mais um sacerdote latino-americano bastante sensível à questão do laicato foi o chileno Ronaldo Muñoz. Ele foi uma das figuras mais significativas de nossa reflexão teológica latino-americana. Conseguiu articular com maestria o trabalho acadêmico com a experiência junto às comunidades cristãs populares. Impressiona o carinho com que se dedicou aos mais pobres, que para ele refletiam de forma viva e transparente o rosto humano de Deus.

Em sua proposta eclesiológica, Muñoz afirmou a existência de duas realidades eclesiais: uma é a ‘Igreja dos pobres’ e a outra é a Igreja instituição³²⁷.

Muñoz (...) entende que os pobres são os personagens principais e, consequentemente, eles são leigos, e que a autoridade eclesiástica, que faz parte de outra dimensão eclesiológica, deve fazer sua opção pelos pobres. A Igreja instituição, por meio da sua estrutura eclesial, deve contribuir para o crescimento da *Igreja dos pobres* e a hierarquia é chamada a fazer sua conversão³²⁸.

Muñoz, em seu pensamento teológico, apresenta Jesus como leigo. Esta afirmação é perigosa e gera consequências. Segundo Duarte, “apresentar Jesus como leigo implica questionar a postura religiosa como um todo, inclusive como foi assumida pela Igreja Católica na sua evolução histórica”³²⁹. Ao longo da história da Igreja o protagonista da ação eclesial sempre foi o sacerdote e não o leigo.

A visão eclesiológica de Muñoz é bastante otimista em relação à participação do leigo na vida Igreja. Porém, esta apresentação de Igreja de aspectos diferentes apresenta muitas tensões e desafios.

A questão do sacerdócio comum dos leigos foi levantada pelo teólogo jesuíta Jon Sobrino. Ele é considerado um importante expoente da teologia da libertação. Embora espanhol, Sobrino pertence à província da América Central e reside em El Salvador, país que adotou como sua pátria. “Na sua proposta teológica, encontra-se uma reflexão sobre os leigos a partir da realidade sacerdotal”³³⁰.

³²⁶ Cf. DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. Op. cit. p. 57.

³²⁷ Cf. MUÑOZ, R. apud DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. Op. cit. p. 58.

³²⁸ DUARTE, P.R. A Teologia do Laicato na reflexão dos teólogos latino-americanos. In: BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga**. Op. cit. p. 58.

³²⁹ Id. p. 58.

³³⁰ Id. p. 59.

Ele compreende o sacerdócio comum dos leigos mostrando que a sua participação na Igreja significou um avanço expressivo. Para Sobrino, “a dimensão sacerdotal está presente em toda a Igreja e se concretiza no cristão que assume o compromisso de realizar o Reino anunciado por Jesus”³³¹. Portanto, a missão de dar prosseguimento às obras concretizadas por Jesus é tarefa de toda uma coletividade. Toda ação que implica numa maior aproximação com Deus é resultado de um serviço sacerdotal. Por isso, toda a Igreja deve viver sua condição sacerdotal. A partir desse pensamento é apresentado um tema importante para a questão do laicato: o conceito de ‘povo de Deus’.

Para Sobrino, a expressão máxima da existência sacerdotal e da vivência do amor está no martírio. Assim, refletir sobre o laicato com base na proposta de Sobrino é considerar vários elementos importantes.

O primeiro é a necessidade de se fazer a opção pelos pobres e por sua libertação. O segundo é considerar que, a partir de tal opção, enfrenta-se o martírio como integrante da prática de libertação e da reflexão teológica. O terceiro é que, com a opção pelos pobres e a possibilidade do martírio, o cristão é chamado a viver sua realidade sacerdotal, entendida como aproximação de Deus com os homens, particularmente os pobres³³².

O leigo cristão, segundo Sobrino, deve aprender a reconhecer uma situação de injustiça e lutar com todas as armas para tirar o pecado do mundo. Por isso, cabe ao leigo a tarefa de realizar uma radical mudança social, de maneira efetiva e secular.

Ele (o leigo) deve iniciar uma nova vida, construir uma nova história, como sinal da salvação integral. Deve ser presença no mundo da técnica, da criação de modelos, das realizações políticas e sociais. A proposta do leigo cristão por meio do matrimônio e da profissão é realizar a libertação integral do homem e da sociedade³³³.

Outro sacerdote jesuíta que muito contribuiu para a temática do laicato foi o uruguaio Juan Luis Segundo. Ele desenvolve uma profunda reflexão teológica de caráter libertador sobre o ‘laicato adulto’. Segundo defende a ideia de que a Igreja não deve se preocupar em ter fiéis em termos quantitativos, mas “ter cristãos que qualitativamente estejam conscientes do seu papel humanizador e libertador na sociedade”³³⁴.

³³¹ *Id.* p. 61.

³³² *Id.*

³³³ *Id.* p. 62.

³³⁴ *Id.* p. 63.

A partir do momento em que a Igreja se preocupa em atrair para si o maior número possível de fiéis, ela deixa de ser sinal de um verdadeiro processo de humanização. Por isso, a Igreja deve estar mais voltada à minoria do que à massa.

Todas essas reflexões latino-americanas ainda não conseguiram dar uma resposta única à problemática do laicato na Igreja e no mundo. Mas elas contribuíram para mostrar que a reflexão teológica na América Latina é capaz de apontar novos elementos para a teologia do laicato.

Embora os teólogos escolhidos para este breve estudo sejam pioneiros da teologia da libertação, não é objetivo nosso analisar tal corrente teológica. Preferimos nos limitar à contribuição de suas reflexões para a questão do laicato. Tais teólogos tampouco elaboraram uma reflexão sistemática sobre o laicato, mas apresentaram o problema da revelação de Deus num continente de miséria. Torna-se praticamente impossível dissociar as reflexões elaboradas na América Latina sem ao menos entender o contexto nos quais tais teólogos estavam envolvidos.

Estas reflexões nos ajudam a repensar a missão e a vocação do leigo. Porém, nenhuma delas consegue apontar com clareza a função dos leigos dentro da estrutura eclesial ministerial.

Muñoz nos fala de uma Igreja formada por leigos, mas não esboça uma estrutura eclesial da Igreja dos pobres. É muito difícil imaginar uma Igreja sem a hierarquia e mais difícil ainda é imaginar uma Igreja liderada por leigos não suficientemente qualificados. A hierarquia é indispensável para a promoção da unidade da Igreja Católica no mundo.

A grande contribuição das reflexões teológicas latino-americanas está no âmbito da ação pastoral. Elas não se contentam com as reflexões europeias já consolidadas na história da teologia e não passam indiferentes diante do sofrimento do seu povo. Tais pensamentos exigem uma maior participação do laicato, porém, o que ainda se vê na prática, são leigos totalmente dependentes do ministro ordenado.

De diferentes formas, as reflexões acerca da teologia do laicato na América Latina nos propõem alternativas de convivência social e religiosa. O que se torna denominador comum nestas reflexões é a maior inserção dos leigos na Igreja e no mundo, o papel dos movimentos eclesiais e associações laicais na reflexão teológica, bem como o conceito de ‘povo de Deus’ e o exercício do sacerdócio comum.

3.2 A contribuição dos leigos na ação pastoral

Algumas iniciativas laicais tem se destacado no seio da Igreja Católica. Tomemos o caso da multiplicação das agregações laicais no Brasil e na América Latina em geral. Diante de tal fenômeno, ainda pouco presente nas discussões teológicas, faz-se necessário insistir no seu estudo e analisar como os leigos vivem o protagonismo cristão, justamente porque estes pontos correspondem à grande novidade trazida pela ChL.

A teologia do laicato foi desenvolvida somente após o concílio Vaticano II, porém ainda apresentava algumas imprecisões. Como vimos, muitos documentos e reflexões trataram da posição dos leigos na Igreja e no mundo. Porém, a ChL foi o único que trouxe à luz duas questões importantes, que geram debates até hoje: a participação dos leigos no ministério eclesial e a realidade das agregações laicais, chamadas comumente de movimentos eclesiais ou novas comunidades.

Trata-se de um caso concreto que, dado à sua amplitude, nos possibilita uma visão de conjunto dos fatores em jogo. Não raro o fenômeno das agregações laicais é explicado a partir do nível psicológico. Porém a questão é mais profunda. Comblin afirma que o aspecto teológico emerge em primeiro lugar, evidenciando a busca de liberdade e experiência de Deus. Ele diz:

É a própria natureza da fé que está em questão. Ora, o objeto da fé é Deus que se revela e não as mediações pelas quais esta revelação nos chega. (A maioria dos católicos) não foi educada nem preparada para uma experiência pessoal. Uma fé que não se funda numa experiência pessoal só pode ser alienação, e só pode ser vivida como alienante³³⁵.

Realmente, a história do catolicismo no Brasil tem a forte marca da imposição. Primeiro os indígenas, depois os escravos africanos e, mais tarde, o povo em geral, foram forçados a serem receptores e executores passivos do catecismo, dos sacramentos, das instituições.

Ao contrário, uma das características dos adeptos das agregações laicais que mais salta aos olhos é o espírito missionário. Mesmo em posse de fórmulas teologicamente corretas, os católicos tradicionais não experimentam um efeito libertador. Quando aderem aos movimentos laicais, eles passam a viver a fé de uma maneira nova, entusiasmante. É claro que o coeficiente psicológico destes ambientes não pode ser desconsiderado, porém não podemos

³³⁵ COMBLIN, J. **Cristãos rumo ao século XXI**. São Paulo: Paulus, 1996, p. 325.

deixar de constatar a partir deste fenômeno uma lacuna grave na maneira católica de evangelizar.

Os fatos comprovam que as pessoas que buscam o as agregações laicais não são necessariamente aquelas que têm medo das consequências perigosas do comprometimento social e religioso. Um bom estudo relativo a este tema foi feito por Philip Berryman. Ele evidencia que, seja nos tempos de repressão em El Salvador, seja na Nicarágua sandinista, o mesmo fenômeno de deserção do catolicismo se verifica. A imagem de Deus apresentada não vinha mais respondendo às expectativas de largos setores da população³³⁶.

No seio do catolicismo brasileiro, um dos acontecimentos marcantes dos últimos anos tem sido o crescimento da Renovação Carismática Católica (RCC). Também aí as pessoas dizem fazer uma experiência direta de Deus; afirmam que a maioria do clero é alheia à cultura urbana atual, continuando a repetir as práticas convencionais de modo quase puramente administrativo, como se a salvação viesse no final de uma série de formalidades³³⁷.

A teologia se coloca, com razão, este problema da libertação na religião. Concretamente, todo o comprometimento em vista da libertação do homem no plano social se torna inoperante se, ao mesmo tempo, não se considera também a libertação religiosa. Sob este prisma podemos reler as tensões entre a Igreja Institucional e os movimentos místicos que foram considerados excessivamente espiritualistas. Facilmente a Instituição incorpora as novas práticas espirituais. Este processo muitas vezes desfigura as intuições iniciais, gerando reações. Basta citar os exemplos dos místicos franciscanos italianos, no início da Ordem, daqueles dos Países Baixos, no fim da Idade Média, dos espanhóis, no século XVI, inclusive São João da Cruz.

Atualmente, a reflexão teológica tem aproveitado muitas intuições nascidas dos contatos com outras religiões. Uma postura dialogal, nem defensiva e nem proselitista, tem possibilitado a redescoberta das diferentes maneiras de viver e expressar a fé. Uma nova corrente missionária vai se formando, completando esta 'libertação religiosa'.

Mesmo fora da espiritualidade católica e cristã, muitas riquezas têm sido descobertas, mostrando que este processo/projeto de libertação não só transcende uma forma de espiritualidade como transcende mesmo as fronteiras confessionais. É esclarecedora a intervenção do teólogo indiano Michel Amaladoos:

³³⁶ Cf. BERRYMAN, P. **Hope, Religion, Politics and Revolution in Central America**. Nova York : Orbis Books, 1994, pp. 144-158.

³³⁷ Cf. OLIVEIRA, P.R. **Renovação Carismática Católica**. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 119-175.

Esta liberdade não é somente um rompimento com as múltiplas forças que nos sufocam; de fora, através de outras pessoas ou de dentro pelo jogo das nossas concepções e dos nossos sistemas de valor. Trata-se também da libertação dos nossos próprios limites individuais e coletivos [...] Todavia, o objetivo de todas essas teologias desenvolvidas na Ásia se revela único, suscetível de unir todos os povos em um esforço comum, adaptado às suas situações, motivado e inspirado também por suas respectivas religiões: isto é viver em liberdade³³⁸.

Para viver esta libertação integral, a pessoa precisa envolver todas as dimensões do seu ser. Neste ponto da reflexão poderíamos nos perguntar: mas a teologia da libertação estava voltada somente para a libertação das estruturas externas de opressão, sem prestar atenção às necessidades espirituais dos leigos? Assumimos aqui a tese de Comblin, que situa o contexto inicial da teologia da libertação e abre uma perspectiva futura. Ele diz:

Até 30 anos atrás, quando nasceu a teologia da libertação, a religião popular tradicional ainda era forte. Estimava-se que era um fundamento suficiente para construir uma práxis de libertação. E assim se fazia³³⁹.

O autor mostra que existia uma sintonia entre as instituições da teologia da libertação e a religiosidade de seu tempo. Vários trabalhos nos fornecem uma visão aprofundada da questão, reforçando a opinião de Comblin³⁴⁰.

Porém, a marcha da história continua. Neste período o país e o continente sofreram uma tempestade cultural sem precedentes. A nova cultura urbana se tornou hegemônica mesmo nas comunidades mais longínquas, solapando a religiosidade popular (e outros valores culturais) de tal forma que ela deixou de constituir em quase todas as partes um fundamento para uma práxis.

Acompanhando este rápido processo de mutação, nem sempre levado em conta pelo planejamento pastoral, compreendemos o alcance da afirmação de Comblin: “é preciso reafirmar a religião primeiro, provocar uma verdadeira conversão. Se os católicos não o conseguem, outras religiões conseguirão, como estão conseguindo”³⁴¹.

É neste contexto que se pode compreender melhor a emergência da subjetividade, que tem recebido tanta atenção nas revisões na metodologia pastoral que tem sido feita,

³³⁸ AMALADOOS, M. **Vivre en liberté**. Bruxelas: Lumen Vitae/ Cerf/ Labor et Fides, 1998, p. 235, tradução nossa.

³³⁹ COMBLIN, J. **Cristãos rumo ao século XXI**. *Op. cit.* p. 328.

³⁴⁰ São trabalhos de referência: GALILEA, S. **A religiosidade popular e a pastoral**. São Paulo: Paulinas, 1978; LIBÂNIO, J.B. Religião e catolicismo do povo. In: BRANDÃO, C.R. **Igreja que nasce do povo**. São Paulo: Ave-Maria, 1978, pp. 119-175; OLIVEIRA, P.R. Catolicismo Popular e romanização do catolicismo brasileiro. In: **REB**. Petrópolis: Vozes, v. 36, nº 141, [mar.] 1976, pp. 131-141.

³⁴¹ COMBLIN, J. **Cristãos rumo ao século XXI**. *Op. cit.* p. 328.

sobretudo a partir da 29ª assembleia da CNBB, de 1991, até o DA, de 2007. É um conceito de história que foi flexibilizado. Antes, se entendia o processo histórico de maneira praticamente unívoca. Pensava-se num processo necessário, único, irreversível, no qual existia espaço para todos se tornarem sujeitos históricos, construtores e protagonistas de uma nova sociedade. Como na Europa, a ideologia marxista estava muito presente nas análises da sociedade, muitos agentes assumiram com entusiasmo o papel de vanguarda, preparando o caminho para a mobilização das massas, que até hoje não aconteceu de maneira eficaz.

As forças transformadoras da sociedade estão cada vez mais fragmentadas. Há uma pluralidade de projetos

Sem dúvida, a práxis da libertação continua mais do que nunca necessária. Mas o melhor caminho para fazê-la certamente não é aquele da insistência nos métodos de antes, que se mostram insuficientes para responder à situação contemporânea. Retornando ao trabalho teológico asiático, vemos que representantes de tradições religiosas diferentes têm sabido considerar a pluralidade de formas de viver a fé ao mesmo tempo em que assumem uma práxis de libertação comum³⁴².

Mais recente no tempo, as novas formulações teológicas do Oriente parecem estar caminhando mais depressa nesta complicada, mas necessária, tarefa de não absolutizar as mediações como se estas fossem fins.

A atenção da Igreja aos aspectos subjetivos da experiência de fé não significa a anulação das conquistas do passado. A prática contrária estaria endossando a análise fortemente crítica de Marc Maesschalck, que diz:

A nova Igreja tradicionalista está bem adaptada ao mundo pós-moderno: ela se apresenta como uma 'Igreja doméstica', fora do campo dos negócios públicos e sociais, mas alojada no tempo pessoal, na fonte individual do equilíbrio social geral, no julgamento da 'consciência reta'³⁴³.

Felizmente outras experiências de Igreja, assim como as agregações laicais, existem pelo mundo afora. Novamente nos servimos das palavras de Comblin para retratar este momento novo que interpela a ação pastoral:

A Igreja pode desempenhar, de novo, um papel decisivo na preparação desses sujeitos múltiplos de uma história múltipla que não podemos dirigir,

³⁴² Cf. AMALADOOS, M. Liberation as na Inter-religious Project. In: WILFRED, F. **Leave the Tempel: Indian Paths to Human Liberation**. Maryknoll: Orbis, 1992, pp. 158-174.

³⁴³ MAESSCHALCK, M. **Pour une éthique des convictions**. Bruxelas: Fac. Univ. Saint Louis, 1994, p. 65, tradução nossa.

mas que constitui o campo do nosso agir, o lugar da caridade posta em prática³⁴⁴.

Assim, estamos vivenciando, com acentos próprios, uma transição eclesial que vem se verificando de uma maneira global. Existem em todas as partes sinais evidentes de uma ânsia por mudanças, os quais se expressam também através de deserções do catolicismo ou indiferentismo religioso. Neste contexto, podemos invocar a fisionomia de Igreja necessária em nossos dias. Segundo Sesbouë:

Não cabe à Igreja julgar este mundo, mas mostrar que ele é o objeto de um amor incondicional, ainda que cheio de perversões. Sua linguagem deve ser sempre de ternura e de misericórdia. Porque este mundo pertence ao homem sofredor. Pior do que o mundo do passado é o que temos hoje por causa dos seus progressos em todos os níveis. Em meio às suas angústias, ele precisa da “boa nova” e de “palavras de paz”³⁴⁵.

Tal Boa -Nova deverá sempre ser proposta e jamais imposta. Fazendo eco às posições acima, podemos retomar Maeschalck, que aponta uma pista bastante interessante para a ação eclesial através do seguinte questionamento:

Pode-se pensar que no lugar de procurar assinar um pacto com as culturas, o catolicismo poderia simplesmente participar de sua vida, sem reivindicar o controle ou a parceria. Se todas as culturas buscam a liberdade e são motivadas pela utopias libertadoras, não seria unido à esses ideais, agregando suas intuições, que o catolicismo poderia ser culturalmente fecundo?³⁴⁶.

Hoje, as agregações laicais representam um dom e uma verdadeira revolução do Espírito à Igreja nesta hora de profunda transformação cultural e social. Além de expressarem uma nova esperança à ação evangelizadora, elas podem ser testemunhas de que a Igreja se renova através do Espírito Santo que suscita respostas aos desafios da sociedade atual. De acordo com o beato João Paulo II:

No nosso mundo, com frequência dominado por uma cultura secularizada que fomenta e difunde modelos de vida sem Deus, a fé de muitos é posta à dura prova e, não raro, é sufocada e extinta. Percebe-se, então, com urgência a necessidade de um anúncio forte e de uma sólida e aprofundada formação cristã. Como é grande, hoje, a necessidade de personalidades cristãs amadurecidas, conscientes da própria identidade batismal, da própria vocação e missão na Igreja e no mundo! E eis, então, os movimentos e as

³⁴⁴ COMBLIN, J. **Cristãos rumo ao século XXI**. *Op. cit.* p. 344.

³⁴⁵ SESBOÛÉ, B. **N'ayez pas peur!** *Op. cit.* p. 74, tradução nossa.

³⁴⁶ MAESSCHALCK, M. **Jalons pour une nouvelle éthique**. Louvain-la-Neuve: ISP, 1991, p. 250, tradução nossa.

novas comunidades eclesiais: eles são a resposta, suscitada pelo Espírito Santo, a este dramático desafio do final de milênio. Vós sois esta resposta providencial. Os verdadeiros carismas não podem senão tender para o encontro com Cristo nos Sacramentos³⁴⁷.

O papa não quer dizer que todos os problemas relacionados à secularização, à indiferença religiosa, ao abandono da fé, ao relativismo, ao consumismo, ao hedonismo, e a outras tantas ideologias possam ser resolvidos pelos movimentos e comunidades eclesiais. Porém, a Igreja espera deles frutos maduros de comunhão e de empenho. Primeiramente porque eles são essencialmente laicais, e, portanto, estão mais inseridos nas responsabilidades específicas no mundo profissional, social, econômico, cultural e político. Em segundo lugar porque eles sustentam a ‘teoria’ sobre o laicato expressa pelo concílio Vaticano II, cuja doutrina “se revelou de surpreendente atualidade e de alcance profético, capaz de iluminar e de guiar as respostas que hoje devem dar-se aos novos problemas”³⁴⁸.

A valorização do leigo nos ministérios e nos serviços eclesiais é sem dúvida a chave para entender a participação ativa e a adesão quase que imediata e totalitária às agregações laicais. Um outro aspecto relevante é que muitos destes movimentos carismáticos evidenciam uma preocupação pela pessoa, pela comunidade e pela relação Igreja-Sociedade. De acordo com o DA é “o encontro com Cristo que dá origem à iniciação cristã”³⁴⁹.

3.2.1 Um exemplo concreto da atuação do laicato na arquidiocese de São Paulo

A partir de um olhar atento às mudanças da história é possível descobrir, dentro da Igreja, a presença de um movimento eclesiológico de comunhão e participação, fruto do Vaticano II. A Igreja não se vê mais como a exclusiva portadora da salvação para os fiéis batizados. O esforço da Igreja de hoje não é colocar o seu caráter institucional e hierárquico à frente da missão evangelizadora. Sua preocupação vai além de oferecer uma disciplina doutrinal, moral e litúrgica. Ela exige corresponsabilidade e maior participação dos fiéis leigos. A partir desta nova forma de situar-se perante o mundo, a Igreja pode distinguir três etapas de abertura crescente:

³⁴⁷ JOÃO PAULO II, Papa. **Vigília de oração presidida pelo Papa João Paulo II durante o Encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades**. Roma, 30 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1998/may/documents/hf_jp-ii_spe_19980530_riflessioni_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

³⁴⁸ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. N° 2. *Op. cit.* p. 13.

³⁴⁹ DOCUMENTO DE APARECIDA. N° 278 a. *Op. cit.* p. 129.

(a) de uma Igreja em defensiva no século XIX, passou-se (b) a uma Igreja que no Vaticano II tenta a *normalização*, de sorte que hoje, apesar das resistências, está se gestando (c) uma Igreja que tenta viver em franca *colaboração* e serviço³⁵⁰.

No Brasil, um estudo de caso bem documentado ocorre na arquidiocese de São Paulo, onde o engajamento dos leigos na vida da Igreja e do mundo está presente desde os anos 1940. A história do protagonismo dos leigos em São Paulo é um exemplo da transformação e evolução da teologia do laicato pós concílio Vaticano II.

As transformações ocorridas no mundo refletiam não só no Brasil, mas também na Igreja. No final da década de 1940, a disputa entre “progressistas” e “conservadores” era grande dentro da Igreja. Tudo isso fortaleceu a Ação Católica, grupo cuja ideia de promoção social superou o assistencialismo. A Ação Católica teve uma forte presença em São Paulo no final da década de 1950 e início de 1960, concentrando sacerdotes e leigos progressistas e de esquerda. Alguns setores chegaram à radicalização e à ruptura com a hierarquia da Igreja³⁵¹.

Percebe-se a tensão voltada para o campo político e social. Existia uma dicotomia aguda entre política e espiritualidade. Tal separação distanciava, ainda mais, leigos e clérigos; poder temporal do espiritual. Neste contexto, são fundados, na cidade de São Paulo, a Confederação das Famílias Cristãs e o Movimento Familiar Cristão que passaram a atuar numa pastoral específica, organizando os leigos para que estes assumissem um novo e fecundo papel na Igreja doméstica³⁵².

A presença luminosa da participação dos leigos se fazia através da política e dos movimentos da AC. Este período foi marcado pela formação de um laicato pujante, bem formado, inteligente e militante. Restam ainda velhos combatentes daqueles idos, hoje já envelhecidos pelos anos³⁵³. O homem cristão de hoje está mais interessado na questão espiritual, intelectual teológica, bíblica e catequética.

A Igreja de São Paulo estabeleceu um projeto novo, na tentativa de uma reinstitucionalização. Ela tentou restaurar a antiga influência da autoridade espiritual sobre a temporal. Ela propõe uma formação dos leigos de cunho intelectual, para que eles pudessem agir no mundo, único lugar reservado aos leigos. Mas esse pensamento foi sendo mudado ao longo das décadas ulteriores.

³⁵⁰ QUEIRUGA, A.T. **Um Deus para hoje**. São Paulo: Paulus, 2006, p. 41.

³⁵¹ SOUZA, N. de. (Org.). **Temas de teologia latino-americana**. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 469.

³⁵² Cf. *Id.*

³⁵³ Cf. LIBANIO, J.B. **Cenários da Igreja**. Num mundo plural e fragmentado. São Paulo: Loyola, 2009, p. 172.

Para tanto, surge a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada no dia 2 de setembro de 1946³⁵⁴, sob o episcopado de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, o primeiro cardeal de São Paulo (1944-1964)³⁵⁵. Esta Universidade foi chamada a ser mais do que paredes e salas de aula, mas um *campus* em defesa da liberdade, da vida, da cidadania³⁵⁶.

Fica evidente, nesse período, o engajamento político e social dos leigos na cidade de São Paulo. Mais tarde, a ChL afirmará que todos e cada um tem o direito e o dever de participar na política³⁵⁷, tendo em vista a promoção do bem comum. Nesse momento, a Igreja parece aproveitar do engajamento político para recompor seu poder social junto ao laicato adulto e também juvenil, através da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A Igreja de São Paulo não contava mais com uma massa homogênea de fiéis, mas com um laicato que não queria ser mais um corpo inerte em relação à sua hierarquia. Mario de França Miranda resume bem o contexto da época quando diz: “nesse tempo, falar de Igreja era se referir à hierarquia, sendo o laicato componente passivo dela, a pastoral reduzida à conservação por meio dos sacramentos e a ação propriamente missionária desconhecida”³⁵⁸.

O testemunho profético do protagonismo dos leigos em São Paulo era visível não só pelas manifestações nas ruas ou na universidade, mas também através dos meios de comunicação, sobretudo a imprensa falada e escrita.

O segundo cardeal de São Paulo, Dom Agnelo Rossi (1964-1970), foi eleito, em 1964 para a presidência da CNBB (1964-1968) e no mesmo ano foi nomeado arcebispo de São Paulo. Dom Agnelo participou das quatro sessões do concílio³⁵⁹.

O Concílio Vaticano II despertou uma renovação da vida eclesial em São Paulo, pois possibilitou uma maior participação leiga na vida da Igreja paulistana. A maior mudança operada pelo Concílio foi quanto à definição de Igreja, que passou a ser sinônimo de Povo de Deus. Os leigos começaram a assumir diversas atividades, até mesmo a direção de celebrações da Palavra. Apesar do conservadorismo do cardal Rossi, foi possível implantar muitas das reformas do Concílio³⁶⁰.

Este momento foi marcado pelos desdobramentos do golpe militar (1964) e pelo concílio Vaticano II que estava acontecendo. A Igreja estava discutindo temas relacionados à

³⁵⁴ Cf. SOUZA, N. de. (Org.). **Catolicismo em São Paulo**. Op. cit. p. 484.

³⁵⁵ Cf. Id. p. 466.

³⁵⁶ Cf. Id. p. 485.

³⁵⁷ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 42. Op. cit. p. 105.

³⁵⁸ MIRANDA, M.F. **A Igreja numa sociedade fragmentada**. São Paulo: Loyola, 2005, p. 61.

³⁵⁹ Cf. SOUZA, N. de. (Org.). **Catolicismo em São Paulo**. Op. cit. p. 493.

³⁶⁰ Id. p. 495.

modernidade. É claro que a Igreja não ficou indiferente às rápidas e sucessivas transformações socioculturais e políticas. Estas transformações, como temos estudado, causaram um impacto violento na Igreja em nosso país. O catolicismo estava dividido entre uma grande maioria que apoiava ou tolerava política vigente e uma minoria que combatia a ditadura e sofria represálias, de dentro e de fora da Igreja, como consequências da sua postura.

Portanto, não deveria causar estranheza encontrar declarações de padres ou bispos desta época que consideravam os movimentos da AC mais preocupados com os problemas políticos e sociais da sociedade do que com a ação apostólica da Igreja.

Para o cardeal Rossi, movimentos que outrora eram florescentes – Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Cruzada Eucarística, Vicentinos, Damas da Caridade – estavam em crise, abandonados e sem assistência religiosa. Segundo o arcebispo, o laicato se encontrava em estado anêmico e desorganizado. Dentro dos movimentos leigos não havia um assistente geral à altura para acompanhá-los³⁶¹.

O acompanhamento falho dos padres em relação aos leigos pode gerar um catolicismo emancipado, ou seja, uma espécie de Igreja formada por:

(...) segmentos de católicos ditos ‘adultos na fé’ e que advogam uma Igreja em continuidade com as intuições e teses do Concílio Vaticano II. Eles estariam numa espécie de evolução ascendente do Vaticano II e que desemboca num “Vaticano III”. Em grandes linhas, querem uma Igreja inserida na complexidade de seu momento histórico, com a audácia tanto de ser profeta como de estar aberta a aprender dos outros. Há valores do mundo moderno, dizem, acolhidos pelo Concílio, mas que não foram postos em prática na reforma ulterior da Igreja, seja no âmbito institucional, seja no teológico e pastoral³⁶².

Existe hoje na Igreja um grupo de fiéis que se pronunciam a favor da reforma das estruturas de governo da Igreja. Com isso, eles acreditam desencadear outras reformas urgentes dentro da própria Igreja, tais como:

(...) descentralização na decisão das nomeações episcopais e uma maior valorização das conferências episcopais nacionais, de modo particular perante os núncios apostólicos. Urge, segundo eles, uma reforma da Cúria Romana: o sínodo dos bispos precisa torna-se deliberativo e o papa deve voltar a ser Pedro, sem centralismo jurídico e sem potestades temporais. Advogam ao ministério petrino um *primus inter pares*. Para isso, pedem a supressão do colégio cardinalício e dos núncios apostólicos. No âmbito dos ministérios, clamam por um maior protagonismo dos leigos, pelo celibato

³⁶¹ Cf. *Id.* p. 501.

³⁶² BRIGHENTI, A. **A Igreja do futuro e o futuro da Igreja**. Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio. São Paulo: Paulus, 2001, pp. 20-21.

optativo dos clérigos, pela ordenação de mulheres e pela readmissão dos padres casados³⁶³.

Para que a arquidiocese do cardeal Rossi não corresse o risco de dar espaço a um grande grupo defensor deste catolicismo emancipado foi desenvolvida uma atividade para dinamizar as agregações laicais que consistia nos seguintes pontos:

(1) dar às associações um assistente eclesiástico ou diretor integrado e interessado no movimento e com dedicação integral; (2) atualizar e renovar as diretorias; (3) exigir maior formação de seus membros; (4) apoiá-los em suas iniciativas e campanhas; (5) dar-lhes uma responsabilidade especial num determinado campo do apostolado; e (6) fazê-los atuar nas várias regiões episcopais³⁶⁴.

A partir do cardeal Rossi, cada associação de fiéis leigos passou a ter um padre como assistente eclesiástico. O arcebispo foi transferido para Roma e nomeado Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, em 1970.

Dom Paulo Evaristo Arns (1970-1998), foi o quinto arcebispo e terceiro cardeal de São Paulo³⁶⁵. Dom Paulo trabalhou como bispo auxiliar do cardeal Rossi na antiga região norte, hoje região Santana.

Foi em meio a um clima de intensa repressão à participação democrática em partidos, sindicatos, na vida eclesial, na censura à imprensa, que Dom Paulo assumiu o cargo de arcebispo da mais populosa arquidiocese católica do mundo. Seus anos seguintes seriam de um grande percurso entre visitas e apoio incondicional a presos políticos, torturados, famílias de desaparecidos, menores abandonados e à definição da Igreja de São Paulo: pastoral das comunidades eclesiais de base, dos direitos humanos e marginalizados, do mundo do trabalho e da periferia e áreas carentes. Assim que assumiu a arquidiocese, incrementou a participação do laicato seguindo os passos do Concílio Vaticano II³⁶⁶.

Com o firme propósito de trabalhar com os leigos pela justiça social, liberdade política e defesa dos direitos humanos, o arcebispo se mantinha firme e dizia: “se formos atentos à voz do povo, ouvindo os clamores, estaremos captando os sinais dos tempos e ouvindo a voz de Deus na história de hoje”³⁶⁷.

O cardeal Arns, juntamente com os leigos engajados na política, lutou contra as arbitrariedades do regime militar (1964-1985). Ele ajudou a fundar, na cidade de São Paulo, a

³⁶³ *Id.* p. 21.

³⁶⁴ SOUZA, N. de. (Org.). **Catolicismo em São Paulo**. *Op. cit.* p. 501.

³⁶⁵ *Cf. Id.* p. 519.

³⁶⁶ *Id.* p. 522.

³⁶⁷ *Id.* p. 523.

Comissão Justiça e Paz, em 1972³⁶⁸. A compreensão “de Igreja como ‘unidade na diversidade’ tornou-se ambígua no seio da própria Igreja nesse tempo. Uma minoria do colegiado episcopal uniu-se para defender o direito do povo contra a opressão do regime”³⁶⁹. A Igreja de São Paulo, neste momento, começa a ser questionada em relação a sua tendência política. Alguns até afirmavam que ela caminhava para a esquerda. A verdade é que o cardeal Arns implantou na arquidiocese de São Paulo os ideais mais proféticos do concílio Vaticano II, organizando e promovendo uma ação pastoral sob a perspectiva de comunhão e participação.

Desde 1972, existem na arquidiocese de São Paulo leigas consagradas: “realizando os mais diversos trabalhos; catequese, liturgia, pastoral da saúde, trabalho com portadores de deficiência mental, coordenação de comunidade, pastoral vocacional, cursos bíblicos e trabalho com jovens”³⁷⁰.

As consagradas são leigas: vivem com suas famílias e exercem uma profissão. Reúnem-se periodicamente para rezar, refletir sobre a especificidade da sua vocação, sobre sua atuação na Igreja e no mundo e para partilhar suas experiências pastorais e espirituais. Sempre que lhe é possível, o arcebispo metropolitano participa das reuniões. Anualmente, as leigas consagradas realizam um retiro. (...) As candidatas à consagração têm encontros quinzenais, nos quais se familiarizaram com a Liturgia das Horas, e receberam uma formação voltada para o conhecimento da Bíblia e da doutrina da Igreja, e refletem sobre a vocação a que foram chamadas e sobre o trabalho de evangelização a que são enviadas³⁷¹.

Em 26 de setembro de 1977 começa a funcionar o curso de teologia para leigos, nas dependências da Ordem Terceira do Carmo, no centro de São Paulo. Segundo Libanio:

Inúmeros cursos de teologia abriram as portas para leigos. Outros foram organizados unicamente para eles em vários níveis de exigência acadêmica. Recentemente no Brasil, houve o reconhecimento oficial de faculdades e institutos teológicos a fim de habilitar os estudantes com títulos nos diversos níveis acadêmicos³⁷².

De acordo com o pensamento de Libanio, teremos em breve um bom número de leigos que não suportarão a mediocridade de um clero com uma formação rasa e sem novas intuições³⁷³.

³⁶⁸ Cf. *Id.* p. 550.

³⁶⁹ *Id.* p. 531.

³⁷⁰ *Id.* pp. 630-631.

³⁷¹ *Id.* p. 631.

³⁷² Cf. LIBANIO, J.B. **Cenários da Igreja**. *Op. cit.* p. 172.

³⁷³ *Id.* pp. 172-173.

Em outubro de 1994 foi constituído o Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo (CLASP) e eleita à primeira executiva, empossada por Dom Paulo, e composta por liderança de várias agregações laicais. O CLASP sempre lutou para que os leigos tivessem maior visibilidade na Igreja e na sociedade.

A arquidiocese de São Paulo passou a reconhecer que os leigos, de maneira especial após o Concílio Vaticano II, são não apenas a maioria da Igreja, mas também os responsáveis pela agilização das pastorais, dos organismos e dos movimentos do apostolado³⁷⁴.

Embora considerando todo o esforço de implantação do concílio Vaticano II, caracterizado pela comunhão e ministerialidade, a arquidiocese de São Paulo:

(...) apresenta-se ainda bastante marcada por traços de conservadorismo e por práticas pastorais pré-conciliares, tanto por parte dos sacerdotes como de fiéis (...) a sacramentalização vigora em muitas comunidades (...) a dicotomia entre fé e política ainda persiste (...) o fenômeno da secularização proporcionou a mistificação e alienação religiosas que impediam a verdadeira configuração da religião de sua prática comprometedora por parte dos fiéis³⁷⁵.

Uma megalópole como São Paulo oferece desafios urbanos à Evangelização, pois: “o crescimento contínuo da população e a industrialização crescente da cidade fizeram com que esta última se apresentasse como um centro urbano cosmopolitano, cuja complexidade é um desafio constante para a ação pastoral”³⁷⁶. O grande problema é o da fragmentação dos valores e da pluralidade de ideias que podem confundir as pessoas: tudo cabe numa Igreja plural, fragmentada. Escapa das mãos da hierarquia³⁷⁷.

Na esfera do religioso, São Paulo abriga sérias consequências relacionadas à “fragmentação das experiências religiosas, de modo particular no seio das religiões institucionais, e a irrupção de novas formas religiosas, em contraposição às formas atuais, muitas delas esclerosadas ou estereotipadas”³⁷⁸.

São Paulo abriga sérios problemas para a maioria da população: “a marginalização, a deteriorização da qualidade de vida e um regime de subsistência quase desumano”³⁷⁹.

³⁷⁴ SOUZA, N. de. (Org.). **Catolicismo em São Paulo**. *Op. cit.* p. 631.

³⁷⁵ *Id.* pp. 578-579.

³⁷⁶ *Id.* p. 579.

³⁷⁷ Cf. LIBANIO, J.B. **Cenários da Igreja**. *Op. cit.* p. 173.

³⁷⁸ BRIGHENTI, A. **A Igreja do futuro e o futuro da Igreja**. *Op. cit.* p. 14.

³⁷⁹ SOUZA, N. de. (Org.). **Catolicismo em São Paulo**. *Op. cit.* p. 579.

Para poder responder aos desafios na evangelização da cidade de São Paulo é preciso saber unir-se com o diferente para o bem comum de todos. E assim foi o episcopado do sexto arcebispo de São Paulo e quarto cardeal, Dom Cláudio Hummes (1998-2006)³⁸⁰.

A secularização, que na década de 1960 apontava para o fim de uma explicação religiosa da vida, confronta-se hoje com a “emersão” de uma multiplicidade de novas formas e movimentos religiosos. O mundo, assim chamado secularizado, assiste a um novo florescimento de demandas religiosas. A cidade de São Paulo se vê envolvida numa realidade em que não tanto o ateísmo, mas o pluralismo religioso povoa o universo cultural. A evangelização da cidade, em especial São Paulo, exige uma diversificação de estratégias e métodos para enfrentar a diversidade, a secularização, o pluralismo, o relativismo³⁸¹.

A necessidade de uma diversificação dos métodos de evangelização decorre de análises antropológicas e sociológicas no âmbito do contexto urbano. Grande parte das agregações laicais utiliza do pentecostalismo católico como uma ferramenta que fornece uma segurança imediata, pois trabalha com o emocional das pessoas. Tal prática está em crescimento e mobilizando multidões de batizados. Porém, trabalhar somente com o emocional das pessoas sem oferecer um alimento espiritual mais substancial pode causar uma alienação do sagrado.

O risco que se corre num modelo de catolicismo pentecostal é em relação ao conteúdo teológico-doutrinal, que se esvazia e “acaba fazendo católicos não só não evangelizados, como incapazes de uma missão em diálogo com o mundo e em espírito de cooperação com outras denominações religiosas e instituições civis”³⁸².

Uma grande parte dos leigos engajados em movimentos e novas comunidades da Igreja estão sob a proteção da prática pentecostal. A Igreja espera e analisa com prudência os frutos concretos desta realidade eclesial. Ela não quer que este tipo de experiência possa fazer com que os fiéis leigos caiam no sentimentalismo ou no fundamentalismo.

Na época do cardeal Hummes, São Paulo já está totalmente mergulhado nos grandes problemas e desafios atuais que impedem o anúncio do Evangelho. Ser católico passa a ser um componente sociocultural, uma espécie de tradição familiar sem obrigações formais. Grande parte dos seus habitantes vive um catolicismo descomprometido:

Trata-se de religiosidade desvinculada da vida, privatizada, em que a fé não tem implicações éticas, nem no plano individual, nem no social. O

³⁸⁰ Cf. *Id.* p. 590.

³⁸¹ *Id.* pp. 645-646.

³⁸² BRIGHENTI, A. **A Igreja do futuro e o futuro da Igreja**. *Op. cit.* p. 20.

evangelho não questiona a situação estrutural de injustiça, de pobreza, de violência, de corrupção, em grande medida porque, como se trata de pessoas mais ligadas à classe média, está protegido dos efeitos mais perversos da realidade. Esse tipo de católico não frequenta regularmente a Igreja, mas quando vai quer escolher o tipo de padre, o modo de recepção dos serviços buscados e a linha do discurso³⁸³.

A arquidiocese de São Paulo encontra, no cardeal Hummes, um pastor moderado, preocupado com as questões sociais e bastante zeloso com a doutrina da Igreja. Ele foi uma voz de contestação durante o regime militar e um grande defensor dos direitos dos trabalhadores. Em 31 de outubro de 2006 foi nomeado prefeito da Congregação para o Clero, função que exerceu até o dia 7 de outubro de 2010, quando o papa Bento XVI aceitou a sua renúncia.

Em 20 de março de 2007, Dom Odilo Pedro Scherer foi nomeado o sétimo arcebispo metropolitano de São Paulo. No mesmo ano foi nomeado o quinto cardeal de São Paulo.

Com Dom Odilo, a arquidiocese de São Paulo conhece a realidade de uma Igreja Una: nem hierárquica, nem laical. Procura-se o caminho rumo ao modelo de Igreja desejada por Jesus Cristo, ou seja, totalmente ministerial, onde todos os homens e mulheres exercessem bem seus dons e carismas, vivendo cada um a sua própria vocação³⁸⁴.

A Igreja vem percebendo que a eficácia da evangelização depende de uma verdade menos epistemológica e mais vivencial. Ela se abre ao pluralismo e isso faz com que ela seja verdadeiramente católica. Numa sociedade diversificada, como a da arquidiocese de São Paulo, levar o Evangelho de Jesus Cristo implica integrar em seus métodos uma razão fundamentada no diálogo. Portanto, a Igreja de hoje busca construir um ser humano autêntico, feliz e capaz de dialogar com qualquer instituição.

O grande desafio está em fazer a Boa Nova chegar a todas as pessoas, para que o Cristo seja acolhido, amado e apresentado a outras pessoas que ainda não o conhecem. Para que a evangelização realmente aconteça em todos os âmbitos da sociedade é preciso renovar as estruturas eclesiais:

Em termos de estruturas eclesiais o desafio vem de criá-las ou transformá-las em formas igualitárias, participativas, e que os leigos

³⁸³ *Id.* p. 22.

³⁸⁴ Cf. LEVA, J.U. A contribuição do laicato para a santificação do mundo. In: **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. São Paulo, v. 5, nº 7, [jan./jun.] 2011, p. 11.

adquiram sua plena cidadania eclesial. No fundo, trata-se de superar o rançoso modelo monárquico³⁸⁵.

Uma vez superada a dicotomia entre clérigos e leigos é preciso pensar no futuro. A Igreja está, através dos seus documentos, incentivando os leigos a assumirem uma função ativa no processo de uma nova evangelização. Isso não quer dizer que não houve uma primeira evangelização, ou ainda, uma evangelização verdadeira e eficaz. Estamos diante de uma nova realidade que merece uma renovada atenção pastoral.

Fala-se agora de novos métodos, um novo ardor missionário. A mensagem é a mesma e continua sendo ‘Boa’ e ‘Nova’. A sociedade mudou e perdeu as grandes narrativas, os paradigmas fortes e se frustrou colocando sua confiança unicamente sobre o homem.

A confiança foi condenada a uma vida cheia de frustrações. Pessoas (sozinhas, individualmente ou em conjunto), empresas, partidos, comunidades, grandes causas ou padrões de vida investidos com a autoridade de guiar nossa existência frequentemente deixam de compensar a devoção. De qualquer forma, é raro serem modelos de coerência e continuidade em longo prazo. Dificilmente há um único ponto de referência sobre o qual se possa concentrar a atenção de modo fidedigno e seguro, para que os desorientados possam ser eximidos do fatigante dever da vigilância constante e das incessantes retrações de passos dados ou pretendidos. Não se dispõe de pontos de orientação que pareçam ter uma expectativa de vida mais longa do que os próprios necessitados de orientação, por mais curtas que possam ser suas existências físicas. A experiência individual aponta obstinadamente para o eu como o eixo mais provável da duração e da continuidade procuradas com tanta avidez³⁸⁶.

A Boa-Nova de Jesus Cristo nos dá esperança. Falar dos desafios atuais de evangelização sem não ter uma visão otimista do futuro não faz parte do cristianismo. De acordo com Libânio: “o cristianismo é uma religião histórica e escatológica que está em casa no presente e deveria saber enfrentar o futuro: eis a esperança”³⁸⁷.

Enquanto muitos se fecham no eu, a Igreja aponta o comunitário. Enquanto muitos perderam a razão de viver, a Igreja nos aponta para Cristo, a razão do nosso existir. A Igreja nos apresenta valores perenes e vida em abundância. Ela nos leva até Jesus Cristo,

³⁸⁵ LIBANIO, J.B. Prospectivas teológicas e pastorais do cristianismo na América Latina e no Caribe: trajetórias, diagnósticos, prospectivas. In: SANCHEZ, W.L. (Coord.). **Cristianismo na América Latina e no Caribe: trajetórias, diagnósticos, prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2003, pp. 336-337. Para aprofundar o tema do poder na Igreja: BOFF, L. **Igreja, carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1981; BÜHLMANN, W. **A Igreja no limiar do Terceiro Milênio**. São Paulo: Paulus, 1994, pp. 224-226.

³⁸⁶ BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 113.

³⁸⁷ LIBANIO, J.B. Prospectivas teológicas e pastorais do cristianismo na América Latina e no Caribe: trajetórias, diagnósticos, prospectivas. In: SANCHEZ, W.L. (Coord.). **Cristianismo na América Latina e no Caribe**. *Op. cit.* p. 307.

caminho, verdade e vida. O que falta para o cristão de hoje é um mergulho na fé: ser místico e missionário! Acreditar e testemunhar com a própria vida o Evangelho, ainda que não se fale diretamente dele.

Todos os batizados, clérigos e leigos, são convidados a deixar a frustração e o medo de lado e escolher a esperança como base às perspectivas teológicas e pastorais. Foi justamente nesta perspectiva que Dom Odilo convocou o 1º Congresso de Leigos da arquidiocese de São Paulo, em 2010. Sempre na esperança de despertar o ardor missionário e compartilhar a missão de evangelizar a partir do encontro com Jesus Cristo. Bem como promover a eclesiologia de comunhão, própria do Vaticano II.

3.2.2 O 1º Congresso de Leigos da arquidiocese de São Paulo

Durante os quase cinquenta anos após o término do concílio Vaticano II, o Magistério da Igreja se pronunciou várias vezes sobre a missão e vocação dos leigos na Igreja e no mundo. De diversas formas, os documentos confirmavam o protagonismo dos leigos e os impulsionavam a serem Igreja numa sociedade em transformação.

A ChL, por exemplo, diz claramente que os fiéis leigos devem estar inseridos nas atividades políticas e devem exercer, com coerência, seu compromisso cristão, na defesa e na promoção da justiça num total espírito de serviço³⁸⁸. Isto não quer dizer que todos os fiéis leigos devam se sentir chamados a assumir o protagonismo na vida pública. Talvez, a maioria dos cristãos esteja convidada a viver sua vocação nas realidades cotidianas, como a família e o trabalho.

A vocação dos leigos na Igreja e a sua missão no mundo parecem estar bastante claras. Falta saber como os leigos estão sendo formados e quais os frutos que a Igreja espera colher das mãos dos fiéis batizados.

Promover o laicato, formá-lo e enviá-lo à missão foram os motivos que fizeram com que Dom Odilo Pedro Scherer abrisse oficialmente, no dia 25 de janeiro de 2010, festa da conversão de São Paulo, o 1º Congresso de Leigos da arquidiocese de São Paulo³⁸⁹. Este congresso teve como tema: “cristãos leigos, discípulos e missionários de Jesus Cristo na cidade de São Paulo”³⁹⁰; e como lema: “vós sois o sal da terra, vós sois a luz do mundo” (Mt

³⁸⁸ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 42. *Op. cit.* p. 107.

³⁸⁹ Cf. LEVA, J.U. A contribuição do laicato para a santificação do mundo. In: **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. São Paulo, v. 5, n° 7, *Op cit.* p. 11.

³⁹⁰ *Id.*

5, 13-14). O encerramento do congresso aconteceu no dia nacional dos leigos, 21 de novembro de 2010³⁹¹.

O objetivo deste congresso foi justamente o de suscitar novo ardor missionário em todos os leigos da arquidiocese de São Paulo para que eles fossem, em todas as realidades da cidade, discípulos e missionários de Jesus Cristo³⁹².

Em consonância com o Magistério da Igreja, Dom Odilo convoca os leigos para pensarem juntos uma nova forma de evangelização para a cidade de São Paulo. Partido do objetivo geral pode-se fazer uma análise dos objetivos específicos e ali perceber a presença de elementos da teologia do laicato.

Se o congresso pretendia ‘suscitar um novo ardor missionário’ nos fiéis batizados, então o primeiro passo seria falar aos cristãos que estavam imbuídos do ardor missionário, porém não renovado. Os primeiros chamados a pensarem uma articulação do laicato na arquidiocese foram os agentes das pastorais, os animadores das CEB’s, os membros de novas comunidades, movimentos, associações de fiéis, os grupos de articulação e os conselhos de leigos³⁹³. Todos unidos para fazerem, antes de tudo, uma experiência de comunhão.

O fato de o cardeal Scherer ter promovido um congresso para os leigos demonstra como a arquidiocese de São Paulo está empenhada na promoção dos leigos na sua compreensão *ad intra*, ao mesmo tempo em que busca dar uma resposta aos desafios atuais da evangelização no mundo³⁹⁴. A Igreja tem sentido a necessidade de fazer uma imersão no mundo para que a mensagem de Jesus Cristo chegue de forma eficaz. O exemplo da arquidiocese de São Paulo, com o congresso de leigos, nos mostra que a Igreja conta com a participação dos fiéis não ordenados para serem pontes num processo de uma nova evangelização baseada no diálogo franco e respeitoso entre Igreja e sociedade.

Diante do mundo, a atuação dos cristãos começa pela presença, pela solidariedade afetiva e efetiva, pela atitude humilde e paciente do serviço, que se traduz também na luta pela promoção humana e a libertação integral. Sempre haverá uma exigência cristã de comprometimento.

Por isso, os fiéis leigos devem ser motivados pelos pastores a viverem sua vocação de discípulos e missionários de Jesus Cristo em suas atividades sociais e pessoais³⁹⁵,

³⁹¹ SCHERER, O.P. **Manual do 1º Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo**. São Paulo: Paulinas, 2010, p. 18.

³⁹² Cf. *Id.* p. 20.

³⁹³ *Id.*

³⁹⁴ Cf. LEVA, J.U. A contribuição do laicato para a santificação do mundo. In: **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. São Paulo, v. 5, nº 7, *Op cit.* p. 12.

³⁹⁵ Cf. SCHERER, O.P. **Manual do 1º Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo**. *Op. cit.* pp. 20-21.

segundo a sua profissão. Estes são frutos concretos que a Igreja espera colher dos fiéis leigos: uma nova evangelização presente nas estruturas do mundo.

Para que esta nova evangelização seja eficaz é preciso estar preparado para dialogar com o mundo. A ChL diz que é preciso evangelizar a cultura e as culturas do homem³⁹⁶. A GS define cultura como:

(...) todas as coisas com as quais o homem aperfeiçoa e desenvolve as variadas qualidades da alma e do corpo; procura submeter a seu poder pelo conhecimento e pelo trabalho o próprio orbe terrestre; torna a vida social mais humana, tanto na família quanto na comunidade civil, pelo progresso dos costumes e das instituições; enfim, exprime, comunica e conserva, em suas obras, no decurso dos tempos as grandes experiências espirituais e as aspirações, para que sirvam ao proveito de muitos e ainda de todo gênero humano³⁹⁷.

Refletir sobre a evangelização ‘da cultura’ ou ‘das culturas’ significa conceber a ação pastoral através da renovação interna da Igreja e sua articulação com a renovação da sociedade. Este clima de discussão teológica orienta a nova evangelização na direção de um processo de inculturação mais aberto, mais vivencial e menos conceitual, para ser fiel a seus objetivos.

Portanto, a formação dos fiéis leigos deve ser integral e permanente; deve figurar entre as prioridades da diocese e ser colocada nos programas de ação pastoral, de modo que todos os batizados caminhem juntos para esse fim³⁹⁸. Para tanto, a arquidiocese de São Paulo conseguiu, durante o congresso de leigos, promover a unidade entre ministros ordenados e não ordenados em vista de uma missão permanente, desenvolvida pelos fiéis leigos³⁹⁹.

Durante os 10 meses de congresso, os clérigos e os leigos puderam repensar novas formas de promover e articular o laicato na arquidiocese de São Paulo. Desde a convocação dos leigos até a Carta dos Cristãos Leigos⁴⁰⁰, por ocasião do seu encerramento, o congresso foi pensado num processo envolvente, com várias etapas⁴⁰¹.

Os fiéis leigos puderam refletir sobre onde e como exercer a sua missão, sustentados pela tríade: oração, reflexão e decisão. Esta reflexão foi feita primeiramente na

³⁹⁶ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 44. *Op. cit.* p. 112.

³⁹⁷ **Compêndio do Vaticano II**. *Op. cit.* GS 53. p. 205.

³⁹⁸ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 57. *Op. cit.* p. 149.

³⁹⁹ Cf. SCHERER, O.P. **Manual do 1º Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo**. *Op. cit.* p. 21.

⁴⁰⁰ Cf. CARTA DOS CRISTÃOS LEIGOS POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DO 1º CONGRESSO DE LEIGOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. São Paulo, 21 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/images/stories/arquivos/cartaFinalcongressodeleigosSP.pdf>>. Acessos em: 17 de dezembro de 2010.

⁴⁰¹ Cf. SCHERER, O.P. **Manual do 1º Congresso de Leigos da Arquidiocese de São Paulo**. *Op. cit.* p. 11.

paróquia, depois no âmbito das regiões episcopais e por fim foram elencadas propostas e projetos de evangelização. Tais propostas têm em vista a formação, a ação e a organização do laicato para uma verdadeira e nova evangelização na cidade de São Paulo⁴⁰².

Como vimos anteriormente, existe na arquidiocese de São Paulo um caminho já percorrido em direção a uma maior abertura da Igreja em relação à participação dos leigos na missão evangelizadora. Porém, hoje, deve-se refletir como fazer uma nova evangelização adaptada ao tempo presente.

Comumente se diz que as paróquias devem ser renovadas. Também a catequese e a liturgia. A experiência dos últimos anos, no Brasil, parece sugerir o interesse por uma distinção entre atividades permanentes e atividades emergentes ou conjunturais. As atividades permanentes são aquelas que estão de tal modo ligadas à natureza da Igreja que não podem nunca cessar. As atividades emergentes ou conjunturais são aquelas que correspondem à uma necessidade transitória.

As atividades permanentes correm facilmente o risco de torna-se ‘tradicionais’ no sentido pior da palavra, ou seja, determinadas exclusivamente pela repetição do passado, sem capacidade de se renovarem e se adaptarem ao tempo presente. Elas também devem ser planejadas no contexto atual e repensadas em função do presente e do futuro.

As atividades emergentes ou conjunturais, por sua vez, podem correr o risco oposto: de ficarem separadas das atividades permanentes e, às vezes, de fracassarem rapidamente pela incapacidade de se articularem devidamente com a tradição e com a pastoral que já está estruturada e consolidada.

Apesar do perigo da dicotomia existir, é oportuno que os objetivos sejam atualizados e articulados organicamente em dois campos distintos: o das atividades pastorais permanentes e aquele das atividades pastorais conjunturais.

Portanto, não podemos decretar o ‘estado de coma’ das paróquias e querer prontamente substituí-las por ações pastorais conjunturais. Aquilo que é emergente e urgente nem sempre pode servir de base para uma verdadeira evangelização. Precisamos, sem dúvida, transformá-la em espaços privilegiados de negociação entre Igreja e sociedade, buscando o bem comum de todos.

Sendo assim, o 1º congresso de leigos da arquidiocese de São Paulo não conseguiu responder aos desafios impostos pela perturbadora realidade urbana de São

⁴⁰² Cf. CARTA DOS CRISTÃOS LEIGOS POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DO 1º CONGRESSO DE LEIGOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. São Paulo, 21 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/images/stories/arquivos/cartaFinalcongressodeleigosSP.pdf>>. Acessos em: 17 de dezembro de 2010.

Paulo⁴⁰³. Porém, ele projetou perspectivas para uma futura maturação do laicato, respeitando o seu protagonismo, seus ministérios e carismas, sua santificação pessoal e a santificação do mundo⁴⁰⁴.

O diálogo, no momento atual, torna-se a ferramenta mais apropriada para dar respostas às urgentes atividades pastorais conjunturais. O fruto mais relevante deste congresso é a descoberta do papel missionário que compete a todos os fiéis batizados, aos leigos de forma especial, a partir da experiência compartilhada do seguimento de Jesus em seu discipulado.

Fala-se muito sobre os leigos e pouco do que se espera deles. Se evangelizar faz parte da missão dos fiéis leigos, então se faz necessária mais discussão sobre o que eles devem fazer concretamente no projeto da nova evangelização. Consiste em uma revalorização da Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja. E aquele que faz uma experiência com o próprio Cristo torna-se portador da sua mensagem salvífica. Dessa forma, todo batizado, após o encontro pessoal com Jesus, deve ser sujeito da sua vocação.

O laicato necessita ocupar-se da sua missão de transformar a sociedade, sendo sal e luz (Mt 5,13.14). Deve, também, ocupar os novos Areópagos do mundo para proclamar a Boa Nova. Precisa anunciar o Evangelho onde se depara com o deus desconhecido (At 17,23). Urge dialogar com a sociedade antes que venha acontecer o total desconhecimento de Deus⁴⁰⁵.

Sob o signo da renovação da Igreja o concílio Vaticano II se desenvolveu, trabalhando os mais variados aspectos da vida da Igreja em si mesma e na sua relação com o mundo. A eclesiologia de comunhão, baseada na imagem de que todo cristão batizado participa do mesmo mistério antes de qualquer distinção de missão, e a eclesiologia ‘povo de Deus’, fundada no conceito de que pelo batismo todos os fiéis têm a mesma dignidade de cristãos, deram vida para a Igreja e alimentam a teologia do laicato.

3.3 Perspectivas concretas da participação dos leigos em vista da Nova Evangelização

O capítulo II da ChL, sobre a participação dos fiéis leigos na vida da Igreja-comunhão, traz um tópico sobre as “Formas de participação na vida da Igreja⁴⁰⁶” e um

⁴⁰³ Cf. *Id.*

⁴⁰⁴ Cf. LEVA, J.U. A contribuição do laicato para a santificação do mundo. In: **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. São Paulo, v. 5, nº 7, *Op cit.* p. 12.

⁴⁰⁵ *Id.* p. 13.

⁴⁰⁶ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. *Op. cit.* p. 68.

subtópico sobre as “Formas agregativas de participação”⁴⁰⁷. Através dos movimentos eclesiais e das novas comunidades veremos como a teologia do laicato está viva e atuante na Igreja e no mundo. Tudo isso graças à contribuição da ChL para o agir pastoral dos leigos.

O que torna a ChL um documento extremamente importante para a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo é o fato dos movimentos e agregações laicais serem analisados sob a tríade Mistério-Comunhão-Missão. Ao contrário da constituição dogmática LG e do decreto AA, que apontam os movimentos e as agregações laicais como realidades exclusivamente orientadas para a missão e o apostolado dos leigos no mundo.

As agregações laicais e movimentos representam na ChL o que a AC foi no decreto AA. De fato, este decreto conciliar trata de apostolado no capítulo IV e dá um destaque especial à AC. Pela AA, os movimentos e agregações laicais estão unicamente a serviço do apostolado no mundo, onde se enumera a família, os jovens, o ambiente social e internacional.

Os movimentos eclesiais e as novas comunidades conheceram o desenvolvimento e o sucesso que tiveram graças ao concílio Vaticano II. Este concílio ecumênico:

Concentra os grandes movimentos que a Igreja viveu no século XX: movimento litúrgico, movimento ecumênico, aprofundamento da teologia do laicato e do batismo, redescoberta dos Padres da Igreja e do patrimônio oriental da Igreja, bem como de uma teologia desenvolvendo a ação do Espírito Santo na Igreja⁴⁰⁸.

Muitos destes elementos constituem os traços fundamentais das diversas formas de agregações laicais.

O papa João XXIII, ao anunciar a convocação do concílio Vaticano II, enfatizou a ação do Espírito Santo, pelo qual o santo padre tinha especial devoção. No anúncio da convocação do concílio, o papa dissera que todos os bispos da Igreja se reuniriam por um novo Pentecostes. Portanto, o concílio Vaticano II pode ser chamado de o ‘Novo Pentecostes’ da Igreja do século XX.

Através deste ‘Novo Pentecostes’ as ações dos leigos encontraram a chance de serem conhecidas e reconhecidas. Um dos sinais claros de novidade no seio da Igreja foi dado por um movimento religioso batizado ‘Revolução Jesus’⁴⁰⁹ que surgiu nos Estados Unidos. Também surge neste país a RCC. Os leigos começam a vivenciar uma fé menos racional e

⁴⁰⁷ *Id.* p. 70.

⁴⁰⁸ VILLEMEN, L. L’éclosion des nouveaux mouvements. Une question à l’ecclésiologie. In: **Revue Internationale de Catéchèse et de Pastorale**. Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, *Op. cit.* p. 368, tradução nossa.

⁴⁰⁹ Cf. DUCHESNE, J. “Jesus Revolution” Made in USA. Paris: Cerf, 1972, p. 135, tradução nossa.

mais sentimental. A estrutura da Igreja parecia bastante pesada aos olhos dos fiéis que buscavam uma conversão pessoal.

Estas instituições foram facilmente enraizadas em um terreno marcado pelas correntes utópicas e comunitárias de maio de 68. Desde muito cedo, as CEB's logo perceberam as diferenças ideológicas e se separaram das comunidades carismáticas e dos novos movimentos. As CEB's insistiam sobre a contestação das estruturas sociais e eclesiais, enquanto que as comunidades e movimentos se concentraram sobre a conversão pessoal, a oração e os testemunhos⁴¹⁰.

Diante de todo esse contexto, as agregações laicais conseguiram condensar, de maneira original, a individualização do sujeito, a atenção à experiência e, portanto, às emoções, e à necessidade de paradigmas sólidos no plano comunitário, litúrgico e doutrinal.

Estas formas associativas de participação dos leigos são diferentes das fundações das congregações religiosas que exigem o celibato, comunidades separadas (masculinas e femininas) e os votos. Os movimentos eclesiais e as novas comunidades são formados majoritariamente por leigos. Alguns destes fiéis, mas nem todos, são advindos da RCC.

No que concerne à vida religiosa, as categorias são mescladas. Há grupos que tem um estatuto de instituto de vida consagrada. Deste ponto de vista, eles não se diferenciam dos Institutos mais antigos. Muito além do estatuto canônico, estes grupos são marcados pelo seu contexto de nascimento e sua inscrição na corrente das novas comunidades.

Porém, ainda representam uma realidade bastante nova para a Igreja e esperam por definições mais precisas:

A compreensão de vida consagrada e a formação dos membros consagrados ou ordenados das Novas Comunidades nem sempre se encontram conforme as orientações da Igreja, exigindo melhor definição canônica e orientação da Igreja local⁴¹¹.

Há ainda “as comunidades do tipo hierárquico e as comunidades do tipo associativo”⁴¹². As comunidades hierárquicas, como são a paróquia e a diocese, supõem uma pertença objetiva na maior parte do tempo estabelecida a partir do território de habitação. Elas são desejadas pela autoridade hierárquica para que possam oferecer todos os bens da vida cristã para a salvação de todos: o anúncio da Palavra, a celebração dos Sacramentos e a administração de uma igreja. Estas comunidades devem ser erigidas ao redor de um padre ou

⁴¹⁰ Cf. LANDRON, O. **Les communautés nouvelles**. Nouveaux visages du catholicisme français. Paris: Cerf-Histoire, 2004, p. 478, tradução nossa.

⁴¹¹ CNBB. **Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades**. *Op. cit.* p. 25.

⁴¹² VALDRINI, P. **Droit Canonique**. 2. ed. Paris: Précis Dalloz, 1999, pp. 182 e 202, tradução nossa.

um bispo que se torna o encarregado da sua ação pastoral e espiritual. Cada cristão pertence de fato a uma comunidade hierárquica. O cristão deve alimentar o sentimento de pertença à Igreja antes de manifestar sua adesão a estas comunidades. São as comunidades que devem prestar serviço à Igreja pois ela é a mãe de todas as comunidades, carismas e ministérios.

A ChL traz, também no capítulo II, subtópicos sobre “A paróquia”⁴¹³ e “O engajamento apostólico na paróquia”⁴¹⁴, dentro do tópico relacionado à “Participação dos fiéis leigos na vida da Igreja”⁴¹⁵. Eis o que nos diz a ChL sobre a paróquia:

A comunhão eclesial, embora possua sempre uma dimensão universal, encontra a sua expressão mais imediata e visível na Paróquia: esta é a última localização da Igreja; é, em certo sentido, a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas⁴¹⁶.

A ChL insiste dizendo que “os fiéis leigos devem convencer-se cada vez mais do particular significado que tem o engajamento apostólico na sua Paróquia”⁴¹⁷. Tudo aquilo que se aprende ou se desenvolve numa comunidade laical deve ser colocado a serviço de todos na paróquia.

As comunidades associativas de fiéis se fundamentam sobre o direito de associação da Igreja, segundo o cân. 298 § 1 do CIC⁴¹⁸. Elas são o resultado de cristãos que se associam para viver e desenvolver tal aspecto da sua vida de fé. Os movimentos eclesiais e novas comunidades pertencem a esta categoria porque são organizados em associações de fiéis. Estas associações gozam de uma legítima liberdade, porém devem estar em conformidade às normas fixadas pelo CIC e deve satisfazer aos ‘critérios de eclesialidade’ apresentados pelo beato João Paulo II, estudados no capítulo anterior.

Os ‘critérios de eclesialidade’ “encontram a sua verificação nos frutos concretos que acompanham a vida e as obras das diversas formas associativas”⁴¹⁹. Diante de uma sociedade pluralista, secularizada e fragmentada que produz problemas enormemente complexos e difíceis, o beato João Paulo II afirma:

Na verdade, a incidência “cultural” fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto é sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a ação, não tanto dos indivíduos, mas de um “sujeito social”, isto é, com a ação de um grupo, de uma comunidade, de

⁴¹³ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. *Op. cit.* p. 63.

⁴¹⁴ *Id.* p. 66.

⁴¹⁵ *Id.* pp. 61-68.

⁴¹⁶ *Id.* n° 26. p. 63.

⁴¹⁷ *Id.* n° 27. p. 66.

⁴¹⁸ Cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2006, p. 101.

⁴¹⁹ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 30. *Op. cit.* p. 75.

uma associação, de um movimento [...] sobretudo num mundo secularizado, as várias formas agregativas podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente, com as exigências do Evangelho e de um engajamento missionário e apostólico⁴²⁰.

Tanto as comunidades hierárquicas como as comunidades associativas devem ter uma profunda unidade que as anima: “a de participar responsabilmente na missão da Igreja de levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade”⁴²¹. Por este motivo, as paróquias e as formas agregativas laicais não devem nunca se opor. São duas lógicas de vida eclesial diferentes, dois modos diferentes de engajamento por parte dos cristãos, porém com uma única finalidade: fortalecer a Igreja que é enviada para dar continuidade à “obra redentora de Cristo, que consiste essencialmente na salvação dos homens, inclui também a instauração da ordem temporal”⁴²².

Uma paróquia confiada a um padre associado a uma agregação laical não pode perder suas características diocesanas. Ela deverá estar sempre unida ao bispo e às prioridades da igreja particular. Neste caso, o padre membro de uma nova comunidade ao assumir a vida pastoral e espiritual de uma paróquia, não poderá impor uma única maneira de ser Igreja. A paróquia será, a partir de agora, um ‘espaço de negociação’. Leigos, clérigos, ministérios e carismas trabalhando juntos para a salvação da humanidade.

As formas agregativas devem ocupar os seus espaços na paróquia, mas não devem ser a ‘essência’ da paróquia. Bem como um padre não pode fazer do seu movimento o ‘carro chefe’ da paróquia. Deve-se, neste caso, respeitar o carisma, a vida e a obra do movimento sem perder de vista a vocação original imprescindível da paróquia e o contexto histórico, social e cultural na qual ela está inserida.

Isto não significa dizer que a paróquia deva assumir o antigo tipo de organização, pelo contrário, ela deve se transformar cada vez mais em uma verdadeira ‘comunidade paroquial’ ou “comunidade de comunidades”⁴²³. É aconselhável que toda e qualquer agregação laical tenha um sacerdote como diretor espiritual à disposição dos fiéis. Este mesmo sacerdote, ou outro escolhido pelo bispo, deve fazer parte do conselho desta agregação e responder, junto aos leigos, em nome da Igreja local.

E os leigos associados devem ajudar a paróquia a acolher e a conhecer na intimidade cada um dos seus fiéis. É muito frequente o engajamento dos membros de novas

⁴²⁰ *Id.* n.º 29. p. 71.

⁴²¹ *Id.* n.º 29. p. 71.

⁴²² **Compêndio do Vaticano II.** *Op. cit.* AA 5. p. 535.

⁴²³ DOCUMENTO DE APARECIDA. *Op. cit.* p. 86.

comunidades na Pastoral Familiar, na Pastoral da Acolhida, no Conselho Missionário Paroquial (COMIPA), na organização da Infância Missionária e do Ministério da Visitação. Talvez esta seja uma das respostas para a atuação das agregações laicais na realidade paroquial, pois o concílio Vaticano II não aprofundou a questão da contribuição dos movimentos eclesiais e das novas comunidades no agir pastoral e o lugar que ocupam na Igreja.

A novidade eclesial em questão é diferente em relação a outras comunidades associativas da Igreja: “os movimentos da Ação Católica representavam, por exemplo, até o final dos anos 1970, uma grande parte das comunidades associativas”⁴²⁴. Porém, suas características são diferentes dos traços das novas comunidades: a AC representava um fenômeno mais homogêneo, mantinha sua unidade graças aos meios de difusão das informações e das campanhas anuais e era liderado por padres militantes que chegavam, em alguns casos, até a ‘forçar’ uma relação dos movimentos com a Igreja diocesana e a ‘integrar’ os movimentos na dinâmica pastoral paroquial.

Muito mais interessante do que ressaltar as diferenças dos antigos em relação aos novos movimentos da Igreja é definir a questão das novidades trazidas por estes últimos movimentos.

Vale lembrar que os novos movimentos e as novas comunidades não são os únicos detentores das novidades. Algumas comunidades religiosas também se abriram à participação dos leigos. Estes grupos já existiam nas comunidades mais antigas fundadas antes do século XVI: Franciscanos, Dominicanos, Cistercienses...,

As Ordens terceiras, assim como as irmandades, congregavam os fiéis, homens e mulheres que nelas desempenhavam suas tarefas e que contavam com a solidariedade delas no momento da morte. (...) O fato de pertencer a uma Ordem terceira não implicava que as pessoas não estivessem ligadas ao mesmo tempo a irmandades. Outra vertente que emerge dos testamentos é a preocupação das pessoas para com as missas para a salvação das suas almas e também das almas de seus parentes: para isso deixavam dinheiro para várias igrejas e capelas. A religiosidade também pode ser avaliada pela presença da religião na vida cotidiana das pessoas, através dos oratórios, imagens, rosários, catecismos e outros objetos de devoção que possuíam nas suas casas⁴²⁵.

⁴²⁴ VILLEMEN, L. L'éclosion des nouveaux mouvements. Une question à l'ecclésiologie. In : **Revue Internationale de Catéchèse et de Pastorale**. Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, *Op. cit.* p. 371, tradução nossa.

⁴²⁵ SOUZA, N. de. (Org.). **Temas de teologia latino-americana**. *Op. cit.* pp. 156-157.

Porém, a novidade é que recentemente estes grupos aumentaram significativamente seus números. Muitos leigos estão associados a estas congregações religiosas e podem, permanecendo leigos, viver da espiritualidade e se engajar na vida destas comunidades.

Este é um fenômeno ainda pouco estudado. Estes grupos oferecem uma tradição espiritual precisa, inscrita na história, um sentimento de pertença a uma família internacional e também, como em todas as outras comunidades, uma atenção personalizada ao membro associado.

Uma das características das atuais agregações laicais é a de serem chamadas ‘novas’. Elas querem renovar a vida de comunhão e partilha da Igreja e criar um novo paradigma na obra evangelizadora. Isto em relação ao modelo paroquial rural e medieval de organização apresentado pela Igreja.

O número de católicos que chegam à nossa celebração dominical é limitado; é imenso o número dos distanciados, assim como o número daqueles que não conhecem a Cristo. A renovação missionária das paróquias se impõe, tanto na evangelização das grandes cidades como do mundo rural do nosso Continente, que está exigindo de nós imaginação e criatividade para chegar às multidões que desejam o Evangelho de Jesus Cristo. Particularmente no mundo urbano, é urgente a criação de novas estruturas pastorais, visto que muitas delas nasceram em outras épocas para responder às necessidades do âmbito rural⁴²⁶.

As novas comunidades não consideram ineficaz a pastoral tradicional. Elas sugerem novas formas de evangelização para que a pastoral não fique resumida a uma pastoral de manutenção de serviços essenciais. O DA fala da Igreja se colocar em estado de missão⁴²⁷ e exige que se vá além de uma pastoral de mera conservação para uma pastoral decididamente missionária⁴²⁸.

As diversas agregações laicais não pretendem dividir a Igreja, mas querem propor uma reforma espiritual e carismática no interior da Igreja Católica. Aparentemente, elas não pretendem mudar sua estrutura, mesmo porque não nasceram com essa finalidade. A transformação destas associações está na busca de uma experiência profundamente evangélica vivida em pequenos grupos, em comunidade.

Os leigos associados têm consciência da ‘novidade’ que a graça batismal traz à vida, pela experiência profunda de um encontro forte com Jesus Cristo.

⁴²⁶ DOCUMENTO DE APARECIDA. n° 173. *Op. cit.* pp. 87-88.

⁴²⁷ *Cf. Id.* n° 213. p. 103.

⁴²⁸ *Cf. Id.* n° 370. p. 169.

Constata-se que nos últimos anos está crescendo a espiritualidade de comunhão e que, com diversas metodologias, não poucos esforços tem sido feitos para levar os leigos a se integrar nas pequenas comunidades eclesiais, que vão mostrando frutos abundantes. Nas pequenas comunidades eclesiais temos um meio privilegiado para a Nova Evangelização e para chegar a que os batizados vivam como autênticos discípulos e missionários de Cristo⁴²⁹.

Esta experiência integra a dimensão corporal e emocional no caminho da fé. Os membros formados por uma agregação laical conseguem ressignificar as antigas práticas de piedade e dar um sentido novo à: adoração ao Santíssimo, reza do terço, procissão, capelinhas, culto à Virgem Maria, devoção aos santos, romaria a Santuários... Passam a valorizar a liturgia a partir do momento que eles aprendem seu verdadeiro sentido. Juntos eles fazem a leitura e o estudo comunitário da Sagrada Escritura. Partilham experiências vividas à luz do Evangelho. Muitos leigos retomam as práticas de oração litúrgica e passam a rezar a Liturgia das Horas. Comungam diariamente ou se esforçam para participarem do maior número possível de missas durante a semana. Passam a valorizar o sacramento da reconciliação. São obedientes à hierarquia da Igreja: amam o papa, são fiéis ao bispo e servem com fidelidade e respeito o padre.

A Igreja pede “a formação de pensadores e pessoas que estejam nos níveis de decisão”⁴³⁰. As novas comunidades, segundo o próprio DA:

São elas um ambiente propício para escutar a Palavra de Deus, para viver a fraternidade, para animar na oração, para aprofundar processos de formação na fé e para fortalecer o exigente compromisso de ser apóstolos na sociedade de hoje. São lugares de experiência cristã e evangelização que, em meio à situação cultural que nos afeta, secularizada e hostil à Igreja, se fazem muito mais necessários⁴³¹.

Estes lugares onde a Igreja, com sua presença ética e coerente, deve estar presente e preparada para saber dialogar com o mundo moderno são chamados de ‘novos areópagos’:

O mundo das comunicações, a construção da paz, o desenvolvimento e a libertação dos povos, sobretudo das minorias, a promoção da mulher e das crianças, a ecologia e a proteção da natureza. E “o vastíssimo areópago da cultura, da experimentação científica, das relações internacionais”. Evangelizar a cultura, longe de abandonar a opção preferencial pelos pobres e pelo compromisso com a realidade, nasce do amor apaixonado por Cristo,

⁴²⁹ *Id.* n° 307. p. 141.

⁴³⁰ *Id.* n° 492. p. 221.

⁴³¹ *Id.* n° 308. p. 141.

que acompanha o Povo de Deus na missão de inculturar o Evangelho na história, ardente e infatigável em sua caridade samaritana⁴³².

Muitas agregações laicais destacam-se pelo uso dos diversos meios de comunicação social. Usam uma linguagem adequada que atinge o coração das pessoas. Uma vez ‘evangelizado’, o novo membro é imediatamente chamado a ser missionário.

A ação dos fiéis leigos (...) aparece hoje cada vez mais necessária e preciosa. Na verdade, a ordem do Senhor ‘Ide por todo o mundo’ continua a encontrar muitos leigos generosos, prontos a deixar o seu ambiente de vida, o seu trabalho, a sua região ou pátria, para ir, ao menos por um certo tempo, para zonas de missão. Mesmo casais cristãos (...) oferecem o confortante testemunho de amor apaixonado por Cristo e pela Igreja com a sua presença ativa em terras de missão⁴³³.

Todos os medos e todas as barreiras são vencidos, pois eles são motivados pela incondicional confiança na ação do Espírito Santo que os capacita. Assim como os discípulos que se encontravam fechados numa sala com medo dos judeus e após receberem o Espírito Santo se colocam imediatamente em missão (cf. Jo 20,19-23), também os leigos se tornam missionários a partir do momento que tomam consciência dos dons e ministérios que receberam do Espírito Santo (cf. 1Cor 12, 3-13). Uma vez capacitado, o fiel leigo chamado a ser missionário passa a contribuir ativamente com a Igreja, cuja vocação e missão consistem em levar a Boa Nova a todas as criaturas (cf. Mc 16,15). Batizados no único Espírito, com a diversidade de dons os cristãos formam um só corpo e são enviados como anunciadores do Reino de Deus.

Uma característica importante dos membros das novas formas de agregações laicais é justamente este “amor apaixonado por Cristo e pela Igreja”⁴³⁴ que se torna visível. Por isso, os fiéis leigos não se intimidam em anunciar o Evangelho ou defender a Igreja de injúrias ou acusações. Não tem medo de demonstrar suas fraquezas e limitações, suas dores e sofrimentos, pois associam tudo à paixão redentora de Cristo que tem sua luz na ressurreição.

A qualidade da música e dos cantos, a alegria espontânea que resulta dos encontros, a partilha de experiências vividas, o aprofundamento da Palavra são sinais da presença do Espírito de Deus entre eles. Esta atenção especial dada ao Espírito acaba levando as pessoas a se aprofundarem no mistério da Trindade.

⁴³² *Id.* n° 491. p. 221.

⁴³³ JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 35. *Op. cit.* p. 87.

⁴³⁴ *Id.*

A dimensão de comunhão é essencial na vida dos seus membros. Em boa parte deles está presente a dimensão ecumênica. O discurso que prevalece acentua aquilo que unifica raças, povos e nações, sem priorizar as diferenças e os erros dos outros. Eles estão atentos em viver e difundir a ‘arte de amar’ na Igreja e no mundo.

Diferentemente das comunidades de base dos anos 1970, os leigos membros destas formas agregativas não tem como característica fundamental a preocupação com uma militância sócio-política. Hoje, a grande maioria das agregações laicais oferece uma experiência fraternal, um recomeçar na fé e um chamado a servir a Igreja e a sociedade. Entre diversos tipos de agregações laicais que surgiram nas últimas décadas, o impacto dos movimentos eclesiais e das novas comunidades, em termos de número e influência, parece ser bem maior comparado aos dos modelos comunitários militantes, sejam eles de cunho político ou social.

Os leigos advindos da experiência da RCC formam as famílias espirituais com a maior diversidade de pertença. Estas agregações oferecem uma mistura de fórmulas antigas com métodos novos e conseguem, com isso, atrair o público mais jovem. Os grupos mais jovens preferem uma evangelização mais direta, explícita e intencional. Este tipo de comunidade está em pleno crescimento. Esta é uma característica nova e importante destas formas de associação laical.

Os membros de uma agregação laical podem ajudar a dinamizar uma comunidade paroquial, porém o carisma destes leigos não deve se impor sobre a missão eclesial confiada à paróquia.

A relação das novas comunidades com a Igreja particular é um grande desafio na definição de sua eclesialidade. Os “ministérios” ou outras atividades evangelizadoras, na comunidade, ocorrem geralmente, de modo autônomo, sem relação com as pastorais ou movimentos da paróquia ou diocese. Há novas comunidades que, embora querendo, não alcançam a devida inserção nas paróquias por falta de abertura e apoio. Nos casos de recusa de assistência do pároco, o recurso à assistência de outros sacerdotes pode agravar as dificuldades, seja pelas tensões que pode provocar, seja pelo fato de esses sacerdotes nem sempre terem as condições para o devido acompanhamento e orientação da comunidade. Além disso, a sustentação econômica, especialmente através do dízimo e de doações, bem como a administração dos bens, também costuma restringir-se ao âmbito interno da comunidade, sem prestação de contas, contribuição ou ligação com a Igreja particular⁴³⁵.

Sabe-se que:

⁴³⁵ CNBB. **Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades**. *Op. cit.* p. 24.

o número de fiéis das comunidades cristãs locais está diminuindo cada vez mais. Na Europa vê-se paróquias sendo agrupadas em unidades pastorais mais amplas, com suas sub-comunidades e outras ainda desaparecem na fusão e igrejas são colocadas à venda⁴³⁶.

Diante desta triste realidade uma restauração urgente se faz necessária na forma de evangelizar. A Igreja de alguns países não consegue mais manter a infraestrutura concebida para uma época de grande participação de fiéis. Talvez, os fiéis leigos membros dos movimentos eclesiais e das novas comunidades possam, na sua missão evangelizadora, responder ao desafio da Igreja que está em declínio em algumas partes do mundo. Eis uma proposta concreta e imediata. Não significa ser esta a única resposta que a Igreja pode dar a esta problemática, mas, sem dúvida, é a sugestão mais próxima e atual.

A Igreja da Europa está estruturada, mas falta a participação dos tradicionais fiéis. Os novos fiéis leigos, associados a uma nova comunidade, estão ocupando um papel importante na ação evangelizadora com o trabalho de ‘restauração’ profunda da espiritualidade dos europeus.

A Igreja no Brasil tem diminuído a cada ano o número de fiéis nas paróquias. Esta Igreja é relativamente ‘jovem’ comparada com a européia. Porém, parte dos atuais movimentos laicais presentes no Brasil não oferece uma ajuda com soluções estruturais ou sociais; mas todos eles oferecem soluções para os problemas de cunho espiritual e formativo.

Muitas vocações saem do Brasil para servirem agregações laicais em outras partes do mundo. Estes leigos, uma vez formados pelas comunidades, procuram transmitir de forma renovada a fé e os valores da Igreja. Logo, estas associações se caracterizam como ‘lugares’ de experiência espiritual, portadores de vida e de doutrina.

Há muitas experiências de novas comunidades nascidas no Brasil com casas de missão em vários locais do país e também espalhadas pelo mundo, sobretudo na Europa. É o início de uma missão inversa àquela experimentada na época dos descobrimentos. Antes, europeus saíam em missão para evangelizar novas terras. Hoje, leigos renovados saem de terras colonizadas para evangelizar a velha Europa. Por isso, é de suma importância que as paróquias invistam no potencial missionário dos leigos:

Os melhores esforços das paróquias neste início do terceiro milênio devem estar na convocação e na formação de leigos missionários. Só através da

⁴³⁶ CADRIN, D. Nouvelles Communautés, émergentes et immergées. In : **Revue Internationale de Catéchèse et de Pastorale**. Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, nº 4, *Op. cit.* p. 383, tradução nossa.

multiplicação deles poderemos chegar a responder às exigências missionárias do momento atual⁴³⁷.

Os ‘novos leigos’ não sentem a necessidade de mudar de religião ou de manter a ‘conservação’ da Igreja. Eles não se contentam com uma ‘catequese de verniz’, mas sentem que devem conservar valores e firmar as relações do ser humano com Deus, com o próximo, consigo mesmo e com o mundo.

Graças às ações realizadas pelos ‘novos leigos’, pode-se indicar alguns aspectos para a pastoral do futuro: “será fundamentada na fé originária, personalizada e comunitária”⁴³⁸.

Em maio de 98, João Paulo II citou três pontos que são frutos dos movimentos eclesiais e das novas comunidades e que poderão contribuir para a elaboração da pastoral do futuro. São eles: “participação laical na realidade eclesial; método de evangelização fundamentado na fé e no testemunho cristão; carisma particular herdado do fundador”⁴³⁹. O beato João Paulo II deixa bem claro que:

A originalidade própria do carisma que dá vida a um Movimento não pretende, nem o poderia, acrescentar algo à riqueza do *depositum fidei*, conservado pela Igreja com apaixonada fidelidade. Ela, porém, constitui um apoio poderoso, um apelo sugestivo e convincente a viver plenamente, com inteligência e criatividade, a experiência cristã⁴⁴⁰.

Aí está o pressuposto para encontrar respostas aos desafios e às urgências do nosso tempo e à elaboração de uma pastoral renovada. A estes elementos deve-se ainda somar outros três traços específicos: “a fraternidade em nome de Jesus Cristo (*communio*), os novos métodos de catequese e a formação missionária”⁴⁴¹.

Mesmo que as nossas paróquias estejam menos frequentadas, elas estão longe de desaparecer. É obvio que elas não encontrarão mais a glória do passado, mas podem permanecer vivas, atuantes e trabalhando com as necessidades de um grupo reduzido de fiéis desejosos de aprofundar a sabedoria da tradição católica.

⁴³⁷ DOCUMENTO DE APARECIDA, n° 174. *Op. cit.* p. 88.

⁴³⁸ HEGGE, C. (Coord.). **La Chiesa Fiorisce: i movimenti e le nuove comunità**. Roma: Città Nuova, 2006, p. 136-137, tradução nossa.

⁴³⁹ JOÃO PAULO II, Papa. **Mensagem do Papa João Paulo II aos participantes do Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais**. Roma, 27 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/laity/documents/rc_pc_laity_doc_27051998_movements-mes-hf_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008.

⁴⁴⁰ *Id.*

⁴⁴¹ VILLEMEN, L. L'éclosion des nouveaux mouvements. Une question à l'ecclésiologie. In: **Revue Internationale de Catéchèse et de Pastorale**. Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, *Op. cit.* p. 372, tradução nossa.

Muitas paróquias brasileiras tornaram-se, após terem incorporado algumas das características das agregações laicais, o que chamamos de ‘novas paróquias’ composta por ‘novos leigos’. Não se pode afirmar que este será o modelo preponderante da pastoral do futuro. Muitas hipóteses serão levantadas e muitos anos de estudos terão que passar para a Igreja chegar a uma conclusão. A única certeza é que o caminho a percorrer está apenas começando, e este caminho passa pela diversidade.

A ChL veio reforçar a valorização dos leigos defendida no concílio e também afirmar a corresponsabilidade laical pela missão da Igreja. A eclesialidade desta exortação apostólica demonstra sua índole secular: “a responsabilidade dos cristãos leigos na Igreja-Missão acontece, uma vez que a comunhão é missionária e a missão é para a comunhão”⁴⁴².

Além das muitas iniciativas laicais que são apoiadas pela Igreja, algumas expostas no capítulo anterior deste estudo, podemos citar outras que têm contribuído para a evangelização. O Pontifício Conselho para os Leigos é o dicastério romano que cuida da promoção do apostolado dos leigos na Igreja e no mundo. Sua origem está no concílio Vaticano II, mais precisamente no decreto AA, nº 26:

Crie-se junto à Santa Sé um secretariado especial para serviço e estímulo do apostolado dos leigos, como centro que forneça, por meios apropriados, as notícias sobre as diversas iniciativas apostólicas dos leigos, que estude as pesquisas sobre as questões suscitadas neste campo e que assista com seus conselhos a hierarquia e os leigos nas obras apostólicas. Neste secretariado estejam representados os diversos movimentos e as iniciativas mundiais do apostolado dos leigos. Cooperem aí com os leigos também os clérigos e os religiosos⁴⁴³.

Porém, o pedido do concílio também está voltado para as realidades diocesanas e paroquiais:

Nas dioceses, enquanto for possível, existam conselhos que auxiliem a obra apostólica da Igreja, seja no campo da evangelização e santificação, seja no campo da caridade, da assistência social e outros. Neles cooperem convenientemente os clérigos e religiosos junto com os leigos. Tais conselhos poderão servir para a mútua coordenação dos vários grupos e iniciativas dos leigos, mantendo-se a índole própria e autonomia de cada um deles. Tais conselhos existam, se possível, também no âmbito paroquial e interparoquial, interdiocesano, como ainda em nível nacional e internacional⁴⁴⁴.

⁴⁴² SILVA, J.A. da. O leigo no Magistério da Igreja. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, *Op. cit.* p. 84.

⁴⁴³ **Compêndio do Vaticano II**. *Op. cit.* AA 26. p. 557.

⁴⁴⁴ *Id.*

O papa Paulo VI cria, em 6 de janeiro de 1967, o Conselho para os Leigos que será, em 10 de dezembro de 1967, reformado e colocado entre os dicastérios da Cúria Romana. O então arcebispo de Cracóvia, o cardeal Karol Józef Wojtyła, foi durante alguns anos consultor deste pontifício conselho.

Sob a inspiração do beato João Paulo II, este dicastério de tornou o responsável pelas JMJ, iniciadas em 1985. As JMJ acontecem todos os anos, sendo que de tempos em tempos é realizada uma jornada em um país escolhido pelo papa. O papa Bento XVI, durante o encerramento da XXVI JMJ ocorrida em Madri, na Espanha, escolheu o Rio de Janeiro para sediar a XXVIII JMJ, que acontecerá em 2013.

O cardeal Raymundo Damasceno Assis, atual presidente da CNBB, Dom Orani João Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro, e Dom Eduardo Pinheiro, bispo auxiliar de Campo Grande e presidente da Comissão episcopal Pastoral da Juventude, da CNBB, disseram que deverão trabalhar em conjunto com o Pontifício Conselho para os Leigos na organização deste grande encontro da juventude com o papa⁴⁴⁵.

Os leigos estão cada vez mais inseridos nos processos de decisão e organização da Igreja. Não seria fácil para a Igreja sozinha preparar a JMJ sem a colaboração dos leigos. Cada um, de acordo com a sua profissão, ministério e carisma, contribui para a realização deste evento. Poderemos fazer esta experiência em conjunto na preparação da próxima JMJ de 2013, aqui no Brasil.

Quase cinco décadas depois, a Igreja ainda colhe as repercussões da recepção das novidades trazidas pelo concílio Vaticano II. Por isso, a Igreja hoje convida a todos os fiéis batizados a repensar e a reaprender uma nova forma, não só de fazer teologia, mas também de anunciar a Boa Nova. É o que João Paulo II chamou de ‘nova evangelização’⁴⁴⁶. O papa Bento XVI, dando sequência à intuição do seu antecessor, agendou a próxima assembleia do sínodo, de 2012, sobre a NE:

A 13ª Assembleia do Sínodo, agendada para os dias 7 a 28 de outubro de 2012, quinquagésimo aniversário da abertura do Concílio, situa-se no contexto de “um projeto unificado”, pois as *Orientações para o Sínodo sobre a Nova Evangelização* nos convidam a pensar a “nova evangelização” em continuidade com o Vaticano II, através dos pontificados de Paulo VI, de João Paulo II e do próprio Bento XVI, podendo, portanto, ser melhor

⁴⁴⁵ Cf. CNBB. **Em Madri, bispos brasileiros falam sobre a JMJ no Rio**. Madri, 21 de agosto de 2011. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/site/comissoes-episcopais/juventude/7399-em-madri-bispos-brasileiros-falam-sobre-a-jmj-no-rio>>. Acesso em: 22 de agosto de 2011.

⁴⁴⁶ Cf. CATÃO, F. A Nova Evangelização. In: **Revista de Cultura Teológica**. São Paulo: Paulinas, v. XIX, n° 74, Op. cit. p. 21.

compreendidas à luz das ideias centrais que presidiram o desenrolar da assembleia conciliar⁴⁴⁷.

Trata-se de aprofundar ainda mais os grandes conceitos levantados pelo concílio Vaticano II, que não teve o objetivo de apontar erros, mas propor caminhos para fazer com que a Palavra de Deus chegasse ao mundo de hoje. Pode-se dizer que a novidade do Vaticano II consistiu numa nova visão da Igreja e de uma nova compreensão da revelação⁴⁴⁸.

Essa novidade pressupõe que a História deva ser levada em conta, na elaboração das expressões da fé. Se a religião se baseasse na fixação definitiva de um texto escrito ou de práticas religiosas imutáveis, nada teria a ver com a História e ficaria, através dos séculos, refém de seus ritos e de suas práticas, ainda que, com o passar do tempo, tivessem perdido toda a sua significação, envelhecido e se tornado incompreensíveis, como acontece com todas as coisas humanas⁴⁴⁹.

Fala-se hoje de uma Igreja mais experimental e menos conceitual. Para que a nova evangelização aconteça é necessário recuperar, em primeiro lugar, a autenticidade e profundidade da vocação cristã. Por isso, os fiéis batizados são convidados a fazer uma experiência concreta de Deus e depois descobrir sua vocação e viver em comunhão com toda a Igreja. A partir disso será possível realizar uma autêntica e nova evangelização no mundo.

A nova evangelização precisa de leigos que sejam protagonistas da missão, colocando à disposição da Igreja os seus carismas. Para tanto, é necessária uma efetiva flexibilização das estruturas eclesiais. Tal problematização acaba gerando impasses dolorosos à comunhão eclesial. Para que o sínodo sobre a NE seja fecundo será preciso superar as discussões entre Igreja hierárquica e Igreja ministerial. Já dissemos que o concílio Vaticano II privilegiou a eclesiologia de comunhão. Para que o sínodo seja um verdadeiro resgate do Vaticano II ele deverá seguir o mesmo caminho.

Há leigos que se engalfinham com seus pastores nessa discussão ingênua, como se as funções litúrgicas fossem as únicas tarefas da Igreja no mundo. E há pastores que optam por utilizar sua autoridade na solução dos impasses, gerando insatisfações e pequenas rupturas entre as lideranças eclesiais emergentes⁴⁵⁰.

Esta discussão deve ser superada para dar espaço aos diferentes carismas e ministérios que se complementam na missão de anunciar o Reino de Deus. A ChL exortou os

⁴⁴⁷ *Id.* p. 12.

⁴⁴⁸ *Cf. Id.* p. 15.

⁴⁴⁹ *Id.* p. 13.

⁴⁵⁰ PIMENTA, J.M. Teologia leiga e crise vocacional. In: BLANK, R.J. **Teologia Leiga**: esperança e desafios. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 41.

leigos a fugir da tentação de disputar as funções clericais e assumir com alegria as funções sociais e religiosas que lhe são próprias⁴⁵¹. Exortou também os pastores a orientar e encorajar os fiéis na sua missão secular⁴⁵².

A teologia do laicato, presente nos diversos documentos da Igreja e de forma especial na ChL, fez dos fiéis leigos corresponsáveis em diversas funções eclesiais. Através do batismo e pela participação do *múnus* sacerdotal de Cristo, permitiu que em alguns lugares e situações, os leigos possam ajudar seus pastores nas tarefas litúrgicas. Por outro lado, a própria ChL se revela contra a ‘clericalização’ dos fiéis leigos. Ela quer justamente evitar a criação de uma estrutura paralela àquela fundada pelo sacramento da ordem⁴⁵³.

Desse mesmo batismo que torna os fiéis leigos participantes do *múnus* sacerdotal de Cristo, torna-os também participantes do seu *múnus* profético. É desta participação que brota a missão secular que lhe é específica⁴⁵⁴. Os missionários leigos, em comunhão com a Igreja, adentram o mundo e levam a Boa- Nova de Jesus.

E ao pertencerem ao Senhor rei do universo, os fiéis leigos participam do seu *múnus* real e pelo próprio Cristo eles são chamados para o serviço do Reino de Deus e para a sua difusão na história⁴⁵⁵.

Uma teologia do batismo bem fundamentada seria útil não apenas para fundamentar o sacramento do batismo e resolver os problemas pastorais das paróquias. Aprofundar esta teologia ajudaria a esclarecer a teologia do laicato, dos ministérios e carismas, das diversas vocações e da santificação dos leigos na Igreja e no mundo.

Podemos dizer que o sacerdócio conferido pela unção batismal delega o batizado para o culto da religião cristã. Trata-se do mesmo sacerdócio de Cristo conferido aos ministros sacros e ao povo fiel⁴⁵⁶.

O fato dos aspectos fundamentais da teologia do laicato estarem presente nos documentos da Igreja relacionados aos leigos faz com que se tenha mais esperança nos resultados do sínodo para a NE, de 2012.

Sendo assim, poderemos colher frutos abundantes de uma geração de católicos bem formados e dignos da missão de serem embaixadores de Cristo. Somente neste empenho

⁴⁵¹ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 2. *Op. cit.* p. 12.

⁴⁵² Cf. *Id.* n° 31. p. 76.

⁴⁵³ Cf. *Id.* n° 23. p. 56.

⁴⁵⁴ Cf. *Id.* n° 14. p. 32.

⁴⁵⁵ Cf. *Id.* p. 33.

⁴⁵⁶ GOEDERT, V.M. **Teologia do Batismo**. Considerações teológico-pastorais sobre o batismo. São Paulo: Paulinas, 1988, p. 66.

comum e através de uma conversão verdadeira é que todos os batizados estarão maduros na fé para assumirem a sua vocação cristã.

Que todas as pequenas e grandes iniciativas da Igreja voltadas para os leigos, sejam portadoras de uma herança primitiva fundada sobre a vocação na qual a comunidade eclesial é chamada a ser: ‘povo de Deus’. Um povo eleito que se une em torno de uma fé comum e de um projeto histórico-escatológico.

Por fim, desejamos que os frutos desta Igreja comunhão, cheia de esperança, discípula e missionária, venham confirmar na prática aquilo que conhecemos na fé:

Por este caminho os homens são despertados, em todo o orbe da terra, para uma esperança viva, dom do Espírito Santo, afim de que finalmente, sejamos recebidos na paz e na felicidade suprema, na pátria que brilha com a glória do Senhor⁴⁵⁷.

⁴⁵⁷ **Compêndio do Vaticano II.** *Op. cit.* GS 93. p. 255.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objeto de estudo alguns aspectos fundamentais da teologia do laicato a partir da exortação apostólica ChL. Consideramos um dos aspectos privilegiados da transição que atravessa a Igreja no mundo todo. Trata-se da consideração da verdadeira vocação e missão dos leigos no processo de renovação eclesial. Acreditamos que os elementos históricos, teológicos e pastorais apresentados, embora não exaustivos, foram suficientes para a compreensão do sujeito delimitado.

Toda a reflexão da teologia do laicato desenvolvida no concílio Vaticano II está presente na ChL. Porém, foi a partir desta exortação apostólica que percebemos uma evolução da participação cada vez maior e significativa dos leigos na Igreja. Esta exortação convocou os leigos a conhecerem a sua vocação e testemunharem sua adesão a Cristo com a própria vida nas realidades temporais e terrenas. Sendo assim, ela ajudou a amenizar o risco de pensar que os leigos podiam demonstrar um exclusivo interesse pelos serviços e tarefas eclesiais, a ponto de abdicar de suas responsabilidades específicas no mundo político, econômico, social, cultural e profissional.

A metodologia utilizada para a realização deste estudo sobre o desenvolvimento teológico do laicato foi a pesquisa bibliográfica. A principal fonte desta pesquisa foi a própria ChL. Concomitantemente, foram analisados os textos do concílio Vaticano II, das conferências episcopais da América Latina e do Caribe que trataram da questão do laicato e de algumas contribuições de teólogos renomados.

A partir das colocações feitas neste estudo podemos partilhar algumas conclusões que podem ser úteis do ponto de vista pastoral e acadêmico.

Podemos afirmar que as reflexões fundamentadas da eclesiologia do concílio Vaticano II consagraram a teologia do laicato. A ChL deu continuidade a esta eclesiologia de comunhão e participação. O concílio conseguiu superar com maestria a tensão da relação entre clérigos-religiosos-leigos, considerando a distinção entre a estrutura da Igreja (hierarquia-laicato) e as estruturas na Igreja (vida religiosa). Tais estruturas são dependentes uma das outras. Sendo assim, através do concílio, a Igreja foi vista na sua totalidade, conforme aquilo que é comum a todos: o batismo.

A ChL apontou o batismo como um ponto de partida para uma missão comum, pois todos são membros de um só corpo cuja cabeça é Cristo. A exortação pós-sinodal declarou que a missão salvífica da Igreja é realizada no mundo por todos os cristãos batizados.

Através do sacramento do batismo cada cristão leigo torna-se participante real do mistério de Deus. Esta experiência trará para o leigo um aspecto particular, em vista de sua vocação temporal. Um dos aspectos da teologia do laicato presente na ChL foi a afirmação de que a primeira e fundamental vocação de todo fiel leigo é a santidade. E esta vocação à santidade deveria levar cada um à perfeição da caridade. Cada leigo deveria se tornar uma testemunha de Cristo nos dias de hoje. Levar o Cristo para a humanidade e para as estruturas da sociedade é a vocação peculiar de todo cristão batizado. A sua vida deveria estar em consonância com a Palavra de Deus. É justamente esta relação da Igreja com o mundo que tornaria positivo o papel do leigo. É no mundo, sendo Igreja, que o leigo se santifica.

O concílio afirmou que a Igreja é missionária por natureza e que, para desempenhar sua missão, ela tem o dever de aprender a identificar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho. Para que isso aconteça de forma plena, a ChL convocou os fiéis leigos a compartilharem da sua missão. Uma das características fundamentais dos leigos, apontada pela ChL, é a sua índole secular. Por isso, eles são chamados a viver no meio do mundo e aí exercer o seu apostolado sendo fermento na massa. A partir deste novo conceito, o laicato passa de ‘objeto/passivo’ a ‘sujeito/protagonista’ da Igreja.

Foi justamente através do caminho de inserção dos leigos no enfrentamento dos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, seguidos por grande parte da hierarquia da Igreja, que se viu nascer um novo sujeito eclesial: o povo. Ricas experiências populares, como a AC e como aquela das CEB's, engendraram uma consciência de ser ‘povo de Deus’. A partir deste novo conceito, elaborado a partir do capítulo II da LG, é afirmada a dignidade de todos os fiéis batizados, membros da Igreja. Este é um traço novo de identidade eclesial.

A síntese que os leigos souberam fazer entre os deveres da vida cotidiana e o Evangelho tornou-se o testemunho mais convincente de que eles estão prontos a serem agentes transformadores da Igreja e do mundo. Pelo batismo, os fiéis leigos tornam-se participantes do tríplice múnus – sacerdotal, profético e real – de Jesus Cristo. Este conceito foi desenvolvido no Vaticano II, mais precisamente na LG 10. A novidade cristã é o título de igualdade de todos os batizados em Cristo que fazem parte do ‘povo de Deus’. Trata-se do sacerdócio comum dos leigos. Por participarem do tríplice múnus de Cristo, os leigos conscientes de seus direitos, começam a exigir uma participação ativa na vida e na ação da Igreja. Todo esse pensamento foi retomado na ChL.

Por isso, a Igreja sentiu ainda mais a necessidade de se atualizar para realizar a sua missão no mundo, incluindo a participação ativa dos leigos. Ela se viu cada vez mais mergulhada nas mudanças e transformações da nossa sociedade e buscou dar uma resposta à

ansiedade do Homem contemporâneo. Uma das grande aberturas da Igreja foi definir o lugar dos leigos na vida eclesial. Iluminada pelo concílio, a ChL apresentou o mundo como um lugar de santificação dos leigos e não mais de condenação. Os leigos, desde então, deveriam criar coragem e consciência para atuarem nas estruturas da sociedade, nos lugares que só eles têm acesso.

Uma das grande contribuições da ChL foi afirmar que todos os batizados têm a missão de levar a Boa Nova para a humanidade, embora com carismas e ministérios diversificados. Cada fiel foi convocado, de forma particular, a colocar o seu dom à serviço da Igreja e da sociedade. Segundo a ChL, todos os cristãos batizados são chamados a participarem da vida da Igreja mistério-comunhão-missão. Esta é a eclesiologia do Vaticano II que foi expressa na ChL com o objetivo de mostrar a dignidade de todos os cristãos na Igreja e sua participação na missão.

Neste estudo percebemos o processo histórico da Igreja que culminou com a elaboração da teologia do laicato no Vaticano II. Não poderíamos deixar de lado a realidade latino-americana desconsiderando a influência da teologia da libertação nas reflexões teológicas e o contexto de miséria no qual o nosso povo estava e continua inserido. A Igreja na América-Latina se organizou a fim de dar uma resposta aos desafios enfrentados e a opção preferencial pelos pobres tornou-se oficial. Influenciados por essa realidade, vimos o nosso povo lutando para conquistar o seu espaço na Igreja e na sociedade. Percebemos assim como a Igreja, especialmente no Brasil, começou a se organizar e mobilizar como laicato.

Muitos teólogos latino-americanos contribuíram para o desenvolvimento da teologia do laicato. Alguns deles e algumas de suas correntes teológicas foram citados neste trabalho. Porém, a maioria destes teólogos, inseridos num contexto de luta política e social, acabaram criando mais tensões entre a hierarquia e o laicato. Existe, contudo, uma carência de um estudo sobre a concepção teológica do laicato nos documentos das conferências episcopais da América Latina.

O que encontramos foram reflexões acadêmicas a partir de uma militância do laicato católico para o desenvolvimento do ser humano na ordem política, econômica, social e educacional, em uma perspectiva puramente funcional. A nossa posição não foi nem contra ou a favor dos pensamentos teológicos por eles desenvolvidos. Percebemos que o resultado destas correntes teológicas partiram de uma metodologia específica dentro de um contexto específico. Sentimos, porém, a falta de um aprofundamento maior das razões teológicas de uma definição do laicato que resultaria numa sistematização no modo de ser e agir dos leigos.

Esta definição poderia, de certa forma, sanar a sede crescente de participação dos leigos nas decisões da Igreja. O desejo de maior participação pode ser um sinal de que há pouca ou nenhuma participação do laicato em vários âmbitos de decisão na Igreja. Ou ainda, se existe este desejo, pode ser que os leigos queiram ocupar os espaços vazios deixados pelos ministros ordenados. Por isso, se houvesse uma definição mais sistematizada daquilo que é próprio dos leigos talvez deixaria de existir tantas tensões na relação entre Igreja e laicato. Esta falta de definição acentua ainda mais a diferença entre clérigos e leigos. Este é um outro tema que exigirá maiores estudos para facilitar o trabalho em conjunto entre ministros ordenados e não ordenados.

No que se refere ao protagonismo dos leigos, a palavra-chave para que este protagonismo seja uma realidade é ‘participação’. No modelo eclesiológico de Igreja-Comunhão, os leigos devem participar mais ativamente da vida da Igreja. Na ChL, quando se falava de protagonismo dos leigos, ela indicava uma área específica de atuação: a política. O único tópico da exortação que trouxe a palavra ‘protagonistas’ dizia que os fiéis leigos não podiam absolutamente abdicar da participação na política e que todos eram simultaneamente destinatários e protagonistas da política.

Um exemplo claro do protagonismo dos leigos na Igreja e na sociedade vem das experiências das agregações laicais. Os leigos tem sentido a necessidade de se organizarem e constituírem novas comunidades. As diversas formas de agregações laicais supõem dois importantes elementos em sua ação evangelizadora: o protagonismo e a autonomia participativa. De certa forma, esta nova forma de ser Igreja rompe com os paradigmas tradicionais da própria Igreja e apresenta o mesmo Evangelho com uma nova roupagem e maior alegria. Não encontramos ainda muitos estudos sobre o fenômeno das ‘novas comunidades’ laicais, porém, não poderíamos ficar indiferentes às grandes mudanças por elas causadas no campo pastoral.

Por isso, a ChL nos apresentou critérios de eclesialidade para as agregações laicais. O objetivo da ChL foi garantir a unicidade da Igreja Católica fazendo com que estas iniciativas laicais não se afastassem dela. O Magistério nos deu tais critérios que garantem a unidade da Igreja mesmo na sua diversidade de carismas e práticas religiosas. Mesmo assim, é imprescindível que haja um maior acompanhamento dos bispos e sacerdotes nestas agregações laicais. Não se trata aqui de um tipo de repreensão ou controle, trata-se de uma formação permanente que habilita os leigos para o trabalho missionário. Além de uma formação competente e regular, os leigos devem receber dos ministros ordenados uma direção no que concerne a espiritualidade e as práticas devocionais, para que não haja exageros.

As agregações laicais não constituem a única experiência de vida comunitária existente na Igreja. Mas, sem dúvida, elas representam hoje um importante instrumento no processo de renovação eclesial. Uma vez que estas agregações são formadas por leigos, elas penetram com mais facilidade, do que a estrutura tradicional da Igreja, no mundo das comunicações sociais, das ciências, das artes e da política.

Outro aspecto da teologia do laicato presente na ChL foi a presença de homens e mulheres trabalhando juntos na missão da Igreja. Também os jovens, as crianças e os idosos são chamados. Enfim, trata-se de uma variedade ligada à idade, ao sexo, à diversidade de dons, de vocações, de carismas e ministérios. É uma variedade que evidencia ainda mais a riqueza da Igreja. Este é o verdadeiro ‘povo de Deus’. Também nas agregações laicais esta dinâmica se faz presente. Diferentes vocações, idades, gêneros e ministérios convivendo juntos guiados por um mesmo ideal.

Este estudo demonstrou que, sozinhas, as agregações laicais não conseguem resolver todos os desafios pastorais ou responder as necessidades dos homens e mulheres de hoje. Pelo contrário, com elas surgem outros problemas, seja em nível moral, teológico ou mesmo pastoral. O que ficou evidente é que nenhuma outra experiência, no momento, tem concentrado tantos aspectos da teologia do laicato quanto este tipo de iniciativa. Tal fenômeno pode até estar apontando lacunas na Igreja, que devem ser preenchidas.

Podemos elencar, também, algumas questões que permaneceram abertas.

Na prática, sabemos que a mentalidade clerical ainda é muito forte na nossa Igreja. Tal mentalidade tem adiado a concretização da eclesiologia de comunhão, participação e missão elaborada no Vaticano II. Não podemos deixar de considerar a tradição autoritária e elitista preponderante na cultura latino-americana. Tampouco esquecermos que somos herdeiros de uma cultura religiosa de submissão e apatia, em consonância com as rédeas impostas por vários séculos de Regime de Padroado Régio.

Ainda são numerosos os que não creem, efetivamente, no potencial dos leigos. Muitos pastores trabalham de forma centralizadora e não compartilham com os leigos da missão evangelizadora. Além disso, nunca faltam os grupos partidários de um retorno a uma concepção de Igreja hierarquizada e fechada em suas verdades estabelecidas. É necessária uma urgente e eficaz mudança da posição e do papel tradicionalmente assumidos pelos ministros ordenados. Toda a Igreja deve ser responsável pela missão buscando uma comunhão orgânica.

A dicotomia entre hierarquia e laicato deve ser verdadeiramente superada para colocar no centro a categoria ‘cristão’. Tal dicotomia tem levado a uma oposição entre o

temporal e o espiritual e dificulta o trabalho missionário. Ainda é muito forte a ideia de que os leigos devem se ocupar somente do temporal enquanto que os clérigos se ocupam do espiritual. Muitos leigos, inclusive, sustentam esse pensamento. A maioria ainda espera que toda iniciativa parta dos ministros ordenados. Para tanto, é necessário mais formação para os nossos leigos. Aos candidatos ao sacerdócio são oferecidos vários anos de estudo. E para os missionários leigos?

Mesmo que tenha existido alguma iniciativa positiva para a promoção do laicato, como o 1º congresso de leigos da arquidiocese de São Paulo, ainda é insuficiente dentro do conjunto da Igreja. Esta foi uma iniciativa positiva, porém pouco comum no contexto eclesial de um país com dimensão continental. Para que haja uma mudança de mentalidade é preciso estabelecer um plano conjunto de formação regular, dinâmico e participativo. Infelizmente as nossas diretrizes gerais da ação evangelizadora do Brasil não são colocadas em prática em todo território nacional.

A ChL deixou claro que os leigos são chamados a servir quando a necessidade ou a utilidade da Igreja o pedir⁴⁵⁸. Eles são chamados a servir a Igreja na falta de ministros ordenados, segundo o CIC (Cân. 230, §3). O desafio consiste em superar uma leitura reduitiva, que se restrinja ao caráter supletivo, sem promover o protagonismo dos leigos.

A exortação não esgotou a definição do que seria próprio da missão dos leigos. Ela abriu novos horizontes aos leigos, dizendo que eles são dotados de dons, carismas e ministérios que devem ser colocados a serviço de todos. Contudo, o texto não especificou quais são os ofícios e as funções dos fiéis leigos. Não resta dúvida de que esta afirmação encoraja os leigos na busca de uma efetiva participação na Igreja. O caminho da reflexão teológica continua, assim, aberto a novas contribuições.

Consequentemente, os ministérios eclesiais nos quais os leigos poderiam atuar também não foram suficientemente especificados e a sua participação não é adequadamente contemplada no aspecto jurídico pelo CIC. Embora a teologia do laicato tenha um discurso teológico fundamentado nos sacramentos do batismo e da confirmação, os leigos mais próximos das estruturas eclesiais percebem ainda uma distância significativa entre o discurso e a prática no que se refere à sua participação e ao seu protagonismo.

Embora se fale no leigo como protagonista da NE, parece não estar ainda maduro o suporte institucional para que ele possa, de fato, assumir sua dimensão integral como Igreja.

⁴⁵⁸ Cf. JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**. n° 23. *Op. cit.* p. 54.

Somente neste momento o leigo deixará de ser um ‘colaborador’ do ministro ordenado e passará a ser também protagonista da missão.

A ChL não esgotou todas as questões levantadas, mas constituiu uma importante fonte para esta pesquisa teológica e continua sendo um horizonte normativo para a ação dos leigos na Igreja e no mundo. Embora esta exortação traga em si inúmeros aspectos da teologia do laicato, ela deixou o caminho aberto para novas definições e encaminhamentos visando sistematizar uma ação pastoral baseada integralmente na eclesiologia de comunhão.

Este trabalho intitulado “Aspectos fundamentais da teologia do laicato a partir da Exortação Apostólica *Christifideles Laici*”, não pretendeu ser uma extensão da teologia do laicato. Percebemos que há muito a ser feito para que os aspectos fundamentais desta teologia estejam presentes na Igreja e também na consciência dos leigos. Tememos somente que a insistência na teologia do laicato possa ser um sinal de uma eclesiologia anticonciliar presente no nosso meio e profundamente clericalista.

A ChL tornou-se um compêndio das reflexões da Igreja sobre o laicato. Sua novidade está, basicamente, na valorização das formas agregativas laicais de participação. Suas reflexões ajudam a Igreja a dar um grande passo para suprir sua falta de vocações e iluminam os ministros ordenados e os leigos a desempenharem juntos a missão de evangelizar e ser Igreja numa sociedade em transformação.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.

1. Documentos do Magistério Universal da Igreja

1.1 Documentos Conciliares

COMPÊNDIO DO CONCÍLIO VATICANO II. Constituições, Decretos, Declarações. **Constituição Dogmática Lumen Gentium**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

___ **Constituição Dogmática Dei Verbum**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

___ **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

___ **Decreto Ad Gentes**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

___ **Decreto Presbyterorum Ordinis**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

___ **Decreto Apostolicam Actuositatem**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1968.

1.2 Magistério Pontifício: Encíclicas, Exortações e Cartas Apostólicas

JOÃO PAULO II, Papa. **Christifideles Laici**: sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. (Documentos Pontifícios; v. 225). Petrópolis: Vozes, 1989.

___ **Redemptoris Missio**: a validade permanente do mandato missionário. São Paulo: Paulinas, 1991.

___ **Tertio Millennio Adveniente**: sobre a preparação para o ano 2000. São Paulo: Paulinas, 1994.

___ **Ecclesia in America**: sobre o encontro com Jesus Cristo vivo, caminho para a conversão, a comunhão e a solidariedade na América. São Paulo: Paulinas, 1999.

___ **Novo Millennio Ineunte**: ao episcopado, ao clero e aos fiéis no término do grande jubileu do ano 2000. São Paulo: Paulus/Loyola, 2001.

PAULO VI, Papa. **Evangelii Nuntiandi**: sobre a evangelização no mundo contemporâneo. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1976.

1.3 Outros documentos eclesiais.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2000.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

1.4 Conferências Episcopais

IIª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. **DOCUMENTO DE MEDELLÍN**. São Paulo: Paulinas, 1979.

IIIª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. **DOCUMENTO DE PUEBLA**. São Paulo: Paulinas, 1979.

IVª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO. **DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO**. São Paulo: Paulinas, 1992.

Vª CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO AMERICANO E DO CARIBE. **DOCUMENTO DE APARECIDA**. Brasília: Edições CNBB, 2007.

1.5 Pontifício Conselho para os Leigos

A Igreja em Movimentos. Textos e fotos do encontro de João Paulo II com os movimentos. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 1999.

1.6 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNBB. **Plano de Emergência**. Rio de Janeiro, 1962.

____ **Documento Pastoral de Brasília**. 1970.

____ **Leigos na XI Assembleia**. 1970.

____ **Comunidade Mensal**. n° 1. Brasília, 1974.

____ **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil**. 1983-1986. Doc. 28. São Paulo: Paulinas, 1984.

____ **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil**. 1987-1990. Doc. 38. São Paulo: Paulinas, 1987.

____ **Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil**. 1991-1994. Doc. 45. São Paulo: Paulinas, 1991.

____ **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil**. 1995-1998. Doc. 54. São Paulo: Paulinas, 1995.

____ **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil**. 1999-2002. Doc. 61. São Paulo: Paulinas, 1999.

____ **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil**. 2003-2006. Doc. 71. São Paulo: Paulinas, 2003.

____ **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil**. 2008-2010. Doc. 87. São Paulo: Paulinas, 2008.

____ **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil.** 2011-2015. Doc. 94. São Paulo: Paulinas, 2011.

____ **Leigos e participação na Igreja:** reflexão sobre a caminhada da Igreja no Brasil. (Estudos da CNBB, 45). São Paulo: Paulinas, 1986.

____ **Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas.** Doc. 62. São Paulo: Paulinas, 1999.

____ **Plano de Emergência para a Igreja no Brasil.** Cadernos da CNBB nº 1 – 1963. Doc. 76. Paulinas: São Paulo, 2004.

____ **Plano de Pastoral de Conjunto.** 1966-1970. Doc. 77. Paulinas: São Paulo, 2004.

____ **Igreja particular, movimentos eclesiais e novas comunidades.** Subsídios nº 03. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

2. Dicionários

BARBAGLIO, G.; DIANICH, S. (coord.). **Nuovo Dizionario di Teologia.** 4ª ed. Milano: Paoline, 1985.

BERARDINO, A.D. (org.). **Dicionário patrístico e de antiguidades cristãs.** Petrópolis/São Paulo: Vozes/Paulus, 2002.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, A. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, A. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

BURTIN-VINHOLES, S. **Dicionário Francês-Português, Português-Francês.** 35ª ed. São Paulo: Editora Globo, 1993.

LASCOSTE, J. Y. **Dicionário Crítico de Teologia.** São Paulo: Paulinas; São Paulo: Edições Loyola, 2004.

3. Livros

ALBERIGO, A.; ALBERIGO, G. **Giovanni XXIII.** Il concilio della speranza. Padova: Ed. Messaggero, 1985.

ALBERIGO, G. **Verso il Concilio Vaticano II.** Genova: Marietti, 1993.

ALMEIDA, A.J. **Apostolicam Actuositatem.** Texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.

____ **Paróquia, comunidades e pastoral urbana.** São Paulo: Paulinas, 2009.

ANJOS, M.F. (org.) **Inculturação: desafios de hoje.** Petrópolis: Vozes, 1994.

ASSMANN, H. **Teología desde la praxis de la liberación.** Salamanca: Ediciones Sigueme, 1973.

BARAÚNA, G. (org.) **A Igreja do Vaticano II.** Petrópolis: Vozes, 1965.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido.** Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

____ **Comunidade; a busca por segurança no mundo atual.** Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BEOZZO, J.O. **Cristãos na Universidade e na Política.** História da JUC e da Ação Popular. Petrópolis: Vozes, 1984.

____ (ed.). **Cristianismo y Iglesias de América Latina em vísperas del Vaticano II.** San José: DEI/CEHILA, 1992.

____ (org.). Coleção Teologia Popular. **Por uma ética da liberdade e da libertação.** São Paulo: Paulus, 1996.

BLANK, R.J. (org.). **Teologia Leiga; esperança e desafios.** São Paulo: Paulinas, 2003.

BOFF, Leonardo. **A Santíssima Trindade é a melhor comunidade.** 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

____ **Igreja: carisma e poder.** São Paulo: Editora Ática, 1994.

BOFF, Lina. **Espírito e missão na teologia; um enfoque histórico-teológico: 1850-1930.** São Paulo: Paulinas, 1998.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Cómo hacer teología de la liberación.** Madrid: Paulinas, 1986.

BRIGHENTI, A. **A Igreja do futuro e o futuro da Igreja.** Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio. São Paulo: Paulus, 2001.

____ **A pastoral dá o que pensar.** A inteligência da prática transformadora da fé: manual básico da teologia pastoral. São Paulo: Paulinas, 2006.

BROUCKER, J. **Les conversions d'un évêque.** Paris: Seuil, 1977.

BRU ALONSO, M.M. **Testigos del Espíritu.** Los nuevos líderes católicos: movimientos y comunidades. 2ª ed. Madrid: Edibesa, 1998.

CARILLO ALDAY, S. **A Renovação Carismática e as comunidades religiosas.** São Paulo: Ave-Maria, 1999.

CHENU, M.D. **Notes quotidiennes au concile**. Paris: Cerf, 1995.

COMBLIN, J. **Os sinais dos tempos e a evangelização**. São Paulo: Duas Cidades, 1968.

____ **Viver na cidade**: pistas para a pastoral urbana. São Paulo: Paulus, 1996.

____ **Pastoral urbana**: o dinamismo na evangelização. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CONGAR, Y.M.-J. **Jalons pour une théologie du laïcat**. 3ª ed. Paris: Cerf, 1964.

____ **Revelação e experiência do Espírito** (Creio no Espírito I). São Paulo: Paulinas, 2005.

____ **Ele é o Senhor e dá a vida** (Creio no Espírito Santo II). São Paulo: Paulinas, 2005.

____ **O rio da vida corre no Oriente e no Ocidente** (Creio no Espírito Santo III). São Paulo: Paulinas, 2005.

COSTA BRITO, E.J. **O leigo cristão no mundo e na Igreja**. São Paulo: Loyola, 1980.

DALE, R. **A Ação Católica Brasileira**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1985.

DULLES, A. **A Igreja e seus modelos**. São Paulo: Paulinas, 1978.

FAIVRE, A. **Os leigos nas origens da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FORTE, B. **A missão dos leigos**. São Paulo: Paulinas, 1987.

____ **Os leigos na Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1983.

FRATER. **Novas Comunidades**. Primavera da Igreja. São Paulo: Canção Nova, 2008.

FURTER, P. **Educação e vida**. Petrópolis: Vozes, 1968.

GARCIA, J.L. **Coordenador de pastoral, um serviço à comunidade**. Petrópolis, Vozes, 2005.

GOMES DE SOUZA, L.A. **A JUC: os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

HEGGE, C. (ed.). **La Chiesa fiorisce**. I movimenti e le nuove comunità. Roma: Città Nuova, 2006.

KUZMA, C. **Leigos e leigas: força e esperança da Igreja no mundo**. São Paulo: Paulus, 2009.

LIBÂNIO, J.B. **Cenários da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

____ **Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação**. Valencia (Espanha): Siquem Ediciones; São Paulo: Paulinas, 2003.

____ **Igreja Contemporânea: encontros com a modernidade.** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MARINS, J.; T.M. TREVISAN. **Movimientos Eclesiales e Iglesia en Movimiento.** Hacia una “privatización” de la pastoral? Quezon City (Filipinas): Claretian Publications, 2000.

MARTINS TERRA, J.E. **Os novos movimentos eclesiais.** São Paulo: Loyola/ Canção Nova, 2004.

MILLER, J.M. **La Teologia dopo Il Vaticano II.** Brescia: Morcelliana, 1976.

MIRANDA, M.F. **A Igreja numa sociedade fragmentada.** São Paulo: Loyola, 2005.

____ **Igreja e Sociedade.** São Paulo: Paulinas, 2009.

PAYÁ, M. **O planejamento pastoral a serviço da evangelização.** São Paulo: Ave Maria, 2005.

PHILIPS, G. **Le rôle du laïcat dans l’Église.** Tournai-Paris: Casterman, 1954.

PIC, E. **Aux origines des concepts de personne et de communauté.** Paris: L’Harmattan, 2010.

PINHEIRO, J.E. (org.). **O protagonismo dos leigos na evangelização atual.** São Paulo: Paulinas, 1994.

PORRECA, W. **Famílias em segunda união: questões pastorais.** São Paulo: Paulinas, 2010.

POTIN, J. (dir.). **Les laïcs; leur mission dans l’Église et dans le monde.** Collection Les Dossiers de la Documentation Catholique. Paris: Le Centurion, 1985.

PULGA, R. **Os carismas na teologia paulina: serviço e testemunho.** São Paulo: Paulinas/ Belo Horizonte: SAB, 2008.

QUEIROGA, G.F. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.** Comunhão e Corresponsabilidade. São Paulo: Paulinas, 1977.

RICHARD, P. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja.** São Paulo: Paulinas, 1982.

SALAÜN, J. **Jean XXIII/ Paul VI,** Discours au Concile. Paris: Centurion, 1996.

SCHILLEBEECKX, E. **A Igreja do Vaticano II.** Petrópolis: Vozes, 1965.

____ **La mission de l’Église.** Bruxelas: CEP, 1969.

SESBOÜÉ, B. **N’ayez pas peur!** Paris: Desclée de Brouwer, 1996.

SOUZA, N. de. (Org.) **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004).** São Paulo: Paulinas, 2004.

SZENTMÁRTONI, M. **Introdução à Teologia Pastoral**. São Paulo: Loyola, 1999.

VANIER, J. **Comunidade**, lugar do perdão e da festa. 6ª ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

WANDERLEY, L.E. **Educar para Transformar**. Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

4. Dissertação

RODRIGUES, M.A. **O papel dos leigos na renovação da Igreja**: o caso do Ministério da Visitação numa diocese brasileira. 1998. 121 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Universidade Católica de Louvain-la-Neuve, Louvain-la-Neuve, 1998.

5. Periódicos

Acta Apostolicae Sedis (AAS). Roma: Typis Polyglotis Vaticanis, I, nº 49, pp. 26-27, [dez.] 1957.

Boletim da ACB. Rio de Janeiro: [s.n.], nº 5, 1962.

____ Rio de Janeiro: [s.n.], nº 6/7, p. 4, 1962.

Comunicado Mensal. Brasília: [s.n.], nº 450, pp. 422s, 1991.

Concilium. Paris: Beauchesne, nº 3, p. 42, 1965.

Documentation Catholique. [S.l.:s.n.], nº 2196, p. 87, [jan.] 1999.

Revista de Cultura Teológica. São Paulo: Paulinas, v. XIX, nº 74, pp. 73-86, [abr./jun.] 2011.

Revista Eclesiástica Brasileira (REB). Petrópolis: Vozes, v. 21, nº 2, pp. 387-390, [jun.] 1961.

____ Petrópolis: Vozes, v. 21, nº 3, pp. 661-668, [set.] 1961.

____ Petrópolis: Vozes, v. 21, nº 3, pp. 669-671, [set.], 1961.

____ Petrópolis: Vozes, v. 21, nº 4, pp. 944-950, [dez.] 1961.

____ Petrópolis: Vozes, v. 22, nº 2, pp. 461-463, [jun.] 1962.

____ Petrópolis: Vozes, v. 22, nº 3, pp. 672-675, [set.] 1962.

____ Petrópolis: Vozes, v. 30, n° 119, pp. 568-589, [set.] 1970.

____ Petrópolis: Vozes, v. 36, n° 141, pp. 131-141, [mar.] 1976.

____ Petrópolis: Vozes, v. 39, n° 153, pp. 43-63, [mar.] 1979.

____ Petrópolis: Vozes, v. 39, n° 153, pp. 101-104, [mar.] 1979.

____ Petrópolis: Vozes, v. 39, n° 153, pp. 113-122, [mar] 1979.

____ Petrópolis: Vozes, v. 48, n° 192, pp. 771-805, [dez.] 1988.

____ Petrópolis: Vozes, v. 49, n° 194, pp. 409-411, [jun.] 1989.

____ Petrópolis: Vozes, v. 54, n° 215, pp. 547-588, [set.] 1994.

Revue des Sciences Religieuses de Strasbourg. Estrasburgo: [s.n.], n° 1, t. 62, pp. 62 e 69, 1988.

Revue Internationale de Catéchèse et de Pastorale. Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, pp. 367-377, [dez.] 2007.

____ Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, pp. 379-390, [dez.] 2007.

____ Bruxelas: Lumen Vitae, v. LXII, n° 4, pp. 433-447, [dez.] 2007.

6. Artigos publicados por meio eletrônico

BENTO XVI, Papa. **Mensagem aos participantes do II Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades.** Roma, 22 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/messages/pont-essages/2006/documents/hf_ben-xvi_mes_20060522_ecclesial-movements_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008, 13:08:36.

JOÃO PAULO II, Papa. **Vigília de oração presidida pelo Papa João Paulo II durante o Encontro dos Movimentos Eclesiais e das Novas Comunidades.** Roma, 30 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1998/may/documents/hf_jpii_spe_19980530_riflessioni_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008, 21:38:12.

JOÃO PAULO II, Papa. **Mensagem do Papa João Paulo II aos participantes do Congresso Mundial dos Movimentos Eclesiais.** Roma, 27 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/laity/>

documents/rc_pc_laity_doc_27051998_movements-mes-hf_po.html>. Acesso em: 18 de agosto de 2008, 18:56:03.

RYLKO, S., Cardeal. **Novas Comunidades para uma Nova Evangelização**. Cachoeira Paulista, 1º a 6 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.cancaonova.com.br>>. Acesso em: 1º de abril de 2008. 14:22:47.

LEVA, J.U. A contribuição do laicato para a santificação do mundo. In: **Revista Eletrônica Espaço Teológico**. São Paulo, v. 5, nº 7, pp. 08-14, [jan./jun.] 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.pucsp.br/index.php/reveleteo/article/view/7694/5632>>. Acesso em: 29 de maio de 2012. 13:42:54.